

cadernos

OBMigra

Revista Migrações
Internacionais

**V.1 N.2
2015**

DOSSIÊ ESPECIAL

**A inserção dos imigrantes
no mercado de trabalho
Brasileiro**

A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar esse texto:

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra, Ed. Especial**, Brasília, 2015.

Realização:



URL: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>

ISSN: 2359-5337

Edição, revisão e diagramação: Priscila Becil Campos

Criação, arte final e capa: Luiz Aragão

Apoio:



Conselho Nacional
de Imigração | CNIg

Coordenação Geral
de Imigração - CGIg



CEPPAC
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação
Sobre as Américas



Sumário

1	Conceitos e Notas Metodológicas – CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE).....	9
	Apresentação.....	9
1.1	CGIg/CNIg.....	11
	Definições e Conceitos – classificação Obmigra	14
	Universo e Base de dados	17
1.2	RAIS	19
	Definições e Conceitos	19
	Universo e Base Dados	20
	Considerações sobre a Base Dados	23
	Considerações sobre a Base dados: imigrantes	24
1.3	IBGE	25
	Definições e Conceitos Gerais	25
	Definições e Conceitos: OBMigra	29
	Universo e Base de dados	29
	Considerações sobre a Base de Dados	33
2	Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências.....	35
	Diversificação dos fluxos e características sociodemográficas	37
	Inconsistência de status. Disparidades entre formação acadêmica, atuação profissional e renda	39
	A curva em U (U-Shaped)	40
	A circulação, via empresas multinacionais, de trabalhadores qualificados.....	42
	Nichos de trabalho	44
	À guisa de conclusão: Imigração, mercado de trabalho e direitos humanos	46
3	O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010.....	48
	Estoque de imigrantes.....	49
	Fluxos migratórios de última etapa.....	59
	Emigração internacional.....	68
	Quadro de Resumo – Censo Demográfico (IBGE)	72
4	Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013.....	74

Crescimento, sexo, nacionalidade e regiões de origem.....	75
Idade, tempo de ingresso no mercado de trabalho formal e raça/cor.....	82
Grupos ocupacionais e grau de instrução	88
Renda e horas semanais contratadas	94
Distribuição por Unidades da Federação	99
Santa Catarina e os haitianos	105
Perfil segundo as nacionalidades	106
Haitiana	107
Boliviana	113
Portuguesa	119
Espanhola	124
Quadro Resumo - RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)	130
5 Autorizações concedidas para trabalhos.....	136
- Dados da Coordenação Geral de Imigração – CGIg e do Conselho Nacional de Imigração – CNIg.....	136
Principais tipos de vistos e autorizações.....	138
Tipos de autorizações concedidas segundo o sexo.....	141
Tipos de autorizações concedidas segundo as Resoluções Normativas (RNs)	142
Perfil dos imigrantes com autorização permanentes (superior ou igual a 1 ano) no Brasil .	147
Nacionalidade.....	148
Regiões de destino – Unidades da Federação	150
Escolaridade	151
Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), por sexo, segundo os principais grupos ocupacionais.....	154
Quadro Resumo – dados do MTE- CGIg/CNIg.....	159
6 Relacionamento e complementariedade. entre as bases de dados analisadas.....	163
7 Referências Bibliográficas.....	168

Lista de Tabelas

TABELA 1.1 RESOLUÇÕES NORMATIVAS ATIVAS PARA AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO BRASIL POR UM OU MAIS ANOS – 2011 A 2013	15
TABELA 1.2 RESOLUÇÕES NORMATIVAS ATIVAS PARA AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO BRASIL POR MENOS DE UM ANO – 2011 A 2013	16
TABELA 1.3 RESOLUÇÕES NORMATIVAS ATIVAS PARA AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA E PERMANÊNCIA NO BRASIL, SOB RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – 2011 A 2013.....	17
TABELA 1.4 FRAÇÃO AMOSTRAL, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO ESPERADO DE DOMICÍLIOS E DE PESSOAS POR TIPO DE QUESTIONÁRIO, SEGUNDO CLASSES DE POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	31
TABELA 3.1 IMIGRANTES, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA BRASIL, 2000-2010.....	50
TABELA 3.2 IMIGRANTES, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES DE NACIONALIDADE.....	51
TABELA 3.3 IMIGRANTES SEGUNDO GRUPOS DE IDADE BRASIL, 2000-2010.....	53
TABELA 3.4 IMIGRANTES SEGUNDO GRUPOS DE COR E RAÇA BRASIL, 2000-2010	54
TABELA 3.5 IMIGRANTES SEGUNDO ESTADO CIVIL BRASIL, 2000-2010	55
TABELA 3.6 IMIGRANTES SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO BRASIL, 2000-2010	55
TABELA 3.7 IMIGRANTES SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO. BRASIL, 2000-2010	56
TABELA 3.8 IMIGRANTES SEGUNDO GRUPOS OCUPACIONAIS BRASIL, 2000-2010	57
TABELA 3.9 IMIGRANTES SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BRASIL, 2000-2010.....	58
TABELA 3.10 IMIGRANTES SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO). BRASIL, 2000-2010	58
TABELA 3.11 IMIGRANTES SEGUNDO FAIXAS DE HORAS SEMANAS TRABALHADAS BRASIL,.....	59
TABELA 3.12 FLUXOS IMIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA BRASIL, 2000-2010.....	60
TABELA 3.13 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES DE NACIONALIDADE BRASIL, 2000-2010.....	61
TABELA 3.14 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO GRUPOS DE IDADE.....	62
TABELA 3.15 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO COR OU RAÇA.	63
TABELA 3.16 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO ESTADO CIVIL	63
TABELA 3.17 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	64
TABELA 3.18 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO E PROCURA DE TRABALHO. BRASIL, 2000-2010	65
TABELA 3.19 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO GRUPOS OCUPACIONAIS.....	66
TABELA 3.20 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.....	66
TABELA 3.21 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO). BRASIL, 2000-2010.....	67
TABELA 3.22 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS SEGUNDO FAIXAS DE HORAS SEMANAS.....	68
TABELA 3.23 EMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA AO EMIGRAR.BRASIL, 2010	69
TABELA 3.24 EMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE AO EMIGRAR (ANO DE NASCIMENTO PRESUMIDO). BRASIL, 2010	70
TABELA 3.25 EMIGRANTES INTERNACIONAIS, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO. BRASIL, 2010	71
TABELA 4.1 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS NACIONALIDADES. BRASIL 2011, 2012 E 2013	77
TABELA 4.2 VARIAÇÃO DOS ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO POR NACIONALIDADES. BRASIL 2012/2011 E 2013/2012	78
TABELA 4.3 VARIAÇÃO DOS ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO REGIÕES DE ORIGEM. BRASIL 2012/11 E 2013/12.....	80

TABELA 4.4 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO AS NACIONALIDADES DA REGIÃO AMÉRICA LATINA E CARIBE, BRASIL 2011, 2012 E 2013.....	81
TABELA 4.5 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO PRINCIPAIS NACIONALIDADES. BRASIL, 2011	83
TABELA 4.6 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO PRINCIPAIS NACIONALIDES. BRASIL, 2012.....	84
TABELA 4.7 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE,SEGUNDO PRINCIPAIS NACIONALIDADES. BRASIL, 2013.....	85
TABELA 4.8 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO TEMPO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO COM VÍNCULO FORMAL. BRASIL 2011, 2012 E 2013.....	86
TABELA 4.9 TOTAL DE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR COR OU RACA. BRASIL, 2011, 2012 E 2013.....	88
TABELA 4.10 TOTAL DE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL, 2011, 2012 E 2013.	89
TABELA 4.11 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013.....	93
TABELA 4.12 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO FAIXAS DE RENDA (SM). BRASIL 2011, 2012 E 2013.	94
TABELA 4.13 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO FAIXAS DE HORAS SEMANAIS CONTRATADAS. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	98
TABELA 4.14 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013	100
TABELA 4.15 TOTAL DE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS. BRASIL, 2011, 2012 E 2013.	103
TABELA 4.16 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO (COM PERCENTUAL DE CRESCIMENTO). BRASIL 2011, 2012 E 2013.	107
TABELA 4.17 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.....	107
TABELA 4.18 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	108
TABELA 4.19 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	110
TABELA 4.20 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO.....	111
TABELA 4.21 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR FAIXA DE RENDA(SM). BRASIL 2011, 2012 E 2013.	112
TABELA 4.22 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR TEMPO DE CHEGADA	112
TABELA 4.23 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.	114
TABELA 4.24 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO PRINCIPAIS UF EMPREGADORAS. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	114
TABELA 4.25 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	115
TABELA 4.26 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO.	116
TABELA 4.27 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR FAIXA DE RENDA (SM).	118
TABELA 4.28 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR TEMPO DE CHEGADA.....	118
TABELA 4.29 PORTUGUESES COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL, 2011, 2012 E 2013	120
TABELA 4.30 PORTUGUESES COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL 2011, 2012 E 2013	121
TABELA 4.31 PORTUGUESES COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO.	122
TABELA 4.32 PORTUGUESES COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR FAIXA DE RENDA (SM).	123
TABELA 4.33 PORTUGUESES COM VÍNCULO DE TRABALHO FORMAL, POR TEMPO DE CHEGADA.....	123
TABELA 4.34 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.	124

TABELA 4.35 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO.....	125
TABELA 4.36 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL 2011, 2012 E 2013	126
TABELA 4.37 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO.	127
TABELA 4.38 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR FAIXA DE RENDA (SM).	128
TABELA 4.39 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR TEMPO DE CHEGADA.	129
TABELA 5.1 AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS, POR SEXO, SEGUNDO O TIPO DE AUTORIZAÇÃO.....	139
TABELA 5.2 PRINCIPAIS AUTORIZAÇÕES TEMPORÁRIAS.....	142
TABELA 5.3 PESO (%) DO NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES TEMPORÁRIAS, SEGUNDO AS RNS.....	144
TABELA 5.4 PRINCIPAIS AUTORIZAÇÕES PERMANENTES (SUPERIOR OU IGUAL A 1 ANO)	145
TABELA 5.5 PESO (%) DO NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES PERMANENTES (SUPERIOR OU IGUAL A 1 ANO), SEGUNDO AS RNS. BRASIL 2011, 2012, 2013	146
TABELA 5.6 VARIAÇÃO DO NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES PERMANENTES (SUPERIOR OU IGUAL A 1 ANO), SEGUNDO AS RNS. BRASIL 2011, 2012, 2013	147
TABELA 6.1 ESTRANGEIROS COM MENOS DE UM ANO DE CHEGADA AO BRASIL E AUTORIZAÇÕES PERMANENTES, 2011 A 2013	166

Lista de Gráficos

GRÁFICO 4.1 TOTAL DE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO.	75
GRÁFICO 4.2 QUANTIDADE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR REGIÕES DE ORIGEM. BRASIL 2011, 2012 E 2013	80
GRÁFICO 4.3 GRUPOS DE IDADE DO TOTAL DOS ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO. BRASIL 2011, 2012 E 2013	82
GRÁFICO 4.4 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO TEMPO	87
GRÁFICO 4.5 TOTAL DE ESTRANGEIROS, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL 2011, 2012 E 2013	89
GRÁFICO 4.6 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO, SEGUNDO OS TRÊS PRINCIPAIS GRUPOS OCUPACIONAIS. BRASIL, 2011, 2012 E 2013	91
GRÁFICO 4.7 ESTRANGEIROS, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	92
GRÁFICO 4.8 TOTAL DE ESTRANGEIROS, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO.	95
GRÁFICO 4.9 ESTRANGEIRAS, MULHERES, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO FAIXAS DE RENDA (SM). BRASIL 2011, 2012 E 2013	96
GRÁFICO 4.10 TOTAL DE HOMENS ESTRANGEIROS, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013.....	104
GRÁFICO 4.11 TOTAL DE MULHERES ESTRANGEIRAS, COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	104
GRÁFICO 4.12 ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA. BRASIL 2011, 2012 E 2013.	106
GRÁFICO 4.13 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL, 2013	109
GRÁFICO 4.14 HAITIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR TEMPO DE CHEGADA.	113
GRÁFICO 4.15 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.	114
GRÁFICO 4.16 BOLIVIANOS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO (MAIS FREQUENTES). BRASIL 2011, 2012 E 2013	117
GRÁFICO 4.17 PORTUGUESES COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.	119
GRÁFICO 4.18 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR SEXO.....	124

GRÁFICO 4.19 ESPANHÓIS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO (MAIS FREQUENTES). BRASIL 2011, 2012 E 2013	127
GRÁFICO 5.1 TOTAL DE AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS NO PERÍODO DE 2011-2013.....	139
GRÁFICO 5.2 VARIAÇÃO DO TOTAL DAS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS, SEGUNDO O TIPO,	140
GRÁFICO 5.3 TOTAL DE AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS, SEGUNDO O SEXO, 2011-2013	141
GRÁFICO 5.4 NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES TEMPORÁRIAS, SEGUNDO AS RNS,	143
GRÁFICO 5.5 NÚMERO DE AUTORIZAÇÕES PERMANENTES (SUPERIOR OU IGUAL A 1 ANO), SEGUNDO AS RNS. BRASIL 2011, 2012, 2013	145
GRÁFICO 6.1 IMIGRANTES INTERNACIONAIS, BRASIL 2000-2013	164
GRÁFICO 6.2 ESTRANGEIROS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO, BRASIL 2010-2013 ... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	

Lista de Mapas

MAPA 4.1 DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS COM VÍNCULO FORMAL DE TRABALHO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. BRASIL 2011, 2012 E 2013	101
MAPA 5.1 DISTRIBUIÇÃO DE AUTORIZAÇÕES PERMANENTES (SUPERIOR OU IGUAL A 1 ANO) CONCEDIDAS, POR UNIDADES FEDERATIVAS, NO PERÍODO DE 2011 A 2013	150

Apresentação

A presença de imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil vem crescendo exponencialmente nos últimos anos. Segundo os dados analisados nesse documento, durante o período 2011-2013, constata-se um aumento da presença de trabalhadores estrangeiros no país. Nesse curto, mas intenso período de chegada de imigrantes, o mercado de trabalho absorveu essa população, tanto nas atividades altamente qualificadas, quanto naquelas que exigem pouca qualificação. Esses fluxos imigratórios no Brasil são cada vez mais diversificados e com diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras.

Os resultados aqui apresentados vêm somar-se às muitas pesquisas realizadas no nosso país sobre o fenômeno migratório e visa preencher uma lacuna: *a análise da relação entre imigração e mercado de trabalho*. Nesse sentido, o documento cumpre o seu objetivo que é mostrar a caracterização da imigração contemporânea no Brasil a partir da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Três são as bases de dados que são analisadas. Por um lado, duas bases que pertencem ao Ministério de Trabalho e Emprego: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todos os empregadores e abrange o território nacional. A outra base do Ministério de Trabalho e Emprego são os registros da CGIc/CNIg (Coordenação Geral de Imigração/Conselho Nacional de Imigração) que concedem autorizações temporárias ou permanentes para permissão de trabalho e/ou residência no país. Por outro lado, estão as bases de dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos anos 2000 e 2010.

A efeitos de organização, o texto está dividido em cinco partes. Na primeira é realizada uma caracterização geral da presença dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, a partir do diálogo com diferentes aproximações teóricas sobre imigração e trabalho. Na segunda, terceira e quarta partes são analisadas as bases do IBGE, RAIS e CGIc/CNIg, respectivamente. Na quinta e última parte, constam as relações entre as três bases de dados analisadas e apontam-se os desafios identificados para a harmonização das diferentes bases que tocam o tema da imigração no Brasil.

Por último, não é possível deixar de referir-se a esse documento sem destacar o intenso trabalho realizado pela equipe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e agradecer a generosa colaboração das diferentes equipes do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), da Coordenação Geral de Imigração (CGIg) e aos demais órgãos do Ministério de Trabalho e Emprego que gentilmente permitiram acesso as bases de dados, sem as quais não poderia ter sido realizado este trabalho.

Paulo Sérgio de Almeida

Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

1 Conceitos e Notas Metodológicas – CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE)

Gabrielle Palermo¹

Antônio Tadeu de Oliveira²

Jaqueleine Lopes³

Apresentação

O Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra – foi instituído a partir de um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Tem como meta ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas as migrações internacionais. Para realizar essa tarefa propõe-se analisar os três cenários que afetam o Brasil na atualidade: a imigração internacional; a emigração brasileira para outros países e os projetos migratórios de retorno dos emigrantes brasileiros.

Entre os objetivos específicos está a construção, manutenção e disponibilização de informações que facilitem o estudo do fenômeno migratório, principalmente no que diz respeito à análise da relação entre imigração e mercado de trabalho brasileiro. Com isto, analisamos três bases de dados. Por um lado, duas bases que pertencem ao Ministério de Trabalho e Emprego: a Relação Anual de Informações Sociais 2011-2013 (RAIS), que é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todos os empregadores e abrange o território nacional, e os registros da Coordenação Geral de Imigração/Conselho Nacional de Imigração 2011-2013 (CGIg/CNIg), que concedem autorizações temporárias ou permanentes para permissão

¹ Mestre em Demografia e pesquisadora do OBMigra.

² Doutor em demografia e Coordenador Estatístico do OBMigra.

³ Estatística e pesquisadora do OBMigra.

de trabalho e/ou residência no país. Por outro lado, estão as bases de dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos anos 2000 e 2010.

Neste relatório apresentamos as notas metodológicas sobre o tratamento realizado para cada uma das três bases de dados.

Conceitos Gerais

Para conseguir uma proxy do que poderia ser considerado migração nas fontes de dados oriundas dos registros administrativos, da Coordenadoria Geral de Imigração (CGIg), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambas fontes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a definição adotada para o conceito de migrante foi a estabelecida no Manual VI das Nações Unidas, que define a migração como movimento para fora de uma determinada divisão política-administrativa em caráter definitivo:

El movimiento de población en el espacio es un fenómeno polifacético en que la magnitud de los desplazamientos varía de unos pocos metros a muchos kilómetros y en que la estadía en el lugar de destino varía de unas pocas horas a muchos años. Una parte considerable de este movimiento es propia de las actividades de la vida cotidiana: ir al lugar de trabajo y volver al lugar de residencia, ir de compras, hacer visitas, viajar por razones de negocios o recreo, para mencionar sólo unos pocos ejemplos. Estos tipos de movilidad son interesantes por sí mismos, y las estadísticas respectivas son útiles para muchos análisis. Sin embargo, deben distinguirse del tipo de movilidad que implica una estadía continua o permanente en el lugar de destino. Este es el tipo de movilidad a que se refiere el concepto de migración. La característica esencial de la migración es, pues, el hecho que implica un cambio de lugar de residencia, o de lugar de residencia “habitual”, es decir, ir a vivir en un lugar nuevo o distinto. (...) Por consiguiente, la migración se define operacionalmente como cambio de residencia de una división civil a otra,... (NACIONES UNIDAS, 1972)

Combinada com a forma como é operacionalizado o conceito de morador, utilizado pelo IBGE nos Censos Demográficos e demais pesquisas domiciliares, onde estabelece que ausências superiores a 12 meses caracterizam a perda dessa condição no domicílio de origem:

Morador é a pessoa que:

- a) tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência;
- b) embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses, em decorrência dos seguintes motivos:
 - viagem a passeio, a serviço, a negócios, de estudos, etc.;
 - internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo;
 - detenção sem sentença definitiva declarada;
 - internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e
 - embarque a serviço (militares, petroleiros).

Independentemente do período de afastamento do domicílio de origem, a pessoa será considerada como moradora no local onde se encontrava na data de referência, em decorrência das seguintes situações:

- internada permanentemente em sanatórios, asilos, conventos ou estabelecimentos similares;
- moradora em pensionatos e que não tinham outro local habitual de residência;
- condenada com sentença definitiva declarada; e
- migrou para outras regiões, em busca de trabalho, e lá fixou residência. (IBGE, 2010)

Visando a representatividade estatística dos dados, estabeleceu-se como critério de tabulação o limite mínimo de 500 imigrantes, ao considerar os totais seja por Nacionalidades, Unidades da Federação ou Municípios. As unidades com menos de 500 imigrantes foram agrupadas.

1.1 CGIg/CNIg

As autorizações de trabalho a estrangeiros no Brasil são concedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Coordenação Geral de Imigração (CGIg) e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). A autorização é

exigida pelas autoridades consulares brasileiras, para efeito de concessão de vistos permanentes ou temporários a estrangeiros que desejem permanecer no Brasil a trabalho. Em menor proporção, o MTE também gerencia outros tipos de autorização, como casos omissos.

A Coordenação Geral de Imigração é uma unidade administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego. Sua principal tarefa é executar uma parte da política migratória, estabelecida pelo CNIg e relacionada às autorizações de trabalho para estrangeiros, cabendo a CGIg a decisão sobre estas solicitações.

O Conselho Nacional de Imigração é um órgão colegiado quatripartite, composto por 20 representantes, divididos entre o Governo Federal, Trabalhadores, Empregadores e Sociedade Civil. Entre os representantes do Governo estão:

- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego – Presidência
- MJ – Ministério da Justiça
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
- MDIC – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MS – Ministério da Saúde
- MEC – Ministério da Educação
- MTUR – Ministério do Turismo

Os representantes dos trabalhadores são:

- CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- FS – Força Sindical
- UGT – União Geral dos Trabalhadores

Representantes dos empregadores:

- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNC – Confederação Nacional do Comércio

➤ CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

➤ CNI - Confederação Nacional da Indústria

➤ CNT – Confederação Nacional dos Transportes

Representante da Comunidade Científica e Tecnológica:

➤ SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

O Conselho foi criado pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e está vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego desde 1993, contando com o apoio administrativo da CGIg. Dentre suas funções, o CNIg é responsável por formular a política migratória brasileira, a partir da normatização das questões migratórias e edição das Resoluções Normativas endereçadas a três Ministérios: Trabalho e Emprego, Justiça e Relações Exteriores⁴.

Assim, a princípio, as autorizações são concedidas aos estrangeiros pelo MTE antes de sua entrada no Brasil, após, cabe ao Ministério das Relações Exteriores autorizar a emissão de seu visto. Os vistos temporários são concedidos aos estrangeiros que pretendam vir ao Brasil:

i.em viagem cultural ou missão de estudos;

ii.em viagem de negócios;

iii.na condição de artista ou desportista;

iv.na condição de estudante;

v.na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato, ou a serviço do Governo brasileiro;

vi.na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira;

vii.na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.

Para a concessão de visto temporário para os itens III e V é exigida a autorização de trabalho.

⁴ Mais informações sobre a CGIg, o CNIg e vistos veja em http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/conceitos-basicos.htm.

O visto permanente é concedido ao estrangeiro que pretenda estabelecer-se definitivamente no Brasil. A concessão deste tipo de visto também requer prévia autorização de trabalho emitida pelo Ministério do Trabalho nos casos de investidor (pessoa física) ou ocupante de cargo de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil.

Definições e Conceitos – classificação Obmigra

Para a análise das bases de dados da CGIg/CNIg seguimos as orientações operativas adotadas pelo manual de recomendações sobre estatísticas de migrações internacionais publicado pelas Nações Unidas, que estabelece migrante de longo prazo (permanente) a pessoa que se muda por um período de pelo menos um ano (12 meses) a um país distinto daquele onde tem residência habitual (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Dessa forma, na classificação adotada pelo Obmigra para analisar a base de dados da CGOg/CNIg consideramos como *proxy* para os fluxos migratórios das entradas regulares de estrangeiros no Brasil as pessoas que receberam autorização de ingresso temporário – para até um ano – e permanentes – com duração igual ou superior a um ano.

Ocorreram situações nas quais não foi possível determinar com precisão esse recorte temporal, o que nos fez assumir esse possível viés, que pode estar acarretando um sobre registro de imigrantes. Além disso, algumas das Resoluções Normativas (RNs) que amparam legalmente a entrada de estrangeiros no país podem ser ao mesmo tempo aplicadas a autorizações temporárias e a permanentes. Durante 2011 a 2013 este foi o caso para as RNs 01, 27, 62, 77, 80, 84 e 99, assim, destas, foram consideradas somente as autorizações para vistos permanentes, de modo também a evitar que estivéssemos aumentando de forma artificial a migração “permanente”⁵.

As duas tabelas a seguir mostram as Resoluções Normativas ativas implementadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que a Tabela 1.2 apresenta as RNs que autorizam o imigrante permanecer no Brasil por um ou mais anos.

⁵ Nesse sentido, para a análise das bases de dados da CGIg/CNIg seguimos as orientações operativas adotadas pelo manual de recomendações sobre estatísticas de migrações internacionais publicado pelas Nações Unidas, que estabelece *migrante de longo prazo* (permanente) a pessoa que se muda por um período de pelo menos um ano (12 meses) a um país distinto daquele onde tem residência habitual (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Já a segunda tabela contém as RNs temporárias que autorizam a permanência no país por menos de um ano.

Tabela 1.1 Resoluções Normativas ativas para autorização de entrada e permanência no Brasil por um ou mais anos – 2011 a 2013

Amparo Legal	Descrição
RN 01 - 05/05/1997	Professor/Pesquisador.
RA 05 - 03/12/2003	Reunião Familiar.
RN 27 - 25/11/1998	Situações especiais e casos omissos analisados pelo Conselho Nacional de Imigração.
RN 62 - 08/12/2004	Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância.
RN 63 - 06/07/2005	Estrangeiro representante de instituição financeira sediada no exterior.
RN 70 - 09/05/2006	Concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos.
RN 76 - 03/05/2007	Atleta profissional.
RN 77 - 29/01/2008	Estrangeiro em união estável com brasileiro.
RN 80 ⁶	Visto de trabalho.
RN 84 - 10/02/2009	Estrangeiro investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil.
RN 93 - 21/12/2010	Permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas.
RN 99 - 12/12/2012	Profissional Estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil - até 2 anos.

Fonte: CGIc/CNIc/MTE

⁶ A Resolução Normativa 80 foi revogada e substituída pela Resolução Normativa 99 ao final do ano de 2012.

Tabela 1.2 Resoluções Normativas ativas para autorização de entrada e permanência no Brasil por menos de um ano – 2011 a 2013

Amparo Legal	Descrição
RN 01 - 05/05/1997	Professor/Pesquisador
RN 27 - 25/11/1998	Situações especiais e casos omissos analisados pelo Conselho Nacional de Imigração.
RN 35 - 28/09/1999	Chamada de mão-de-obra serviço do Governo brasileiro com visto temporário
RN 61 - 08/12/2004	Profissional Estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil. Assistência técnica ou transferência de tecnologia - até 90 dias.
RN 62 - 08/12/2004	Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância
RN 69 - 22/03/2006	Artista estrangeiro para realização de evento no Brasil.
RN 71 - 05/09/2006	Profissional Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil - até 6 meses.
RN 72 - 10/10/2006	Profissional Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil - até 2 anos.
RN 74 - 09/02/2007	Chamada de representante legal de sociedade estrangeira de exploração de transporte aéreo e de serviços acessórios.
RN 77 - 29/01/2008	Estrangeiro em união estável com brasileiro.
RN 79 - 12/08/2008	Autorização de trabalho e visto temporário a estrangeiro, vinculado a Grupo Econômico cuja matriz situe-se no Brasil, com vistas à capacitação e à assimilação da cultura empresarial e em metodologia de gestão da empresa chamante.
RN 80	Visto de trabalho
RN 81 - 16/10/2008	Profissional Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação de pesca estrangeira
RN 84 - 10/02/2009	Estrangeiro investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil.
RN 87 - 15/09/2010	Treinamento profissional
RN 94 - 16/03/2011	Visto a estrangeiro, estudante ou recém- formado, que venha ao Brasil no âmbito de programa de intercâmbio profissional.
RN 98 - 14/11/2012	Autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro no Brasil, que venha trabalhar, exclusivamente, na preparação, organização, planejamento e execução da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
RN 99 - 12/12/2012	Profissional Estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil - até 2 anos.

Fonte: CGI/CNIg/MTE

É importante reiterar que no Brasil a concessão de autorizações para imigrantes é de competência de três pastas governamentais: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça. Nesse sentido, o que

apresentamos nas Tabelas 2.1 e 2.2 são as Resoluções Normativas de competência do MTE no período de 2011-2013.

Outras Resoluções Normativas de igual importância de estudo estão sob responsabilidade do MRE e MJ, como as RNs 36, 43, 45, 68, 91 e 97. Vale frisar que a RN 97 tem a finalidade de conceder vistos humanitários para haitianos. Ao mesmo tempo, algumas autorizações dadas a imigrantes haitianos também foram concedidas pela RN 27, que lida com as situações especiais e casos omissos analisados pelo CNIg, e sob responsabilidade do MTE.

Estas RNs estão resumidas a seguir na Tabela 1.3. Elas não constam neste relatório, pois não foi possível obter suas estatísticas junto aos Ministérios.

Tabela 1.3 Resoluções Normativas ativas para autorização de entrada e permanência no Brasil, sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça – 2011 a 2013

Amparo Legal	Descrição	Justificativa
RN 36 - 28/09/2009	Visto para reunião familiar	RN de competência do MRE.
RN 43 - 28/09/1999	Visto acordo de cooperação até 2 anos	RN de competência do MRE.
RN 45 - 14/03/2000	Visto permanente para aposentado RENDA SUPERIOR A R\$6.000,00	RN de competência do MRE.
RN 68 - 07/12/2005	Visto para trabalho voluntário (missionários) até 2 anos	RN de competência do MRE.
RN 85 - 14/04/2010	Altera a RN 36, concedendo visto permanente a dependente de portador de visto provisório	RN de competência do MRE.
RN 91 - 10/11/2010	Altera RN 6 (Visto permanente para refugiado)	RN de competência do MJ.
RN 97 - 14/11/2012	Visto permanente ou permanência no Brasil a nacionais do Haiti.	RN de competência do MRE.

Fonte: CGIg/CNIg/MTE

Universo e Base de dados

A base de dados da CGIg/CNIg contém as informações sobre as autorizações para trabalho no Brasil, concedidas mensalmente a estrangeiros, entre 2011 e 2013, de modo que estes possam trabalhar de forma regular em território brasileiro, com periodicidade que pode ser temporária ou permanente. Assim, abrange a todos os estrangeiros autorizados a trabalhar regularmente no país. Porém, é importante notar que a base de dados não mostra o quantitativo de estrangeiros no Brasil, no respectivo

ano, pois, como parte das autorizações é concedida antes do estrangeiro chegar ao país, alguns não efetivam sua vinda.

Ao fazer o pedido de autorização de trabalho do estrangeiro, o requerente, que pode ser o próprio ou a empresa que pretende empregá-lo, precisa declarar algumas informações do trabalhador, tais como: sexo, país de nacionalidade, escolaridade, ocupação, passaporte, Unidade da Federação do pretendido local de trabalho e sua respectiva atividade econômica. Existe também o campo “valor investido”, que corresponde a algumas situações onde o estrangeiro vem investir no Brasil. Para esses casos é informado o valor que será investido.

Além disso, a base de dados da CGIg/CNIg possui as informações sobre as autorizações deferidas, mês e ano de sua concessão, tipo de visto, e, nome e identificação do requerente (CPF ou CNPJ). As informações são preenchidas pela Internet pelo próprio requerente. O número do passaporte foi utilizado como a variável identificadora dos imigrantes.

Em 2011, foram deferidas 70.525 autorizações de entrada no Brasil, concedidas pela CGIg ou pelo CNIg, destes, 2.797 casos estavam repetidos, resultando, após a limpeza do banco, em 67.728 casos. Em 2012, foram 73.022 casos, destes, 2.942 estavam repetidos, resultando em 70.080 casos. Já em 2013 diminuiu para 65.694 deferimentos, destes, 3.048 estavam repetidos, resultando em 62.646 autorizações.

O primeiro filtro para selecionar o caso representante dos que estavam repetidos foi o mês do deferimento, ou seja, prioridade para as autorizações concedidas mais atuais. Quando os meses eram iguais, o maior número de processo foi escolhido (variável com fins administrativos da CGIg).

Considerações sobre a Base de Dados

Como vimos, as Resoluções Normativas de entrada no Brasil são aprovadas pelo Conselho Nacional de Imigração, e são implementadas pelos Ministérios, majoritariamente pelo MTE, MRE e MJ, o que resulta em uma separação em termos de organização das autorizações deferidas por cada um. Para representar com mais fidedignidade as autorizações concedidas aos estrangeiros, seria preciso que o Conselho

tivesse acesso as estatísticas de todas as pastas governamentais, de modo a construir o banco de dados completo.

Com isto, será possível mapear todas as possibilidades de entrada de estrangeiros no Brasil, seja:

- Turismo;
- Trabalho/Investidores;
- Refugiados/Asilos/Vistos humanitários;
- Estudantes;
- Aposentados, ou;
- Cooperação do Governo, tais como: Programa Mais Médicos, pelo Ministério da Saúde.

1.2 RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um importante instrumento de coleta de dados do setor trabalhista, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Gerenciada pelo MTE, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). Tem como objetivos controlar a atividade trabalhista no País, gerar dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e prover informações sobre o mercado de trabalho.

Definições e Conceitos

A base RAIS contempla os dados de todos os trabalhadores vinculados ao mercado de trabalho formal no país. Isto significa que os dados da RAIS indicam o estoque de trabalhadores no mercado de trabalho formal em um determinado ano. No caso dos estrangeiros, abrange aqueles com autorização de trabalho temporário ou permanente, além de informar sobre seu ano de chegada no Brasil.

Com isto, optamos por trabalhar com uma *proxy* do conceito de estoque de imigrantes no mercado formal de trabalho, considerando em cada ano de referência, o

volume de estrangeiros que no respectivo ano esteve inserido formalmente no mercado de trabalho brasileiro.

Como não possui informação sobre o tipo de visto do estrangeiro, não é possível distinguir os que possuem autorização para permanecer no país por um ou mais anos, ou seja, não foi possível identificar os imigrantes permanentes, segundo o conceito do OBMigra apresentado na primeira seção. A informação sobre o ano de sua chegada não é suficiente, pois mesmo para aqueles que estão no Brasil há mais de um ano, não se pode garantir que estão trabalhando a igual período. Por outro lado, aqueles que chegaram no país há menos de um ano podem ter um visto permanente, sendo assim objeto da nossa pesquisa.

Nesse sentido, optamos por trabalhar com todos os estrangeiros, independentemente de seu vínculo estar ativo ou não. Pois, mesmo que seu vínculo esteja inativo ao final do ano de referência, assumimos o pressuposto que o indivíduo em algum momento durante o ano trabalhou no mercado formal.

Universo e Base de Dados

A Relação Anual de Informações Sociais é um registro administrativo declarado anualmente, com informações referentes ao ano-base anterior. Abrange todo o território nacional, podendo ser desagregada em diferentes níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. As informações apresentadas anualmente abrangem cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro; são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos).

Todos os inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com ou sem empregados, devem declarar a RAIS desde 1977. Além disso, é obrigatória para todos empregadores, conforme definido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); como também para as pessoas jurídicas de direito privado; as empresas públicas domiciliadas no país; cartórios; pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base; órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal; condomínios e sociedades civis, e; entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Os estabelecimentos isentos de inscrição no CNPJ são identificados pelo número de matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), nessa categoria incluem-se obras, empregadores pessoas físicas, urbanas e rurais que mantiveram empregados. A empresa ou entidade que possui filiais, agências ou sucursais deve declarar a RAIS separadamente, por estabelecimento (local de trabalho), entendido como tal todos aqueles sujeitos à inscrição no CNPJ, na categoria de órgão-estabelecimento. No caso dos órgãos da administração pública direta ou indireta, a RAIS de cada órgão-estabelecimento deve ser fornecida separadamente, por local de trabalho dos empregados/servidores. Estabelecimento ou entidade em liquidação deverá entregar a RAIS mesmo nos casos de falência ou liquidação, pelos representantes legais definidos na legislação específica.

São relacionados na RAIS os empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas; trabalhadores avulsos⁷; empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários⁸; trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado⁹; diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS¹⁰; servidores públicos não efetivos¹¹; trabalhadores regidos pelo estatuto do trabalhador rural¹²; aprendiz¹³; trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado¹⁴; trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regido por lei estadual; trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regido por lei municipal; servidores e trabalhadores licenciados; servidores públicos cedidos e requisitados, e; dirigentes sindicais.

⁷ Trabalhadores avulsos são aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria.

⁸ Regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

⁹ Regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

¹⁰ Circular CEF nº 46, de 29 de março de 1995.

¹¹ Demissíveis *ad nutum* ou admitidos por meio de legislação especial, não-regidos pela CLT.

¹² Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

¹³ Aprendiz é maior de 14 anos e menor de 24 anos, contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.

¹⁴ Regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999.

A identificação dos trabalhadores na base da RAIS ocorre através dos números do Cadastro de Pessoa Física (CPF), da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do Programa de Integração Social ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP). Logo, não possui uma identificação específica do estrangeiro como, por exemplo, o número da Carteira de Identidade do Estrangeiro (CIE), ou passaporte.

As variáveis que caracterizam o perfil dos trabalhadores nas bases de dados de 2011 a 2013 são sexo, raça/cor, idade, escolaridade, renda, ocupação, portador de deficiência, nacionalidade e ano de chegada no Brasil. No que tange aos trabalhadores com nacionalidade internacional, todos foram conceituados como imigrantes internacionais. Através da variável Ano de Chegada, calculou-se o Tempo de Chegada do estrangeiro no Brasil, em anos, com base no respectivo ano do registro da RAIS.

Ao declarar a nacionalidade de seu pessoal, é apresentada ao empregador uma lista de cerca de 20 países, dependendo do ano-base da RAIS, devendo escolher uma das opções. Quando nenhuma das nacionalidades listadas é a correspondente, o empregador deve escolher uma das opções: Outros Latino-Americanos, Outros Europeus, Outros Asiáticos e Outros Africanos. Logo, para os estrangeiros classificados nestas categorias não foi possível identificar a sua nacionalidade exata.

O trabalhador estrangeiro pode ter mais de um emprego, assim pode estar presente na base de dados mais de uma vez. Como o interesse da pesquisa é o indivíduo, foram feitos alguns filtros na base para retirar duplicidades, os critérios adotados para selecionar o registro que representa o imigrante foram:

- 1º) Maior número de horas trabalhadas;
- 2º) Maior remuneração, e;
- 3º) Trabalho mais antigo.

Critérios estes relacionados à caracterização de trabalho principal pelo IBGE. Para os casos de empate em todos os três filtros, outros critérios foram usados, em ordem decrescente: município com maior número de estrangeiros; empresa com maior número de funcionários; CNPJ mais completo; maior cargo e/ou descrição mais completa, e; maior salário contratual.

Além das duplicidades já esperadas, por assumir que o estrangeiro pode ter mais de um emprego, ou pode ter trocado de trabalho durante o ano, apareceram registros com até 11 repetições, caracterizando erro de imputação de dados na RAIS. Assim, constatou-se que em 2011, do total de 90.335 registros, 10.757 eram casos repetidos, o que resultou em 79.578 imigrantes no mercado de trabalho formal. Em 2012 tinha-se, inicialmente, 109.892 registros, dos quais, 15.204 eram casos repetidos, após a exclusão, restaram 94.688 registros para a análise. Já no ano de 2013, dos 142.325 casos relacionados na base, 22.269 eram repetidos, resultando em 120.056 imigrantes.

Como comentado na primeira seção deste documento, estabeleceu-se como critério para a tabulação dos dados a seleção das Nacionalidades e Unidades da Federação com 500 estrangeiros ou mais, os inferiores a 500 registros foram agrupados, visando a representatividade estatística dos dados. Assim, as nacionalidades venezuelanas e equatorianas foram agrupadas juntamente com Outras Latino-Americanas; belgas, suíças e russas juntaram-se a Outros Europeus; indianas e paquistanesas em Outras Asiáticas, e; sul-africanos e congolêses em Outros Africanos. As Unidades da Federação com menos de 500 estrangeiros foram classificadas como Outras Unidades da Federação.

Considerações sobre a Base Dados

A maior limitação da base dados da RAIS é a omissão e declaração fora do prazo legal para os estabelecimentos, seguida pelo erro de preenchimento, decorrente de informações incompletas ou incorretas. Outro problema identificado está relacionado às declarações agregadas na matriz, quando o correto seria fornecer as informações por estabelecimento.

Especificamente sobre a RAIS 2012, o MTE recomenda especial cautela na utilização e análise dos dados de vínculos estatutários, que apresentaram quedas expressivas, decorrentes de um aumento no desligamento de servidores não efetivos ou mesmo na omissão de declaração.

A omissão é frequente em municípios menores. Em alguns setores, percebem-se informações qualitativamente mais comprometidas que em outros. Insere-se nesse contexto a Agricultura, a Administração Pública e a Construção Civil. Nesse sentido, o MTE tem alertado para a leitura das Notas Técnicas e dos Comunicados que são

divulgados, frequentemente, contendo informações a respeito de situações que fogem ao padrão normal.

Tais problemas têm sido, a cada ano, consideravelmente reduzidos com a recepção das declarações – desde o ano base de 2000 - apenas em meio magnético e pela Internet; nas quais são feitas as primeiras críticas na preparação e coleta dos dados. Destaca-se ainda que, na RAIS 2012 as informações de Pessoa com Deficiência devem ser utilizadas com certa cautela, pois, apesar dos esforços em implementar novas críticas para inibir informações indevidas, os dados em nível mais desagregado, podem apresentar algumas inconsistências. Contudo, em termos gerais, sua utilização em nível mais agregado não está comprometida.

As informações relativas à Raça/Cor, disponibilizadas desde o ano-base 2006, continuam contemplando apenas o universo dos vínculos celetistas, por ainda apresentar frequência significativa de declaração não identificada para os vínculos estatutários. As informações oriundas dos Registros Administrativos, muitas vezes, divergem das obtidas a partir de pesquisas domiciliares, em razão da própria natureza da fonte de dados, e das diferenças entre as metodologias, que envolve entre outros fatores, a conceituação de variáveis, a cobertura, o período e a forma de captação das informações. Há, portanto, necessidade de ajustes, caso se façam estudos comparativos com essas fontes de informações. No entanto, consideradas suas particularidades, em termos gerais, verifica-se igual tendência na evolução do fenômeno.

Considerações sobre a Base dados: imigrantes

Existem somente dois campos destinados para os estrangeiros na base de dados da RAIS, a nacionalidade e seu ano de chegada no Brasil. Para conseguirmos identificar aqueles que têm a autorização de trabalhar no país por um ou mais anos, caracterizando-se assim como imigrantes permanentes, segundo o conceito do OBMigra, seria preciso que fossem incluídas na RAIS as informações sobre o tipo de visto do estrangeiro e a respectiva Resolução Normativa.

Além disso, para proporcionar um estudo mais detalhado sobre os imigrantes, nossa sugestão é incluir o número do passaporte e da Carteira de Identidade do Estrangeiro (CIE) nos dados recolhidos pela RAIS, proporcionando assim a análise conjunta com outras bases de dados, do próprio MTE e de outras instituições.

1.3 IBGE

O Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acontece no Brasil desde 1872. A partir de 1890 tornou-se decenal, exceto para os anos de 1910, 1930 e 1990, sendo os dois primeiros Censos suspensos, e o último adiado para 1991.

Tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, com o respaldo na legislação geral que regula os levantamentos das estatísticas nacionais, que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações, protege o caráter confidencial das informações coletadas e prevê a divulgação e a entrega de resultados à sociedade.

Trabalhamos com os Censos Demográficos de 2000 e 2010. A data de referência de ambos os censos foi antecipada em relação aos anteriores. Até 1991 a data era 1º de setembro, mas a partir do Censo 2000 a investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência a zero hora do dia 1º de agosto do respectivo ano censitário. Portanto, de acordo com este critério, as pessoas nascidas após esta data foram excluídas do Censo, pois não faziam parte do conjunto de moradores do domicílio na data de referência. Já as pessoas falecidas após esta data foram incluídas, pois eram moradoras do domicílio na data de referência.

Os períodos de referência utilizados para a investigação das informações censitárias de 2000 e 2010 foram: a data de referência; a semana de referência (de 25 a 31 de julho); o mês de referência (julho); o período de referência de 30 dias (2 a 31 de julho); o período de referência de 12 meses (agosto de 1999 a julho de 2000, no Censo 2000; agosto de 2009 a julho de 2010, no Censo 2010), e; a data há 5 anos da data de referência (31 de julho de 2000, 31 de julho de 2005, respectivamente).

Definições e Conceitos Gerais

Foram recenseados todos os moradores em domicílios particulares – permanentes e improvisados - e coletivos, na data de referência, constituindo a população residente no Brasil na data de referência. O censo brasileiro adota o conceito de população residente ou “de direito”, ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual.

Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência ou que, embora ausente na data de referência, tinha o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data. A pessoa responsável pelo domicílio (homem ou mulher), teria que ter no mínimo 10 (dez) anos de idade, e reconhecida pelos moradores como responsável pelo domicílio.

Os domicílios coletivos com morador foram classificados, entre outros, como: Asilo, orfanato; Hotel, pensão; Alojamento de trabalhadores, e; Penitenciária, presídio ou casa de detenção.

A imigração internacional, caracterizada pelo ato de entrar no país para nele morar, foi investigada nos domicílios coletivos e particulares. Foi perguntado se a pessoa nasceu em país estrangeiro, se obteve título de naturalização de acordo com a legislação brasileira ou se permaneceu estrangeira, ainda que residindo no Território Nacional. No caso de pessoa nascida em país estrangeiro, foi investigado o nome do país de nascimento.

A pessoa quanto à nacionalidade foi classificada como:

- Brasileira nata: quando a pessoa nasceu no Brasil, ou a pessoa nasceu em país estrangeiro e foi registrada como brasileira, segundo as leis do Brasil;
- Brasileira por naturalização: quando a pessoa nasceu em país estrangeiro e obteve a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira; ou
- Estrangeira: quando a pessoa nasceu fora do Brasil, ou a pessoa nasceu no Brasil, mas foi registrada em representação estrangeira e não se naturalizou brasileira.

Em relação às ocupações tabuladas pelo OBMigra, utilizamos, igualmente para a RAIS e CGIg/CNIg, o nível mais agregado da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o chamado grande grupo, com 10 classificações:

0: Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares;

1: Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes;

- 2: Profissionais das ciências e das artes;
- 3: Técnicos de nível médio;
- 4: Trabalhadores de serviços administrativos;
- 5: Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados;
- 6: Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca;
- 7: Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais;
- 8: Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais;
- 9: Trabalhadores de reparação e manutenção;

Quanto aos dados disponibilizados nos Censos 2000 e 2010 cabem algumas considerações.

A CBO, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Esta classificação descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho segundo as características que dizem respeito às funções, tarefas e obrigações do trabalhador e ao conteúdo de seu trabalho (conhecimentos, habilidades e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação). Esta classificação tomou como referência a *Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones*: CIUO-88. Ainda que apoiado nas orientações da CIUO, procurou-se garantir a representação de características ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro em suas múltiplas manifestações, resultando em uma correspondência entre o CBO e a CIUO-88 a dois dígitos.

No momento de realização do Censo Demográfico 2000, o desenvolvimento da CBO ainda não havia terminado, mas estava em etapa de validação de estrutura e descrição das famílias ocupacionais. Sendo assim, o IBGE utilizou a estrutura definida em outubro de 1999, que posteriormente sofreu pequenas alterações até a oficialização da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO-2002, pelo MTE, em setembro de 2002.

Assim, no Censo 2000 foi utilizada a CBO-Domiciliar, ela é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações para as pesquisas domiciliares. A CBO-domiciliar mantém-se compatível com a CBO no nível mais agregado, o grande grupo. Porém, algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais foram reagrupados tendo em vista as dificuldades de serem captados com precisão nas pesquisas domiciliares. Os dez grandes grupos (GG) formam o nível mais agregado da classificação. Cada um apresenta um conjunto de famílias ocupacionais agregadas por nível de competência e similaridade nas atividades executadas, reunindo amplas áreas de trabalho, mais do que tipos específicos. Cada grande grupo é identificado através do primeiro dígito do código. O Subgrupo Principal (SGP) é um agrupamento mais restrito que o grande grupo, num total de 48 títulos, reunindo ocupações assemelhadas quanto à natureza do trabalho ou quanto aos níveis de qualificação exigidos. Cada um dos 176 subgrupos (SG) indica o domínio dos campos profissionais de famílias ocupacionais agregadas. O Grupo de Base - GB é a unidade de classificação para efeitos práticos, reunindo um conjunto de ocupações similares, num total de 510 famílias ocupacionais.

Com vistas a permitir a comparabilidade internacional das estatísticas nacionais, o IBGE desenvolveu a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, para implantação nas pesquisas domiciliares a partir do Censo Demográfico 2010, tendo como referência a CIUO-08, incorporando suas alterações e avanços. A ocupação, portanto, foi codificada simultaneamente segundo as duas classificações: a COD e a CBO-Domiciliar. O procedimento de dupla codificação teve como objetivo garantir que a transição para uma nova base classificatória, com estrutura bastante diferenciada da anterior, pudesse ser feita preservando a comparação com a série histórica e permitindo a avaliação das diferenças existentes.

O Censo Demográfico de 2010 foi o primeiro digital no mundo. Os recenseadores utilizaram computadores de mão para registrar as perguntas respondidas, o que possibilitou uma pré-crítica automática dos dados. Outra inovação, com o objetivo de garantir a realização da entrevista nas situações em que o recenseador encontrasse dificuldades para realizá-la na modalidade presencial, abriu-se a possibilidade de coleta por meio da Internet. O recenseador poderia oferecer essa alternativa quando houvesse restrições de acesso a áreas específicas, por exemplo, no caso de condomínios fechados. Nesse caso, o morador que optava por essa modalidade recebia um envelope contendo e-tickets (códigos de acesso alfanuméricos) que lhe

davam acesso ao questionário num site com segurança atestada por autoridade certificadora, garantindo a criptografia e o sigilo das informações prestadas.

Definições e Conceitos: OBMigra

Em relação aos dados dos Censos Demográficos, o Observatório buscou trabalhar com a migração de estoque e da última etapa, além da emigração internacional, investigada de forma inédita pelo IBGE, no Censo Demográfico de 2010.

Na tabulação do estoque da migração, aqui tratados como imigrantes, foram consideradas todas as pessoas classificadas como estrangeiras ou naturalizadas brasileiras, que residiam no Brasil na data de referência dos respectivos levantamentos, ou seja, aquelas pessoas nascidas em país estrangeiro que sobreviveram ou não reemigraram até a data de realização dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Foram considerados como fluxos migratórios internacionais o último movimento de entrada no país, por pessoa nascida no estrangeiro e realizado num período inferior a dez anos em relação à data de referência do Censo. Devido à estrutura e o fluxo de perguntas nos respectivos questionários, no caso do Censo Demográfico de 2000, levou-se em consideração o tempo de residência na Unidade da Federação, para o Censo 2010 tomou-se o tempo que a pessoa vivia no município.

Para mensurar a emigração internacional, o IBGE perguntou se naquele domicílio que estava sendo entrevistado havia habitado alguém que na data de referência de realização do Censo Demográfico de 2010 estaria vivendo no exterior. Em caso afirmativo, investigou-se, para cada uma das pessoas declaradas como vivendo no exterior as seguintes variáveis: sexo, ano de nascimento, ano da última partida para morar em outro país, país de residência em 31/07/2010.

Universo e Base de dados

Foram recenseados todos os moradores em domicílios particulares e coletivos, nas datas de referências nos respectivos Censos. Por outro lado, por representarem território estrangeiro, as embaixadas, legações - representações diplomáticas de categoria inferior a embaixadas - ou consulados foram considerados unidades não

residenciais e, portanto, ainda que estivessem servindo de residência, seus moradores não foram objeto de pesquisa.

O Censo 2010, em relação ao conteúdo das entrevistas, teve como no censo anterior, dois modelos de questionário: Básico e da Amostra. O Básico, com 37 perguntas, foi aplicado em todos os domicílios brasileiros. O da Amostra, com 108 perguntas, foi respondido por uma parte (amostra) da população. A aplicação desse conjunto de quesitos dos questionários dependia da idade ou do sexo de cada pessoa, podendo ter saltos durante o preenchimento.

O Questionário Básico apresentou perguntas sobre as características dos moradores (sexo, idade, cor ou raça, educação e rendimento) e características dos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário, existência de energia elétrica e destino do lixo). E, pela primeira vez, apresentou perguntas sobre emigração internacional, mortalidade, posse de documento de registro de nascimento, etnia e língua indígena.

Já o Questionário da Amostra continha todas as perguntas do Questionário Básico, e mais um conjunto de quesitos sobre temas como educação, religião, deficiência, migração, fecundidade, trabalho e rendimento, entre outros. Desta forma, durante a coleta dos Censos Demográficos 2000 e 2010, foram usados dois modelos de questionário, sendo, em cada domicílio, aplicado somente um dos modelos.

O Questionário da Amostra foi aplicado em domicílios selecionados através de amostragem probabilística, representativa para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, e, dependendo do erro amostral de cada estimativa, para as Regiões Metropolitanas e Municípios, divididos por situação do domicílio, urbana ou rural.

No Censo 2010, a aplicação de um ou outro tipo de questionário dependeu do tamanho populacional do município, tendo sido definidas cinco frações amostrais diferenciadas (Tabela 1.4), e o sorteio realizado automaticamente através do computador de mão.

Tabela 1.4 Fração amostral, número de municípios, número esperado de domicílios e de pessoas por tipo de questionário, segundo classes de população dos municípios

Classe de população dos municípios	Fração amostral (%)	Número de municípios	Questionário da Amostra		Questionário Básico	
			Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
Total	11	5 565	5 883 391	21 002 618	47 742 703	170 512 006
Até 2 500	50	260	79 835	262 126	79 835	262 126
Mais de 2 500 até 8 000	33	1 912	909 895	3 159 821	1 847 363	6 415 395
Mais de 8 000 até 20 000	20	1 749	1 268 579	4 613 359	5 074 317	18 453 435
Mais de 20 000 até 500 000	10	1 604	2 813 537	10 099 788	25 321 838	90 898 089
Mais de 500 000	5	40	811 545	2 867 524	15 419 350	54 482 961

Fonte: IBGE, 2013

A aplicação dessas frações de amostragem fez com que a dimensão da amostra do Censo 2010 resultasse robusta e suficiente, propiciando medidas de precisão adequadas para níveis geográficos variados, como forma de atender às demandas por informações municipais e, dependendo da dimensão populacional do município, até mesmo para áreas menores.

A discussão sobre o uso de amostragem na coleta de informações em censos demográficos passa sempre por duas grandes definições: o plano amostral e a fração (ou frações) de amostragem. A pesquisa por amostragem probabilística na coleta dos censos demográficos no Brasil teve início em 1960 e foi realizada, desde então, em todos os censos decenais.

Nos Censos de 1991 e 2000, foram usadas duas frações amostrais, de acordo com o tamanho do município, medido em população. Os municípios com até 15.000¹⁵ habitantes tiveram 20% de seus domicílios investigados por meio do Questionário da Amostra e, nos municípios com mais de 15.000 habitantes, a fração amostral foi de 10%.

Após a definição do plano amostral, foram calculados os coeficientes de variação (CV) e intervalos de confiança esperados para avaliação. Para os municípios com população de até 2.500 pessoas, observa-se menor precisão esperada para algumas estimativas. Isso ocorre porque as frações adotadas nesses municípios não são suficientes para permitir a estimação com a mesma qualidade dos demais.

¹⁵ População estimada pelo IBGE para a data de referência dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Assim, para cada unidade domiciliar selecionada na amostra do Censo Demográfico 2010, foi associado um fator de expansão ou peso. Esse peso foi obtido através do ajuste de um peso inicial dado pelo inverso da fração amostral efetiva, que é o número total de domicílios recenseados divididos pelo número de domicílios selecionados para a amostra em uma determinada área geográfica. O peso obtido para uma determinada unidade domiciliar foi atribuído também a cada um de seus moradores. Por unidades domiciliares pesquisadas, entende-se os domicílios particulares ocupados e as famílias e pessoas sós, moradoras em domicílio coletivo (também denominadas unidades de habitação em domicílios coletivos). Comparando-se com o Censo 2000, foram incluídos os seguintes novos quesitos no Censo 2010:

- Para características de domicílios: material predominante das paredes; uso de medidor e disponibilidade de energia elétrica; existência de telefone celular, motocicleta, acesso à Internet; emigração internacional; mortalidade; e responsabilidade pelo domicílio (um ou mais de um responsável);
- Para características dos moradores: se tem mãe viva e se mora no domicílio; para a população indígena, a etnia ou povo a que pertence e a língua falada; existência de registro de nascimento para os moradores com até 10 anos; migração interna de última etapa; inclusão de curso de especialização de nível superior como o mais elevado que frequenta ou frequentou; identificação de rendimentos de programas sociais; deslocamento para frequência à escola, se trabalha em um só local e tempo habitual de deslocamento de casa para o trabalho; e
- Abertura no detalhamento para identificação dos domicílios coletivos (asilo, hotel, penitenciária etc.) e características do entorno (existência de iluminação elétrica, identificação do logradouro, pavimentação, etc.).

O quesito cor ou raça, que até 2000 era investigado apenas no Questionário da Amostra, passou, no Censo 2010, a ser investigado também no questionário básico, cobrindo toda a população recenseada. Outro detalhe a destacar diz respeito à ampliação da investigação do rendimento mensal total para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Nos Censos 1991 e de 2000, o rendimento investigado no questionário básico era apenas para a pessoa responsável pelo domicílio.

As informações investigadas no bloco de emigração internacional foram existência de morador, em domicílio particular, que deixou o Brasil para morar em

outro país, por sexo, idade, ano de partida e país de residência em 31 de julho de 2010. Este bloco foi pesquisado nos dois questionários, Básico e da Amostra.

Para a tabulação dos dados apresentados pelo OBMigra, do Questionário Básico foram utilizadas somente as variáveis sobre a emigração de brasileiros em 2010, as demais foram do Questionário amostra para ambos os censos. As variáveis consideradas para a tabulação de última etapa e estoque foram as mesmas: sexo, idade, ambas cruzadas por nacionalidade, cor/raça, estado civil, condição de atividade econômica, ocupação, rendimento per capita, horas semanais trabalhadas no trabalho principal e escolaridade; todas cruzadas por Unidades da Federação e Municípios com 500 ou mais registros. Quanto menor o total de pessoas por característica, maior o coeficiente de variação e seu erro amostral. De acordo com o estudo realizado pelo IBGE (2013, pág. 644) sobre os tamanhos amostrais, as amostras com 500 ou mais pessoas possuem um coeficiente de variação abaixo de 20%.

Considerações sobre a Base de Dados

Os dados dos Censos 2000 e 2010 foram amplamente divulgados em forma digital, através de tabelas estáticas a complexas tabulações em bancos de dados multidimensionais. Os microdados, em formato TXT, foram disponibilizados para *download* por UF, e, para cada uma, separados em bancos de dados para domicílios, emigração, mortalidade e pessoas. Sendo necessário assim concatenar os diferentes bancos, por UF, para tabular diferentes cruzamentos entre as variáveis. Além disso, seria necessário programas computacionais específicos e computadores com alta capacidade de processamento de dados, o que o OBMigra não dispunha.

Entre os bancos multidimensionais está o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), responsável por produzir, de forma automatizada, informações agregadas a serem carregadas no banco de dados agregados. Apesar de quase todas as tabelas terem tido seus dados tabulados nos níveis de subdistrito, bairro e região metropolitana, não contemplavam todas as informações de interesse do Observatório.

Outra opção foi Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), que tem como objetivo disponibilizar ao público ferramentas voltadas à busca, recuperação e manuseio das informações estatísticas, de forma totalmente desagregada, ou seja, na forma de microdados. Existem dois módulos disponíveis no sistema, o de consultas livres, aberto

ao público, é possível construir tabulações personalizadas sem conhecimento técnico de programação, bastando selecionar as variáveis, ocorrências temporais e níveis geográficos. Porém, este módulo é limitado, algumas informações por municípios não estão acessíveis, ou mesmo algumas variáveis de interesse do Observatório. O resultado de uma consulta livre no BME é uma tabela agregada, preservando sigilo legal da informação estatística.

O segundo módulo disponível para acessar as estatísticas dos bancos de dados do IBGE são consultas que precisam de login e senha para entrar no BME, que habilita o usuário, em diferentes níveis de permissão, dependo do tipo de usuário, ter acesso a níveis geográficos mais específicos para algumas variáveis.

O BME foi desenvolvido em um ambiente de *data warehouse*, princípio ao armazenamento de grandes volumes de dados. O sistema utiliza modelagem multidimensional, formado por uma tabela central (tabela de fatos) e várias outras a ele interligadas (tabelas de dimensão). Ele está disponível para utilização *online* em www.bme.ibge.gov.br.

Assim, considerando a simplicidade de utilização e disponibilidade de variáveis dos Censos 2000 e 2010 para cruzamento no BME, optamos por utilizá-lo, solicitando ao IBGE um login e senha temporários. Porém, encontramos inicialmente dificuldades para utilizar o BME, pois algumas ferramentas disponíveis para o filtro das variáveis não estavam funcionando. Alguns e-mails foram trocados com a administração do BME para solucionar o problema e começar a tabulação das variáveis.

2 Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências

Leonardo Cavalcanti¹⁶

A mobilidade humana, como já se sabe, tem sido constante através das páginas da história. No entanto, nas últimas décadas, o fenômeno ganhou um protagonismo singular no cenário internacional. Para Massey e Arango (1998), a influência da chamada economia pós-industrial, a partir dos anos 70, e as importantes transformações geopolíticas do ocidente no século XX, que foram de diversas ordens e em esferas distintas da sociedade, também alteraram de modo radical as imagens e as ideias sobre as migrações. O número de pessoas que se deslocam atualmente ganhou uma proporção tão elevada que alguns autores, como Castles e Miller (1993), chegam a sugerir que vivemos na era das migrações, que seriam sintetizadas em cinco características fundamentais: globalização, aceleração, diferenciação, feminização e a crescente politização das migrações.

Na atualidade, os movimentos migratórios se inserem como um processo inerente às grandes mudanças internacionais, fazendo com que países caracterizados pela imigração se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão de obra ou vice-versa. Além disso, alguns países observam o crescimento, nas suas cidades e estados, da chamada "cultura de emigração" e, em alguns casos, passam a ter seus PIBs diretamente dependentes das remessas dos emigrantes¹⁷. Outras áreas do planeta se tornaram lugares de trânsito ou países de acolhida para populações migrantes. Assim, o fenômeno migratório contemporâneo possui uma complexidade sem precedentes na história recente das migrações (Portes, 2012).

Para analisar o cenário migratório atual, não basta apenas o olhar das contribuições históricas, como *The Laws of Migration* de Ernest-George Ravenstein (1885-1889), fundador indiscutível do pensamento moderno sobre as migrações, ou o

¹⁶ Professor da Universidade de Brasília e Coordenador Científico do OBMigra

¹⁷ Em países como El Salvador, Honduras e Haiti as remessas dos emigrantes chegam a superar 20% do PIB desses países (Parella e Cavalcanti, 2013).

imprescindível *The Polish Peasant in Europe and America*, de William Thomas e Florian Znaniecki (1918-1920). Tampouco é possível ficar refém somente de uma parte do mosaico atual de teorias recentes sobre as migrações: *teoria neoclássica, histórico-estrutural, mercado de mão de obra dual, teoria do sistema mundial, redes migratórias, efeitos de repercussão e perspectiva transnacional*. Pelo contrário, a diversidade e a complexidade das migrações na atualidade exige diferentes olhares interdisciplinares, pois, como “fato social total¹⁸”, a migração está formada por deslocamentos de pessoas no espaço geográfico, mas também em outros espaços, como podem ser o social, o político, o econômico ou o cultural (Sayad, 2001).

No Brasil, as migrações internacionais passaram por diferentes “etapas”, “idades”, “gerações” e “modos de geração”, no sentido do movimento sincrônico e diacrônico das migrações, proposto por Sayad (2001). Falar em termos de “etapas” ou “idades” também pressupõe pensar em termos de crescimento, mudanças contínuas e graduais, fim de etapas e desenvolvimento de novos ciclos. Dessa forma, é possível fazer uma análise sócio-histórica dos “lugares difíceis” (Bourdieu, 1997) da heterogênea migração brasileira.

Se até a segunda metade do século XX o Brasil era fortemente marcado pela imigração internacional, a partir da década de oitenta ou da chamada “década perdida”, houve uma inversão nesse processo (Reis & Sales, 1999). Uma considerável parte da população deste país começou a protagonizar uma nova realidade migratória, penetrando desse modo, no quadro dos países exportadores de mão de obra¹⁹ (Margolis, 1994; Feldman-Bianco, 1997; Sales, 1999).

No entanto, a crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos, a qual também afetou de forma substancial a Europa e o Japão, introduz uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil. Além disso, o desenvolvimento econômico e social do país e o seu repositionamento geopolítico nos últimos anos, tem tornado a migração muito mais diversa. Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte

¹⁸ Sayad (2001) repagina a noção de “fato social total” de Mauss (1986) para analisar as migrações de forma multifacetada, interpretável em vários níveis de análise inter-relacionados entre si: social, histórico, geográfico, econômico, entre outros, protagonizado pelo chamado “*migrante total*”, na perspectiva sayadiana.

¹⁹ O país continuou recebendo imigrantes, especialmente latino-americanos, como observado no trabalho de Silva (1997). No entanto, em números absolutos o saldo passou a ser negativo.

dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica pós 2007, nos Estados Unidos, Europa e Japão (Solé, Cavalcanti e Parella 2011).

Assim, o país volta a receber fluxos migratórios diversificados. Se alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro (Silva, 1997), nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial de 2007, em que os países emergentes não foram tão afetados como os chamados países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil. Assim, outros fluxos mais recentes, como os imigrantes haitianos, começam a ter uma presença aparentemente permanente na imigração contemporânea no Brasil.

Não é possível explicar a presença desses novos fluxos no Brasil sem recorrer ao mercado de trabalho. Ademais, é no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios exclusivamente a questões laborais implica reconhecer uma limitação analítica: as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são determinantes na mobilidade humana. Todavia, é preciso ressaltar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado do trabalho.

De acordo com os dados expostos no presente documento é possível auferir, de forma geral, as seguintes características da inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro:

Diversificação dos fluxos e características sociodemográficas

Os dados contidos nesse texto atestam que o Brasil passa por um momento singular, no que diz respeito às migrações internacionais. Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro porque tinham a função de “ocupar” territórios e de “branquear” o país, na atualidade o mercado de trabalho brasileiro vem recebendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis).

Os dados apresentados nesse texto, demonstram que entre os anos 2011 e 2013, o número de imigrantes no mercado de trabalho formal cresceu 50,9%. Os imigrantes

haitianos passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal em 2013, superando os portugueses. Assim, a sua população cresceu, aproximadamente, dezoito vezes, passando de pouco mais 814 imigrantes em 2011, para 14.579 empregados no mercado de trabalho formal em 2013. Se somarmos a esse número aqueles imigrantes que não tem vínculo formal de trabalho, podemos afirmar que esse coletivo possui uma presença significativa no Brasil. Se os mexicanos e centro-americanos conformam o principal grupo de imigrantes nos Estados Unidos; os equatorianos na Espanha; os bolivianos na Argentina; os negros caribenhos na Holanda; os índios e bengalis na Inglaterra; os argelinos, senegaleses e marroquinos na França; no Brasil é possível conjecturar que, dada as características do fenômeno migratório atual e a lógica das redes migratórias, esse coletivo terá um lugar permanente no cenário da imigração no país, tanto em termos numéricos, quanto simbólicos, culturais, econômicos e sociais.

Analizando a inserção dos imigrantes no mercado formal, com relação ao sexo, em geral, predominam as pessoas do sexo masculino. Em alguns coletivos há uma presença de 70% de homens e de 30% para mulheres. Em um primeiro olhar, a percepção é que o Brasil vai no sentido contrário dos outros países nesse quesito. De fato, nas últimas décadas houve uma feminização dos fluxos migratórios no contexto global. Segundo dados da UNFPA (2006), na atualidade, a proporção de mulheres migrantes é em torno de 49%. Ao falar da feminização das migrações não nos limitamos aos dados quantitativos ou de fluxos. As mulheres sempre estiveram presentes como protagonistas tanto no contexto das migrações internas, quanto internacionais. A diferença em relação a outros momentos é que há, na atualidade, uma maior visibilidade nos estudos acadêmicos sobre a presença das mulheres migrantes e, sobretudo, pelo protagonismo das mulheres, tanto na eleição do projeto migratório, quanto na decisão familiar de migrar (Solé, Cavalcanti e Parella, 2011; Pedone, 2003).

No entanto, vale à pena salientar que esta predominância dos homens sobre as mulheres aqui analisados está tão somente relacionado com o vínculo formal no mercado de trabalho. Ademais a feminização das migrações se coaduna com a feminização da pobreza e precarização das condições do trabalho feminino. Além disso, no contexto migratório, o mercado de trabalho tende a manter-se diferenciado segundo os papéis de gênero. As ocupações que tem a ver com a reprodução social, tais como: serviços de limpeza, cuidado de crianças, atenção à terceira idade, entre outros, são predominantemente realizados pelas mulheres migrantes (Boyd, 1989; Parella, 2003).

Muitas dessas atividades são marcadas pela precariedade e pela ausência de um vínculo formal no mercado de trabalho. Isso pode explicar a disparidade das cifras e, sobretudo, a diferença entre o Brasil e outros países receptores de fluxos migratórios.

No tocante à faixa etária, observa-se que mais da metade dos estrangeiros com vínculo no mercado de trabalho formal têm entre 25 e 50 anos. Nesse sentido, o contexto brasileiro está em sintonia com os países receptores de fluxos migratórios, em que as migrações são marcadas eminentemente por pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país.

Inconsistência de status. Disparidades entre formação acadêmica, atuação profissional e renda

Os imigrantes no Brasil seguem a tônica da incorporação laboral dos imigrantes nos países com tradição de recepção de fluxos migratórios. Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia.

De modo geral, os imigrantes têm uma formação técnica e profissional superior às exigidas pelo exercício da profissão atual e, portanto, há uma inconsistência de status na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem. Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas, engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, entre outras atividades.

De acordo com Sayad (2001) essa situação somente pode ser entendida a partir de uma classificação inseparavelmente técnica e social. Ainda que tecnicamente o imigrante tenha uma formação específica, socialmente será considerado um trabalhador sem qualificação, pois o imigrante somente existe aos olhos do estado nacional no dia que atravessa as suas fronteiras. Tudo o que antecede a essa existência é desconhecido, inclusive a sua formação técnica e os seus diplomas. Nesse sentido, o autor questiona se

esse fato poderia ser traduzido em uma forma de etnocentrismo: só é conhecido e entendido o que se tem interesse em conhecer e reconhecer.

Os dados do presente documento atestam que no Brasil há uma inconsistência de status entre os imigrantes. Em torno de 38% e 30% possui formação superior e ensino médio completo, respectivamente. Essa é a tendência para a maioria dos coletivos. Uma fração mínima tem ensino fundamental incompleto e as taxas de analfabetismo se aproximam de zero²⁰.

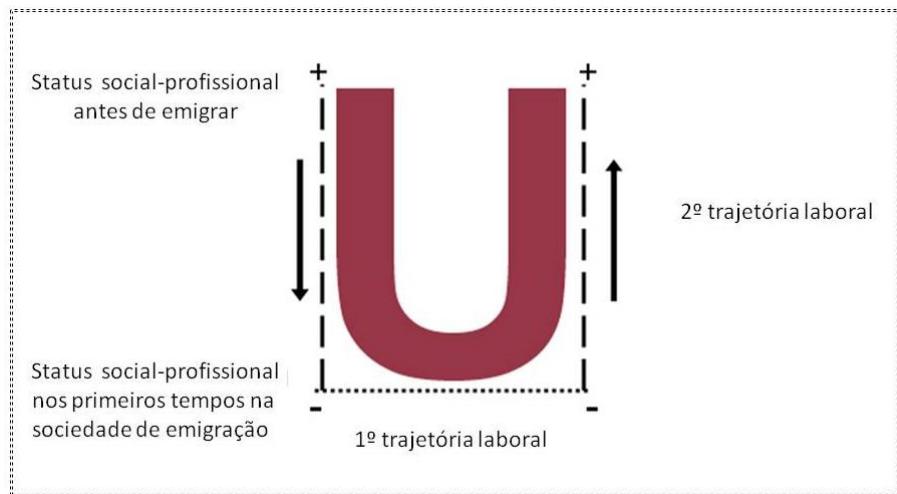
No entanto, a faixa de renda não corresponde com a formação dos imigrantes. Em torno de 53% dos imigrantes recebem entre 1 e 3 salários mínimos. E a população imigrante que recebe somente entre 1 e 2 salários mínimos fica na casa dos 40%. Nesse sentido, podemos auferir que uma parte significativa da população está exercendo trabalhos aquém da sua educação formal e, portanto, há indícios de inconsistência de status entre a população imigrante.

A curva em U (U-Shaped)

De acordo com Chiswick, Liang Lee, Miller (2002), a condição de imigrante, as dificuldades com o idioma, a demora no reconhecimento dos títulos universitários - entre outros problemas que os imigrantes enfrentam na sociedade de destino – fazem com que essa população tenha que realizar o que os autores chamam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino. E, portanto, será necessário um tempo de acomodação para recuperar a posição de partida.

²⁰ O desvio na taxa de analfabetismo ficou por conta dos haitianos que teve um aumento no número de analfabetos, em torno de 979%, mas em termos relativos esse número não chega nem a 5% do coletivo. A maioria, em torno de 55% dos nacionais desse país tem o ensino médio ou ensino fundamental completo.

Figura 2.1 Curva em U

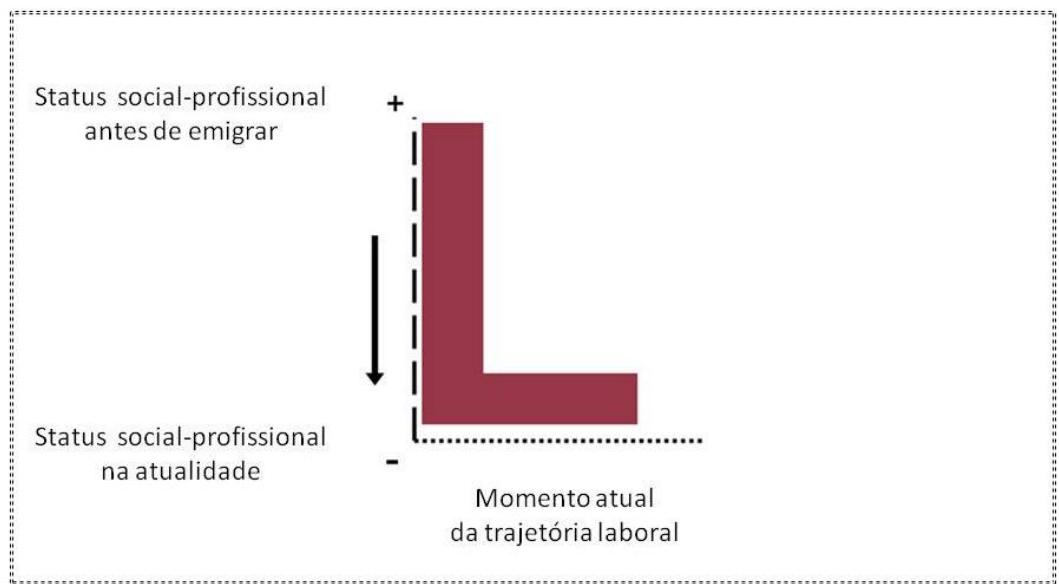


Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

O fator tempo de residência, unido à consolidação das redes sociais; a aquisição de capital social e simbólico; a regularização das autorizações de residência; e, especialmente, as políticas públicas de inserção laboral dos imigrantes serão decisivas para que os imigrantes possam completar a curva em U. As políticas públicas terão um fator determinante, inclusive para que os imigrantes possam ter mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem.

Devido ao limitado tempo de permanência desses novos fluxos no Brasil, a situação atual dos imigrantes, aponta mais a uma “curva em L”. Na atualidade podemos considerar a partir da diferença entre o nível de renda e as atividades desempenhadas pelos imigrantes, que os novos fluxos migratórios formados por haitianos, senegaleses, gambianos, bengalis, peruanos, dominicanos, entre outros, na sua maioria se encontram em atividades aquém ao nível de educação formal.

Figura 2.2 Curva em L



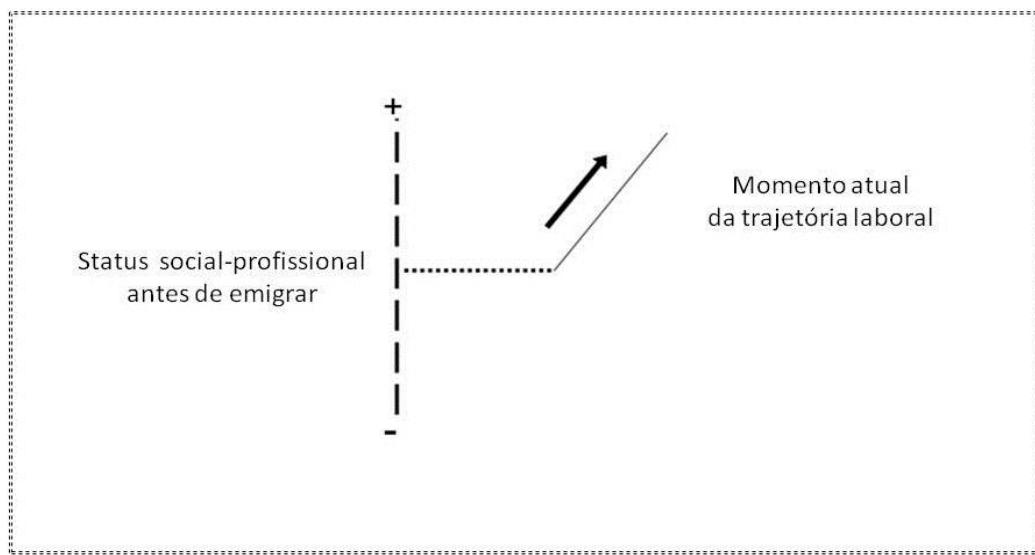
Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

As políticas públicas de inserção laboral serão decisivas para que os imigrantes não fiquem estancados na “curva em L”, mas possam realizar a curva em U, atingindo uma mobilidade ascendente ou uma inserção mais horizontalizada no momento de chegada, inclusive com possibilidades de ascensão em relação à sociedade de origem desde o início. A promoção e realização de estudos longitudinais sobre imigração e trabalho serão fundamentais para compreender melhor as formas de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

A circulação, via empresas multinacionais, de trabalhadores qualificados

Os dados também demonstram que há um grande número de trabalhadores estrangeiros qualificados no Brasil, que circulam através das empresas multinacionais. De fato, uma parte significativa da emissão de vistos de trabalho é para pessoas que são requisitadas por empresas para que exerçam atividades qualificadas. Seguindo o raciocínio de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002), podemos afirmar que, desde o início, esses imigrantes já exercem uma incorporação laboral em diagonal.

Figura 2.3 Trajetória diagonal



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

Esta composição da imigração no mercado de trabalho brasileiro corrobora o pensamento de Sayad (2001) nas suas reflexões em torno da percepção dos imigrantes. Segundo o autor, “estrangeiro” e “imigrante” recebem um reconhecimento sócio-jurídico distinto nas sociedades de destino. Para ele, ambas as expressões não implicam, necessariamente, um mesmo estatuto social. Enquanto para os “estrangeiros” existe uma figura jurídica baseada em uma realidade social objetiva plasmada na forma de lei, para o “imigrante” encontramos um imaginário que o constrói socialmente. No que se refere ao marco jurídico, existe uma legislação que regula os direitos e deveres dos estrangeiros, com relação à sua presença e permanência dentro do território. Já o “imigrante” não é uma figura objetiva, senão uma condição social, em que recai um atributo carregado de princípios negativos e de uma otredade em relação aos chamados nacionais (Delgado, 1996). Ainda que somente haja uma lei para os “estrangeiros”, socialmente há uma hierarquização das alteridades e nacionalidades, vinculadas ao contexto geopolítico e econômico.

Assim, ainda que um “imigrante” seja juridicamente um “estrangeiro”, a designação imigrante o associa a uma pessoa que procede de um país economicamente menos favorecido, que tem um elevado umbral de pobreza, com indicadores sociais limitados e sociedades “atrasadas” no sentido civilizatório e que devido a essa

combinação de fatores “exporta” imigrantes²¹. Por outro lado, temos a denominação de “estrangeiro”, em geral, associada socialmente a um indivíduo originário de uma nação economicamente mais desenvolvida que em vez de exportar imigrantes, produz turistas (Nunes e Cavalcanti, 2014).

Esses “estrangeiros” que circulam através das empresas multinacionais são percebidos socialmente de modo diferenciado pelos discursos políticos, da mídia e, inclusive, acadêmicos²². Assim, são esses imigrantes, que conformam trajetórias em diagonal, os responsáveis por uma significativa quantidade de expedição de vistos de trabalho no Brasil.

Nichos de trabalho

A partir do exposto anteriormente e dos dados contido no presente documento, podemos auferir que na atualidade os imigrantes estão nos extremos do mercado de trabalho, tanto na base, quanto no topo. Os grupos ocupacionais que tiveram um maior aumento de imigrantes refletem essa dinâmica: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (163,8%); profissionais das ciências e das artes (100%); trabalhadores qualificados agropecuários, florestais e da pesca (95,6%) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (45,4%). Deste modo, o país tem demandado trabalhadores para atividades altamente qualificadas e, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, começa a necessitar de imigrantes para atividades que exigem pouca qualificação. Assim, observamos um aumento significativo dos imigrantes no sul do país, nos setores da construção civil e no setor de produção de bens industriais, sobretudo em trabalhos pesados, como, por exemplo, os trabalhos nas fábricas de conservas, nos abatedores de carne e frango, na construção civil, entre outros. Trabalhos que são realizados em condições duras e difíceis que os locais evitam realizar.

Por outro lado, há uma carência e necessidade de profissionais altamente qualificados, especialmente nas áreas de biotecnologia, infraestrutura, profissionais de saúde, etc. Os dados revelam que, entre os diferentes fluxos imigratórios dirigidos ao Brasil, encontram-se os dos chamados imigrantes qualificados. São trabalhadores que

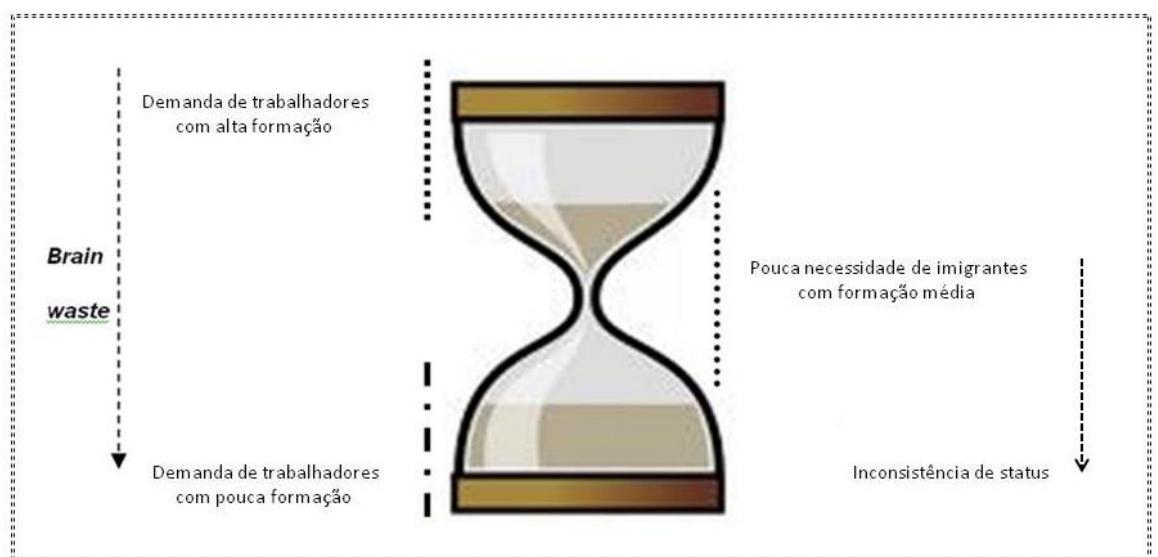
²¹ É importante apontar que essa fronteira não é tão rígida, pois mesmo dentro de um mesmo grupo nacional que é identificado como um país de emigrantes, algumas pessoas podem ter um *status* social de “estrangeiro”, como é o caso de diplomatas, artistas, estudantes, esportistas, entre outros.

²² Sobre a composição e estruturas que predominam nos diversos discursos sonoros sobre a imigração, conferir os trabalhos de Van Dick (1997) e Edstrom (1993).

imigram tanto para as empresas privadas, quanto para o setor público, através de programas como *Mais Médicos* e *Ciência sem Fronteiras*. Esses novos fluxos imigratórios colocam o Brasil no contexto do crescente fluxo formado por imigrantes qualificados. De acordo com as estimativas da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), entre as décadas de 1990 e 2000 houve um aumento de 63,5% no número de imigrantes qualificados residindo nos países da OECD, que atingiu 20 milhões imigrantes qualificados. Segundo com Pellegrino (2008) o prognóstico é que estes números continuem a crescer inclusive nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Por conseguinte, os dados permitem afirmar que na atualidade a absorção do mercado de trabalho brasileiro em relação à mão de obra imigrante, analogicamente, seria parecida ao que Portes (2003) denomina de relógio de areia na relação imigração e trabalho. Segundo o autor, há uma necessidade de trabalhadores tanto no topo, quanto na base do relógio. Mas os imigrantes de formação media tendem a sofrer inconsistência de status, pois há pouca demanda para os trabalhadores com essa formação.

Figura 2.4 Estrutura do mercado de trabalho e demanda da mão de obra imigrante



Fonte: Elaboração própria a partir de Portes (2003)

No Brasil, observa-se que o mercado de trabalho está absorvendo imigrantes na base e no topo. Desse modo, devido a forte demanda por trabalhadores qualificados e

uma necessidade de trabalhadores em atividades que exige pouca formação, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, o Brasil tem na atualidade um contexto imigratório como refletido na figura acima.

À guisa de conclusão: Imigração, mercado de trabalho e direitos humanos

A imigração não resolverá a demanda de mão de obra do mercado de trabalho brasileiro. Mas, tampouco é possível prescindir dela e ficar indiferentes a essa necessidade. Entender melhor a relação entre imigração e o mercado de trabalho é chave para poder analisar a posição social que ocupam os imigrantes na atualidade e que ocuparão os seus descendentes no futuro. Portanto, a análise da presença dos imigrantes no mercado trabalho é crucial para o direcionamento de políticas públicas que reduzam a inconsistência de status e facilitem os caminhos para a mobilidade social ascendente.

Se as redes migratórias determinam quem migra, quando e em quais condições as pessoas migram (Pedone, 2006), é o mercado de trabalho que vai determinar a intensidade e o direcionamento dos fluxos migratórios (Cachón, 2002; Solé e Parella, 2005). Um caso exemplar para ilustrar essa relação é o que ocorreu no contexto espanhol. Enquanto o mercado de trabalho daquele país tinha um nicho de atividades que demandava imigrantes (construção, agricultura, serviços, entre outros), a Espanha foi o segundo país no mundo ocidental que mais recebeu imigrantes na década passada, segundo os dados da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD). Só ficou atrás dos Estados Unidos. Com a crise econômica e o desaquecimento do mercado de trabalho os fluxos foram reduzidos e começou a haver um saldo negativo, entre os espanhóis que emigravam e os imigrantes que chegavam ao país.

No entanto, reduzir ou vincular as migrações única e exclusivamente ao mercado de trabalho é incorrer em uma limitação teórica e política. As migrações não se dão unicamente por uma lógica economicista, no sentido da atração e expulsão (*push and pull*) como entendia a perspectiva neoclássica. Os motivos da mobilidade humana são múltiplos e variados. O fenômeno migratório é heterogêneo, multifacetado e marcado por dinâmicas que mudam constantemente.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas incorporem a dimensão dos direitos humanos. Segundo De Lucas (2002), a ferida original das políticas de

imigração é precisamente a ausência dos direitos humanos. Reduzir os imigrantes a uma simples força de trabalho disponível exclusivamente a reprodução do capital, sem uma aposta firme pelos direitos e pelo pleno exercício da cidadania por parte dos imigrantes, acarretaria graves consequências para a dignidade da pessoa e com incontáveis sequelas sociais para o futuro.

Deste modo, é importante desmarcar-se de visões que simplificam o multifacetado fenômeno migratório, tanto na sua versão economicista que reduzem os imigrantes a uma mera força de trabalho, quanto a vertente humanista que desconsidera a função produtiva e o impacto na economia da população imigrante. A junção entre mercado de trabalho formal e proteção dos direitos humanos, aponta para um caminho mais realista e eficaz para a gestão das migrações.

Ademais, essa combinação é um bom antídoto para não cair na ironia da famosa frase do romancista Max Frisch ao se referir aos imigrantes que chegavam à Suíça em 1965: “queríamos mão de obra e chegaram pessoas”. Continuará chegando mão de obra imigrante no Brasil, mas também pessoas que adoram outros deuses, gostam de outras comidas e têm cosmovisões de mundo diferenciadas.

As políticas de imigração deveriam ir na via de tratar as migrações na sua complexidade, multidimensionalidade e incluí-la de forma transversal nas diversas políticas públicas. A junção entre políticas que possam acomodar os imigrantes no mercado de trabalho formal, com a perspectiva dos direitos humanos, contribuirá de forma decisiva a consolidar a imigração como um ativo para o desenvolvimento do país, não somente do ponto de vista econômico, mas também cultural, social e político.

3 O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010

Antônio Tadeu de Oliveira²³

O Brasil passou boa parte de sua história como sendo país de imigração, desde o início de sua colonização até os anos 1930, quando começaram a cessar os incentivos à vinda de estrangeiros. Estima-se que no final do século XIX o contingente de imigrantes chegou a representar aproximadamente 6,2% da população residente no país, em 1900 (LEVY, 1974).

A partir da década de 1940, os fluxos migratórios internacionais deixaram de ser algo relevante na agenda nacional, até o momento que começamos a perceber importantes volumes de saída nos anos 1980, inicialmente em direção aos Estados Unidos. De forma inédita, o país experimentava saldos migratórios internacionais negativos. Estudos elaborados por Carvalho (1996) e Oliveira et al. (1986) estimam que o balanço das migrações resultou num saldo negativo de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Nas duas décadas seguintes, continuou o movimento de saídas, que passou a incorporar a Europa, destacando-se Portugal, Reino Unido, Espanha e Itália, bem como o Japão entre os destinos principais.

É importante destacar que, embora nos anos 1980 e 1990 a corrente migratória principal fosse no sentido do exterior, nesse mesmo período, o país recebeu imigração significativa de bolivianos e paraguaios, face às assimetrias no desenvolvimento econômico e social. Em menor escala, foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras.

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 sinalizam que, ao final dos anos 2000, com a forte crise econômica que assolou os países desenvolvidos, incluindo aqueles que estariam entre os principais destinos da emigração brasileira, combinado com o próspero momento da economia no Brasil, teriam ocorridos movimentos de

²³ Doutor em demografia e Coordenador Estatístico do OBMigra.

retorno de nacionais e chegada mais intensa de estrangeiros, o que pode ter representado um saldo migratório muito próximo a zero nessa década.

Recorrendo-se aos registros administrativos do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foi possível perceber que, no início dos anos 2010, o movimento de atração de estrangeiros inclusive se intensificou. Isso levou o IBGE a considerar em suas hipóteses para as projeções populacionais que o país até 2035 experimentaria saldo migratório ligeiramente positivo.

Estoque de imigrantes

O volume de imigrantes no Brasil apresentou tendência de declínio nas últimas décadas que antecederam a realização do Censo Demográfico 2010. Isso se explica pela principal parcela desse segmento ter chegado ao Brasil já há algum tempo, como demonstram os próprios dados do Censo no que tange à data de chegada no país. Não obstante a vinda de um contingente expressivo de estrangeiros na década de 2000, isso não foi suficiente para compensar as saídas por óbitos e re-emigração.

Entre 2000 e 2010, houve uma redução entre os imigrantes de mais de 90 mil pessoas, cerca de 13,3%. Essa queda se deu para ambos os sexos e também foi verificada quando desagregada entre naturalizados brasileiros e estrangeiros, sendo mais intensa, em termos absolutos, para esses últimos e em valores relativos para os primeiros.

Contudo, quando observamos a desagregação por Unidade da Federação (UF), é possível constatar que, em geral, os estados das Regiões Norte e Nordeste, além de Minas Gerais e Goiás apresentaram um aumento no volume de imigrantes, resultado que foi influenciado pela imigração na década de 2000, basicamente, migração de retorno.

Na tabela 3.1 verificamos que os imigrantes se encontram principalmente, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, que juntos concentravam 71,2% e 63,8%, respectivamente em 2000 e 2010. Se pensamos em políticas públicas para esse segmento populacional, é importante destacar que estão localizados, fundamentalmente, nas capitais e Regiões Metropolitanas, mas ademais das UFs mencionadas, em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul também se nota a presença da imigração em outras cidades.

Tabela 3.1 Imigrantes, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010

Brasil e Unidades da Federação	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	683.836	365.769	318.067	592.591	319.898	272.693
Rondônia	2.344	1.133	1.211	2.509	1.132	1.377
Acre	894	581	313	656	422	234
Amazonas	5.301	3.133	2.168	6.777	4.061	2.716
Roraima	1.683	813	870	1.791	851	940
Pará	3.162	1.815	1.347	2.452	1.284	1.168
Maranhão	652	467	185	837	558	279
Ceará	2.627	1.788	839	4.001	2.773	1.228
Rio Grande do Norte	1.175	796	379	1.513	1.122	391
Paraíba	725	521	204	1.363	908	455
Pernambuco	4.061	2.688	1.373	4.208	2.546	1.662
Alagoas	682	534	148	837	482	355
Bahia	6.690	4.289	2.401	6.798	3.988	2.810
Minas Gerais	12.027	7.259	4.768	13.276	7.805	5.471
Espírito Santo	2.231	1.364	867	2.925	1.743	1.182
Rio de Janeiro	123.548	64.726	58.822	88.266	46.354	41.912
São Paulo	303.813	156.459	147.354	234.391	120.766	113.625
Paraná	31.056	17.099	13.957	30.665	16.777	13.888
Santa Catarina	6.504	3.760	2.744	8.539	5.142	3.397
Rio Grande do Sul	27.431	14.247	13.184	24.717	12.805	11.912
Mato Grosso do Sul	9.218	4.415	4.803	9.094	3.911	5.183
Mato Grosso	1.326	733	593	812	472	340
Goiás	3.574	1.985	1.589	4.387	2.420	1.967
Distrito Federal	6.961	3.961	3.000	8.576	4.473	4.103
Outras UFs e Municípios	126.151	71.203	54.948	133.201	77.103	56.098

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Quando analisamos a migração pela nacionalidade do migrante também nos deparamos com diferenças de comportamento em relação a tendência de declínio no volume de imigrantes. Enquanto Europa, com exceção do Reino Unido e França, e

Japão, países de migração histórica diminuem sua participação, a migração mais recente fez aumentar o peso dos países das Américas, destacando-se EUA, Bolívia, Paraguai e Peru, além da China²⁴.

Portugal, Japão, Paraguai, Bolívia, Itália e Espanha são as nacionalidades com maior participação em 2010 (56,2%). Pelo fenômeno já apontado anteriormente, Argentina, EUA, China e Peru também tem peso importante na imigração, além dos alemães, que fazem parte do que consideramos imigração histórica (Tabela 3.2).

**Tabela 3.2 Imigrantes, por sexo, segundo principais países de nacionalidade.
Brasil, 2000-2010**

País de nacionalidade	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	683.836	365.769	318.067	592.591	319.898	272.693
AMÉRICA DO NORTE	17.014	9.927	7.087	28.297	16.387	11.910
Canadá	1.254	727	527	1.587	1.066	521
Estados Unidos	13.945	8.172	5.773	23.512	13.545	9.967
México	1.256	702	554	2.679	1.438	1.241
Panamá	559	326	233	519	338	181
América latina e Caribe	140.496	76.218	64.278	177.761	94.872	82.889
Argentina	27.528	15.569	11.959	29.066	16.915	12.151
Bolívia	20.394	11.247	9.147	38.816	20.806	18.010
Chile	17.135	10.245	6.890	15.433	9.230	6.203
Colômbia	4.163	2.293	1.870	6.850	3.450	3.400
Cuba	1.341	772	569	2.077	1.231	846
Equador	1.191	688	503	1.730	876	854
Guiana	1.603	815	788	1.895	912	983
Guiana Francesa	624	360	264	706	416	290
Paraguai	28.819	13.524	15.295	39.252	18.098	21.154
Peru	10.809	6.672	4.137	15.020	9.122	5.898
Uruguai	24.732	12.944	11.788	24.047	12.347	11.700
Venezuela	2.157	1.089	1.068	2.869	1.469	1.400
Europa	375.117	198.265	176.852	257.216	138.738	118.478
Alemanha	19.549	10.152	9.397	16.241	9.476	6.765
Áustria	3.217	1.479	1.738	2.339	1.057	1.282
Bélgica	1.408	861	547	1.694	1.214	480
Espanha	43.598	23.531	20.067	30.736	16.841	13.895
França	8.379	4.901	3.478	9.559	6.040	3.519
Grécia	2.734	1.676	1.058	1.540	859	681

²⁴ Deve ser ressaltado que o Censo Demográfico de 2010 não conseguiu captar o fenômeno da chegada dos haitianos, que se intensificou após a realização do levantamento.

Holanda	3.503	2.231	1.272	3.324	2.356	968
Hungria	2.861	1.273	1.588	1.525	731	794
Itália	55.045	30.265	24.780	37.165	21.877	15.288
Lituânia	1.953	712	1.241	632	147	485
Polônia	7.457	3.217	4.240	3.483	1.684	1.799
Portugal	213.209	110.995	102.214	137.973	69.918	68.055
Reino Unido	4.031	2.518	1.513	4.946	3.040	1.906
Romênia	3.528	1.627	1.901	1.706	741	965
Suécia	717	450	267	635	428	207
Suíça	2.947	1.921	1.026	2.984	2.014	970
Ucrânia	981	456	525	734	315	419
Ásia	115.837	61.676	54.161	97.493	52.048	45.445
China	10.301	5.654	4.647	19.397	10.503	8.894
Coreia do Sul	8.576	4.419	4.157	8.576	4.045	4.531
Índia	759	444	315	881	571	310
Indonésia	695	326	369	730	341	389
Israel	1.757	1.044	713	2.010	1.220	790
Japão	70.907	36.481	34.426	49.059	25.073	23.986
Jordânia	670	458	212	1.055	761	294
Líbano	16.094	9.889	6.205	12.335	7.816	4.519
Rússia	2.790	1.111	1.679	1.388	532	856
Síria	3.288	1.850	1.438	2.062	1.186	876
África	13.716	7.671	6.045	14.886	8.087	6.799
África do Sul	1.264	747	517	1.586	1.130	456
Angola	6.349	3.548	2.801	6.445	3.309	3.136
Cabo Verde	842	435	407	1.194	530	664
Egito	3.394	1.647	1.747	3.116	1.664	1.452
Moçambique	1.338	815	523	1.426	623	803
Nigéria	529	479	50	1.119	831	288
Outros Países	21.656	12.012	9.644	16.938	9.766	7.172

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Devido ao maior peso da migração histórica, a estrutura etária dos migrantes é bem envelhecida, muito mais do que na população como um todo. Em 2000, 78,6% dos imigrantes tinham mais de 40 anos de idade, sendo que 38,4% deles mais de 65. A chegada dos novos imigrantes ajudou a atenuar ligeiramente esse envelhecimento, com o segmento idoso representando 34,9% do total. As UFs onde foi maior a participação dos migrantes recentes experimentou um maior rejuvenescimento na estrutura etária da migração (Tabela 3.3).

Tabela 3.3 Imigrantes segundo grupos de idade Brasil, 2000-2010

Grupos de Idade	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
Menos de 15 anos	32.453	54.224
15 anos a 24 anos	31.757	46.679
25 anos a 39 anos	82.016	91.915
40 anos a 64 anos	275.048	192.906
65 anos e mais	262.562	206.867

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Como podemos observar na tabela 3.4, a imigração internacional no Brasil é composta majoritariamente por pessoas declaradas como brancas, respectivamente 79,2% e 71,8%, em 2000 e 2010. Importante observar que entre 2000 e 2010 aumentam os volumes de imigrantes com declaração da cor ou raça como sendo preta ou parda, que quase dobram de tamanho. Essa mudança ocorre acompanhando o movimento mais geral da população, que a partir das campanhas de conscientização racial passa, em maior número, a se declarar pretas e pardas. O volume de imigrantes que chegou ao país, nesses segmentos de cor ou raça, nos anos 2000, não foi em número suficiente para explicar o aumento verificado.

Destacamos que em 2010, nas UFs de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima a maior parcela dos imigrantes foi declarada como parda, ao contrário do restante do país, onde predominou a declaração na cor branca.

Tabela 3.4 Imigrantes segundo grupos de cor e raça Brasil, 2000-2010

Cor ou Raça	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
Branca	539.451	425.684
Preta	7.782	13.910
Parda	38.491	76.626
Amarela	90.681	71.265
Indígena	4.482	5.106
Ignorado	2.949	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Em relação ao estado civil, nos anos analisados, a maior parcela dos imigrantes é casada (59,1% e 50,2%), seguida pelos solteiros (18,5% e 28,1%), viúvos (16,7% e 14,7%) e finalmente os desquitados, separados judicialmente e divorciados (5,7% e 6,9%). Esses percentuais, quando comparados aos da população em geral, acompanham a hierarquia observada, mas estão completamente influenciados pela estrutura etária mais envelhecida, que determina a maior participação relativa de casados e, sobretudo, viúvos.

Destaca-se o aumento absoluto no número de solteiros, que pode ser explicado pela migração mais recente, que trouxe um volume maior de jovens. Além disso, essa categoria de estado civil é majoritária entre os imigrantes internacionais nas UFs de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 Imigrantes segundo estado civil Brasil, 2000-2010

Estado Civil	Anos	
	2000	2010
Total	662.169	558.100
Casado (a)	391.306	280.552
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente / divorciado (a)	37.731	38.632
Viúvo (a)	110.875	81.982
Solteiro (a)	122.257	156.934

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A variável nível de instrução, face às modificações introduzidas no Censo Demográfico 2010, não é exatamente comparável entre os dois levantamentos, agravando-se a comparação com a introdução da categoria não determinada no último Censo²⁵. Contudo, fica claro o aumento em número absoluto dos imigrantes com nível médio completo ou superior incompleto. Os imigrantes com nível superior completo, embora tenham diminuído de volume, aumentaram sua participação relativa ao longo da década de 2000.

Tabela 3.6 Imigrantes segundo nível de instrução Brasil, 2000-2010

Nível de Instrução	Anos	
	2000	2010
Total	683.836	592.591
Sem instrução e fundamental incompleto	302.615	226.279
Fundamental Completo e Médio incompleto	117.100	79.571
Médio completo e Superior incompleto	114.810	144.474
Superior Completo	149.311	139.910
Não determinado	0	2.357

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

²⁵ Para maiores informações consultar as metodologias utilizadas nos dois Censos em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> e http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

No que tange às variáveis econômicas, observamos que a população economicamente ativa (PEA), embora reduzida em volume, representava, respectivamente, 44,6% e 46,3% do total de imigrantes, um ligeiro aumento, influenciado, mais uma vez, pela imigração mais jovem chegada nos anos 2000. Outro aspecto, também influenciado pela imigração mais recente, foi o aumento do valor absoluto da PEA nas UFs de Rondônia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

A taxa de ocupação dos imigrantes acompanhou o mesmo fenômeno observado na PEA, diminuiu em tamanho absoluto, mas aumentou em tamanho relativo, passando de 92,9%, em 2000, a 96,6%, em 2010 (Tabela 3.7). Além das UFs já mencionadas e que tiveram aumento na PEA, os estados de Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Distrito Federal, no período analisado, aumentaram em valor absoluto o número de imigrantes ocupados.

Tabela 3.7 Imigrantes segundo condição de atividade e condição na ocupação. Brasil, 2000-2010

Condição de atividade e condição de ocupação	Anos	
	2000	2010
Condição de atividade		
População economicamente ativa	305.006	274.364
População não economicamente ativa	357.163	283.736
Condição na ocupação		
Ocupadas	283.216	265.080
Não ocupadas	21.790	9.303

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a força de trabalho imigrante estaria inserida, em maior escala, nos seguintes grupos ocupacionais: serviços e vendas; dirigentes e gerentes; ciências e intelectuais; operários e artesões; e técnicos e ocupações de nível médio. No levantamento censitário seguinte²⁶, essa ordem se altera, com as ocupações nas ciências e intelectuais passando a ocupar o primeiro posto, seguidas das ocupações nos serviços e vendas, dirigentes e gerentes, aparecendo como quarto grupo em importância os operadores de máquinas, destacando-se que estes últimos e o grupo de cientistas e intelectuais aumentam de tamanho, em valores

²⁶ A qualidade dessa informação no Censo Demográfico de 2010 não foi muito boa, tendo apresentado um volume muito grande de ocupações mal definidas.

absolutos. Mesmo com todo problema que possa ter havido com esse quesito, notamos que houve uma perda nas ocupações mais qualificadas, dado que caem as participações relativas nas camadas superiores e médias, aumentando a participação das camadas com menor exigência de escolaridade (Tabela 3.8).

Tabela 3.8 Imigrantes segundo grupos ocupacionais Brasil, 2000-2010

Grupos ocupacionais	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
Ocupação Mal definida	7.645	28.053
Diretores e gerentes	62.523	33.146
Profissionais das Ciências e intelectuais	54.311	62.132
Tec. E Prof. Nível médio	26.819	19.148
Trab. Apoio administrativo	11.945	8.288
Trab. Serviços e Vendedores	64.679	44.782
Trab.qualif agrop. Caça	13.847	8.490
Trab. Qual. Oper. Artesão	33.073	18.698
Oper. Instal e máquinas	3.111	23.099
Ocup. Elementares	4.968	18.972
Membros forças armadas	295	272

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quanto à posição na ocupação, observamos que a redução no volume de imigrantes ocupados afetou mais diretamente aqueles situados como empregadores, diminuindo quase que à metade. Empregados com carteira assinada, conta-própria e militares aumentaram em valor absoluto. Esses resultados guardam forte correlação com a inserção ocupacional, onde foi possível observar a perda em importância de dirigentes e gestores e o aumento dos trabalhadores manuais. O positivo é que os resultados sugerem que um número maior dessa mão-de-obra se inseriu no mercado formal de trabalho (Tabela 3.9).

Tabela 3.9 Imigrantes segundo posição na ocupação Brasil, 2000-2010

Posição na ocupação	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
Emprego com carteira	70.503	77.486
Militar ou Emprego. Reg. Jur.	7.889	8.500
Empregado sem carteira	42.701	41.690
Conta própria	101.495	104.726
Empregador	53.338	27.763
Não remunerado	7.290	4.915

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em 2000, a maior parte dos imigrantes viviam em domicílios com renda familiar *per capita* superior a 3 salários mínimos (58,4%). Esse cenário se altera, conforme dados do Censo 2010, quando 59,9% dos imigrantes passaram a viver em domicílios com renda familiar inferior a 3 salários. Observamos inclusive o aumento absoluto no número de imigrantes em domicílios com renda familiar *per capita* inferior a 1 salário, entre 1 e 2 salários mínimos e em domicílios sem nenhum tipo de renda. A combinação entre a saída de imigrantes mais velhos e que ocupavam postos de trabalho mais qualificados, com a chegada de uma imigração mais jovem e inserida na parte inferior na escala das ocupações podem explicar a piora neste indicador (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 Imigrantes segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010

Faixa de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo)	Anos	
	2000	2010
Total	673.831	584.773
< 1	92.427	144.362
1 -- 2	104.323	130.919
2 -- 3	83.520	74.857
3 -- 5	122.586	82.816
5 -- 10	138.647	75.058
10 ou +	118.416	47.996
Sem renda	13.912	28.765

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No que tange ao número de horas semanais trabalhadas, os imigrantes, de um modo geral, estavam inseridos em ocupações que requisitavam uma dedicação elevada. Em 2000, 43,4% dos imigrantes ocupados tinham jornadas semanais superior a 44 horas, limite máximo estabelecido em lei. Em 2010, essa situação ficou ainda pior, com 52,2% dessa força de trabalho exposta a jornadas acima do limite legal. Interessante observar que esse incremento absoluto se deu na faixa entre 45 e 49 horas semanais. No extremo oposto, também aumentou de volume a jornada de 15 a 30 horas. Isso indica, por um lado, uma situação de exploração, dada à exposição a jornadas excessivas, e, por outro, o estado de precarização da mão-de-obra migrante. Em 2000, os trabalhadores imigrantes com jornadas inferiores a 30 horas representavam 39,7% do total da força de trabalho migrante, passando a 32,7%, em 2010 (Tabela 3.11).

Tabela 3.11 Imigrantes segundo faixas de horas semanais trabalhadas Brasil,

Faixa de horas semanais trabalhadas	Anos	
	2000	2010
Total	283.216	265.080
< 15	101.768	62.000
15 -- 30	10.775	24.596
30 -- 40	22.817	20.669
40 -- 45	25.036	19.323
45 -- 49	87.474	109.910
49 e +	35.346	28.582

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Fluxos migratórios de última etapa

Os fluxos migratórios internacionais nos anos 2000 experimentaram um aumento substantivo em relação à década anterior, incremento próximo a 70%, tanto de estrangeiros quanto de naturalizados brasileiros, que mais que dobraram de volume. Nas duas décadas analisadas observamos uma maior presença do sexo masculino, cerca de 60%, embora na década de 2000, tenha aumentado a participação relativa das mulheres.

Como podemos verificar na Tabela 3.12, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio de Grande do Sul e Distrito Federal foram destino de 46,4% e 43,4% dos fluxos, respectivamente em nas décadas de 2000 e 2010. Contudo, deve-se destacar o aumento

da participação absoluta e relativa na atração de imigrantes observadas nas UFs de Goiás, Ceará, Mato Grosso do Sul e Amazonas, que duplicaram o volume dos fluxos, além da Bahia, com acréscimo entre as décadas superior a 80%.

Tabela 3.12 Fluxos imigratórios internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil, 2000-2010

Brasil e Unidades Federação	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	92.668	53.065	39.603	156.469	88.542	67.927
Amazonas	1.674	862	812	3.371	2.074	1.297
Roraima	709	369	340	572	319	253
Ceará	848	643	205	1.977	1.500	477
Pernambuco	804	512	292	1.075	668	407
Bahia	1.190	802	388	2.195	1.355	840
Minas Gerais	1.811	1.177	634	3.426	1.987	1.439
Rio de Janeiro	8.391	4.726	3.665	10.268	5.731	4.537
São Paulo	21.699	12.566	9.133	41.103	22.443	18.660
Paraná	7.214	4.112	3.102	8.041	4.002	4.039
Santa Catarina	1.304	682	622	1.988	1.279	709
Rio Grande do Sul	3.651	1.968	1.683	5.084	2.603	2.481
Mato Grosso do Sul	682	335	347	1.470	591	879
Goiás	568	269	299	1.326	733	593
Distrito Federal	2.079	1.223	856	3.517	1.817	1.700
Outras UFs e Municípios	40.044	22.819	17.225	71.056	41.440	29.616

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em relação às origens da imigração, notamos a maior presença dos países das Américas do Norte e Latina, que em 2000 foram responsáveis pela emissão de 51,9% dos fluxos que chegaram ao Brasil, aumentando essa participação para 56,1% em 2010. Do ponto de vista dos valores absolutos, Bolívia, Paraguai, Estados Unidos, Argentina e Portugal foram os principais países emissores. Além desses, destacamos o aumento da participação relativa de México, Colômbia, Espanha e China com mais que o dobro de emissões no período analisado (Tabela 3.13).

Um aspecto a ser ressaltado diz respeito à desagregação da imigração por nacionalidade, dado que entre os naturalizados destacamos a presença de imigrantes oriundos, além do Paraguai, dos Estados Unidos e Japão, fenômeno que, em boa medida, pode estar associado à migração de retorno do contingente de naturalizados.

Tabela 3.13 Fluxos migratórios internacionais, por sexo, segundo principais países de nacionalidade Brasil, 2000-2010

País de Nacionalidade	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	92.668	53.065	39.603	156.469	88.542	67.927
América Do Norte	8.075	4.906	3.169	16.535	9.844	6.691
Canadá	666	406	260	733	464	269
Estados Unidos	6.829	4.172	2.657	14.032	8.367	5.665
México	580	328	252	1.770	1.013	757
América Latina e Caribe	40.067	21.374	18.693	71.620	37.870	33.750
Argentina	8.116	4.578	3.538	9.965	5.836	4.129
Bolívia	6.418	3.491	2.927	20.758	11.110	9.648
Chile	2.143	1.243	900	2.805	1.717	1.088
Colômbia	1.819	920	899	4.141	1.971	2.170
Cuba	808	508	300	1.004	626	378
Paraguai	10.215	4.862	5.353	18.111	8.659	9.452
Peru	4.024	2.427	1.597	6.575	3.887	2.688
Uruguai	5.520	2.900	2.620	6.657	3.254	3.403
Venezuela	1.004	445	559	1.604	810	794
Europa	19.945	12.676	7.269	32.427	20.735	11.692
Alemanha	3.112	2.019	1.093	4.048	2.526	1.522
Espanha	2.106	1.295	811	4.323	2.648	1.675
França	3.014	1.929	1.085	4.432	2.855	1.577
Holanda	768	552	216	850	641	209
Itália	3.806	2.737	1.069	5.751	3.985	1.766
Portugal	4.431	2.389	2.042	9.580	5.851	3.729
Reino Unido	1.756	1.124	632	2.513	1.503	1.010
Suíça	952	631	321	930	726	204
Ásia	12.249	6.856	5.393	18.264	9.720	8.544
China	2.959	1.661	1.298	6.250	3.435	2.815
Coreia do Sul	1.705	977	728	2.554	1.186	1.368
Japão	5.321	2.890	2.431	7.710	4.079	3.631
Líbano	2.264	1.328	936	1.750	1.020	730
África	1.800	1.110	690	2.238	1.104	1.134
Angola	1.800	1.110	690	2.238	1.104	1.134
Outros Países	10.532	6.143	4.389	15.385	9.269	6.116

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

As estruturas etárias dos fluxos migratórios, nas duas décadas, foram muito semelhantes, sendo a dos anos 2000 ligeiramente mais jovem. A população em idade ativa entre os imigrantes de última etapa girava ao redor de 68,3%, com a razão de

dependência total de 46,3%, ou seja, uma fantástica oferta de mão-de-obra com nível de dependência muito baixo, como pode de depreender dos dados da Tabela 3.14.

A desagregação por nacionalidade mostra uma diferença significativa, com o segmento de naturalizado muito mais jovem, onde se destaca a participação de crianças e jovens, indicando uma migração de tipo mais familiar, característica que se acentua em 2010, com a participação relativa do grupo etário menor que 15 anos de idade de 52,7%, contra 20,4% dos estrangeiros. Em contrapartida, a população em idade ativa de estrangeiros, para esse mesmo ano, aumenta sua participação relativa, que já era alta, de 72,8% para 74,8%.

Tabela 3.14 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos de idade.
Brasil, 2000-2010

Grupos de Idade	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
Menos de 15 anos	25.195	42.824
15 anos a 24 anos	13.923	28.048
25 anos a 39 anos	29.785	46.842
40 anos a 64 anos	19.612	32.036
65 anos e mais	4.153	6.719

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os fluxos migratórios internacionais no período analisado foram compostos por pessoas declaradas majoritariamente como sendo de cor branca, 69,4 e 60,5%, respectivamente em 2000 e 2010. Destaca-se o expressivo aumento de imigrantes declaradas pardas, que dobraram de tamanho, fruto do aumento de importância da migração oriunda dos países como Bolívia, Paraguai e Colômbia, e a redução na participação relativa dos amarelos, devido à menor contribuição dos países asiáticos (Tabela 3.15).

Tabela 3.15 Fluxos migratórios internacionais segundo cor ou raça.
Brasil, 2000-2010

Cor ou Raça	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
Branca	64.001	94.654
Preta	4.015	8.098
Parda	12.129	37.179
Amarela	10.594	14.094
Indígena	1.418	2.444
Ignorado	511	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quanto ao estado civil dos imigrantes de última etapa, a estrutura etária mais jovem faz com que sobressaiam as pessoas com status de casados e solteiros e, ao contrário do que observamos entre os imigrantes de estoque, a participação de viúvos e divorciados foi muito pequena. Os fluxos que chegaram na década de 2000 trouxeram um volume maior de solteiros, que foi o estado civil predominante, como demonstrado na Tabela 3.16.

Tabela 3.16 Fluxos migratórios internacionais segundo estado civil.
Brasil, 2000-2010

Estado civil	Anos	
	2000	2010
Total	74.052	126.071
Casado (a)	34.453	47.171
Desquitado (a) ou separado(a) judicialmente / divorciado(a)	3.576	5.848
Viúvo (a)	2.017	2.649
Solteiro (a)	34.006	70.403

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os fluxos imigratórios da década de 2000, quando comparados aos que chegaram na década anterior foram compostos por imigrantes com nível de instrução inferior. Como as estruturas etárias são bastante parecidas, as diferenças não podem ser atribuídas ao diferencial de idades entre os dois contingentes, mas à menor qualificação educacional dos imigrantes nos fluxos mais recentes.

Muito embora as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto também tenham predominado nos fluxos nos anos 1990 (34,9%), chama atenção o expressivo aumento desse contingente na década seguinte (42,7%), efeito que foi combinado à menor participação relativa dos imigrantes com nível superior completo, respectivamente, 29,5% e 23,3%. Além desses aspectos, destacamos o aumento da participação relativa daquelas pessoas com nível médio completo e superior incompleto (Tabela 3.17).

**Tabela 3.17 Fluxos migratórios internacionais segundo nível de instrução.
Brasil, 2000-2010**

Nível de instrução	Anos	
	2000	2010
Total	92.668	156.469
Sem instrução e fundamental incompleto	32.352	66.500
Fundamental Completo e Médio incompleto	13.688	17.379
Médio completo e Superior incompleto	19.307	35.530
Superior Completo	27.321	36.193
Não determinado	0	867

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A estrutura etária mais jovem favorece que os imigrantes de última etapa apresentem índices elevados da PEA, que no período analisado, além de aumentar significativamente de volume, permaneceu praticamente estável, próximo a 59%.

Quanto à condição de ocupação verificamos, entre 2000 e 2010, um significativo incremento da ordem de 76,7%. A taxa de ocupação dos imigrantes em relação à PEA também foi bem elevada, acima dos 90,0% (Tabela 3.18).

Tanto em relação à PEA quanto à condição na ocupação não foram notadas diferenças significativas por nacionalidade do imigrante.

Tabela 3.18 Fluxos migratórios internacionais segundo condição de atividade, condição na ocupação e procura de trabalho. Brasil, 2000-2010

Condição de atividade, condição de ocupação e nível de instrução	Anos	
	2000	2010
Condição de atividade	74.052	126.071
População economicamente ativa	43.791	73.482
População não economicamente ativa	30.261	52.589
Condição na ocupação	43.791	73.482
Ocupadas	39.471	69.759
Não ocupadas	4.320	3.723

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A inserção do migrante de última etapa no mercado de trabalho brasileiro, na década de 2000, caiu de qualidade quando comparada à década anterior. Como mencionado anteriormente, não podemos atribuir a mudança observada ao diferencial por idade, de fato foram atraídos imigrantes com menores níveis de qualificação até então verificados. Inclusive observamos uma redução de pessoas que vieram ocupar postos de dirigentes, não obstante ao aumento no volume da migração. Os grupos ocupacionais na camada superior na escala das ocupações (diretores e gerentes, ciências e intelectuais, e forças armadas), e os das camadas médias (profissionais de nível médio, apoio administrativo, serviços e vendedores) perdem importância relativa em detrimento dos grupos posicionados nas camadas mais baixas, sobretudo para o grupo de operadores e instaladores de máquinas (Tabela 3.19).

**Tabela 3.19 Fluxos migratórios internacionais segundo grupos ocupacionais.
Brasil, 2000-2010**

Grupos ocupacionais	Anos	
	2000	2010
Total	39.471	69.759
Ocupação Mal definida	739	6.280
Diretores e gerentes	7.587	7.437
Prof. Ciências e intelectuais	10.144	13.819
Tec. E Prof. Nível médio	3.443	4.582
Trab. Apoio administrativo	1.385	1.929
Trab. Serviços e vendedores	8.259	10.360
Trab.qualif agrop. Caça	1.802	1.715
Trab. Qual. Oper. Artesão	4.949	5.133
Oper. Instal e máquinas	516	12.178
Ocup. Elementares	543	6.182
Membros forças armadas	104	144

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A imigração de última etapa nos dois Censos analisados trouxe para o Brasil imigrantes que se inseriram, em maior medida, no mercado informal de trabalho, quadro que apresenta uma piora, como demonstrado na Tabela 3.20, onde podemos observar a diminuição em valor absoluto dos empregadores, o que guarda correlação com a inserção por grupos ocupacionais, combinado ao aumento expressivo da participação absoluta e relativa dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria.

**Tabela 3.20 Fluxos migratórios internacionais segundo posição na ocupação.
Brasil, 2000-2010**

Posição na ocupação	Anos	
	2000	2010
Total	39.471	69.759
Emprego com carteira	10.795	20.945
Militar ou Emprego. Reg. Jur.	1.097	1.538
Emprego sem carteira	10.503	16.272
Conta própria	11.663	26.484
Empregador	3.689	3.407
Não remunerado	1.724	1.113

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A baixa escolaridade, a forma de inserção dos imigrantes nas ocupações situadas nas camadas inferiores e o forte componente da informalidade explicam os rendimentos domiciliares médios per capita, que se já eram ruins em 2000, quando cerca de 46,1% dos imigrantes viviam em domicílios com menos de 3 salários mínimos, esses passam a corresponder a 63,1%, em 2010. Destaca-se a drástica redução entre as pessoas migrantes vivendo em domicílios com rendimento médio de 10 salários mínimos ou mais (Tabela 3.21).

Tabela 3.21 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo). Brasil, 2000-2010

Faixa de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo)	Anos	
	2000	2010
Total	90.089	152.822
< 1	18.935	50.510
1 -- 2	13.513	31.976
2 -- 3	9.046	13.957
3 -- 5	12.112	16.314
5 -- 10	15.295	16.377
10 ou +	16.936	10.481
Sem renda	4.252	13.207

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No tocante à jornada de trabalho semanal, houve uma mudança significativa entre 2000 e 2010, quando os imigrantes passaram a se concentrar na faixa 40 a 44 horas semanais, 31,7% e 43,3%, respectivamente, quando antes a principal faixa era aquela com jornada superior a 49 horas. Isso implicou na redução da participação relativa dos imigrantes trabalhando em carga horária semanal superior a estabelecida em lei (44 horas). Por outro lado, nas jornadas inferiores a 30 horas, o que de certo modo caracteriza a precarização do trabalho, houve aumento na participação absoluta e relativa dos imigrantes de última etapa (Tabela 3.22).

Tabela 3.22 Fluxos migratórios internacionais segundo faixas de horas semanais. Brasil, 2000-2010

Imigrantes segundo faixas de horas semanais trabalhadas	Anos	
	2000	2010
Faixas de horas semanais trabalhadas	39.471	69.759
< 15	1.748	5.848
15 -- 30	3.261	4.826
30 -- 40	3.722	4.901
40 -- 45	12.522	30216
45 -- 49	5.094	8.840
49 e +	13.124	15.128

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Emigração internacional

O IBGE, de forma inédita, investigou no Censo Demográfico de 2010 a emigração internacional, perguntando no domicílio entrevistado se teria vivido ali alguém que na data de referência do Censo, 31/07/2010, estava residindo no exterior. Os resultados dos quesitos embora não totalmente satisfatórios, dado que apresentou um volume de emigrantes bem abaixo do esperado, possibilitou reafirmar algumas evidências empíricas já apontadas por estudos quantitativos e qualitativos de menor abrangência territorial, no que diz respeito aos principais municípios de origem da emigração e os países preponderantes de destino. Embora com um quantitativo de emigrantes aquém das expectativas, esses resultados são de fundamental importância para direcionar políticas públicas voltadas para questão da emigração.

Além disso, do ponto de vista metodológico, ao invés de desestimular que se siga investigando a emigração internacional nos Censos Demográficos, ao contrário, apontou que o quesito é robusto quando se determina um período de tempo menor para a emigração, como por exemplo, os movimentos ocorridos na década imediatamente anterior à realização do Censo.

Tratando dos resultados propriamente ditos, na Tabela 3.23, observamos que houve uma maior participação de mulheres nos fluxos emigratórios, o que corrobora

com uma tendência identificada atualmente nos estudos sobre migração internacional, que aponta para uma feminização dos deslocamentos.

Do ponto de vista dos principais locais de origem, ainda na mesma Tabela, identificamos que 8 Unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco) foram responsáveis pela emissão de 48,3% da emigração. Além disso, os deslocamentos em direção ao exterior tiveram alguma magnitude em 142 municípios do país.

Tabela 3.23 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência ao emigrar.Brasil, 2010

Brasil e Unidades Federação	2010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
Pará	6.540	2.196	4.344
Ceará	6.752	2.049	4.703
Pernambuco	10.297	3.723	6.574
Bahia	17.672	6.866	10.806
Minas Gerais	47.709	24.206	23.503
Espírito Santo	9.664	4.339	5.325
Rio de Janeiro	27.744	11.977	15.767
São Paulo	74.913	35.641	39.272
Paraná	26.257	12.440	13.817
Santa Catarina	8.186	3.931	4.255
Rio Grande do Sul	10.360	4.929	5.431
Goiás	22.198	9.214	12.984
Distrito Federal	7.433	3.210	4.223
Outras UF's	215.920	102.022	113.898

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A estrutura etária da emigração está muito influenciada pela a subenumeração, dado que nos domicílios onde toda família emigrou, era maior a probabilidade da presença de crianças e idosos, o que reduz substancialmente a presença desses segmentos etários entre os emigrantes captados pelo Censo 2010. Contudo, não se pode desprezar a magnitude da população em idade ativa que empreendeu o movimento para o exterior. Outro ponto a destacar é a forte semelhança entre as estruturas etárias de homens e mulheres (Tabela 3.24).

Tabela 3.24 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo grupos de idade ao emigrar (ano de nascimento presumido). Brasil, 2010

Grupos de Idade	2010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
Menos de 15 anos	10.709	5.218	5.491
15 a 24 anos	84.182	41.035	43.147
25 a 39 anos	276.469	126.393	150.076
40 a 64 anos	113.937	51.209	62.728
65 anos e mais	5.909	2.694	3.215
Ignorado	439	194	245

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quanto aos principais destinos, em termos continentais foram Europa e América do Norte, destacando que os fluxos para a Ásia superaram em volumes aqueles que se destinaram para a América Latina e Caribe, resultado que seguramente foi influenciado pela emigração ao Japão, que passa ter relevância a partir da década de 1990. Tendo em conta os países de destino, destacamos Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, Itália e Reino Unido, que receberam 67,6% da emigração que foi possível enumeração, o restante se distribuiu por mais de 180 países (Tabela 3.25).

Tabela 3.25 Emigrantes internacionais, por sexo, segundo principais países de destino. Brasil, 2010

País de nacionalidade	2010		
	Total	Homens	Mulheres
Total	491.645	226.743	264.902
América Do Norte	129.940	64.004	65.936
Estados Unidos	117.104	57.857	59.247
Outros Países	12.836	6.147	6.689
América Latina e Caribe	40.224	21.916	18.308
Argentina	8.631	3.875	4.756
Bolívia	7.919	4.434	3.485
Guiana Francesa	3.822	2.156	1.666
Paraguai	4.926	2.863	2.063
Suriname	3.416	2.014	1.402
Outros Países	11.510	6.574	4.936
Europa	249.802	99.344	150.458
Alemanha	16.637	5.719	10.918
Bélgica	5.563	2.413	3.150
Espanha	46.330	16.833	29.497
França	17.743	7.476	10.267
Holanda	5.250	1.768	3.482
Itália	34.652	11.981	22.671
Portugal	65.969	28.771	37.198
Inglaterra	32.270	15.419	16.851
Irlanda	6.202	3.291	2.911
Suíça	12.120	3.194	8.926
Outros Países	7.585	2.784	4.801
Ásia	41.077	23.812	17.265
Japão	36.202	21.189	15.013
Outros Países	4.875	2.623	2.252
Oceania	13.816	7.204	6.612
Austrália	10.836	5.581	5.255
Outros Países	2.980	1.623	1.357
África	6.765	4.916	1.849
Angola	3.696	2.950	746
Outros Países	3.069	1.966	1.103
Outros Países e ignorados	10.021	5.547	4.474

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quadro de Resumo – Censo Demográfico (IBGE)

Imigrantes de estoque
<ul style="list-style-type: none">• Declínio no volume de imigrantes de estoque.• Concentração da imigração em SP, RJ, PR e RS, respectivamente, 71,2% e 63,8%.• Aumento no volume de imigrantes nas Regiões Norte e Nordeste e nas UFs de MG e GO.• Aumento na participação absoluta de imigrantes oriundos dos países das Américas e China.• Estrutura etária envelhecida, fruto da contribuição das migrações mais históricas, segmento idoso representava 38,4% e 34,9%, respectivamente em 2000 e 2010.• O segmento declarado como de cor branca superava os 70,0% nos dois Censos, mas observamos o aumento na declaração de pretos e pardos em 2010.• A imigração da década de 2000 influenciou o aumento no número de solteiros entre os imigrantes.• Melhoria na estrutura relativa do nível de instrução dos imigrantes.• Aumentou o volume da PEA nas UFs de RO, AM, CE, MG, SC e MS. Em relação à taxa de ocupação, além das UFs mencionadas, aumento também em RR, MA, RN, PB, PE, PR e DF.• Aumento em valores absolutos dos grupos ocupacionais ciências e intelectuais e do grupo de operadores de máquinas.• Aumento no volume de imigrantes com carteira assinada e conta própria.• Maior volume de domicílios com renda média familiar per capita inferior a 3 salários mínimos.• Aumento absoluto de imigrantes com jornada semanais de trabalho superior a 44 horas e entre 15 a 30 horas. O que sinaliza, por um lado, a precarização e, por outro, a super exploração da força de trabalho imigrante.
Fluxos migratórios internacionais
<ul style="list-style-type: none">• Aumento no volume dos fluxos migratórios na ordem de 70,0%.• Predominância de migrantes do sexo masculino, cerca de 60,0%.• Principais destinos continuaram sendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que receberam 43,4% dos fluxos.• Aumenta a contribuição das Américas enquanto espaços de origens dos fluxos migratórios, destacando-se Bolívia, Paraguai, EUA e Argentina. Além desses, Portugal foi um importante emissor para o Brasil.• Estrutura etária jovem, com a população em idade ativa na ordem de 68,3%, ao passo que a razão de dependência total foi de 46,3%.• O segmento dos migrantes naturalizados brasileiros apresentou uma estrutura etária ainda mais jovem, com 52,7% das pessoas com menos de 15 anos de idade.

- Destacam-se entre os migrantes de última etapa as pessoas declaradas como brancas 69,4% e 60,5%, respectivamente.
- Predomina nos fluxos o estado civil casado e solteiro, sendo que esse último foi fortemente incrementado na década de 2000.
- Piorou o nível de instrução dos migrantes que chegaram na década de 2000, com o aumento absoluto e relativo daqueles sem instrução ou fundamental incompleto e redução na participação relativa dos que possuíam nível superior completo.
- A PEA imigrante foi bastante elevada, cerca de 59,0%, com uma taxa de ocupação superior a 90,0%.
- Caiu a qualidade na inserção dos imigrantes nos grupos ocupacionais, sobressaindo-se as camadas inferiores em detrimento das camadas superiores, destacando-se a redução em valor absoluto dos diretores e gerentes.
- Verificamos uma maior inserção dos migrantes no mercado de trabalho informal, quadro que se intensificou na década de 2000.
- Aumento da presença de migrantes em domicílios com renda média inferior a 3 salários mínimos.
- Jornadas semanais de trabalho superiores à 49 horas perdem importância relativa para as jornadas de 40 a 44 horas. Em contrapartida, aumenta a participação absoluta e relativa de migrantes com jornadas inferiores à 30 horas semanais, característica da precarização do trabalho.

Emigração internacional

- Maior participação das mulheres nos fluxos emigratórios, corroborando com as evidências de estudos sobre a migração internacional recente.
- São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram lugar de origem de 48,3% da emigração.
- Em 142 municípios brasileiros a emigração internacional teve uma magnitude importante.
- A estrutura etária dos emigrantes foi muito semelhante para homens e mulheres, destacando-se o expressivo contingente de população em idade ativa.
- Quanto ao destino da emigração, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, Itália e Reino Unido receberam 67,6% dos fluxos.
- A emigração brasileira estava presente em mais de 190 países ao redor do mundo.

4 Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013²⁷

Delia Dutra²⁸
Sandro de Almeida²⁹
Tania Tonhati³⁰
Gabrielle Palermo³¹

A análise apresentada nesse capítulo está baseada na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um importante instrumento de coleta de dados do setor trabalhista, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Gerenciada pelo MTE, a RAIS é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). Entre seus objetivos encontra-se gerar dados para a elaboração de estatísticas sobre o mercado de trabalho.

Trata-se de um registro administrativo declarado anualmente, com informações referentes ao ano-base anterior. Abrange todo o território nacional, podendo ser desagregada em diferentes níveis geográficos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. As informações apresentadas anualmente abrangem cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro; são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos. Em razão de sua multiplicidade de informações de interesse social, a RAIS possui um enorme potencial como fonte de dados, capaz de subsidiar os diagnósticos e fundamentar as políticas públicas de emprego e renda, possibilitando aos gestores delinear, com maior precisão, ações que reduzam as disparidades sociais.

²⁷ Adota-se o termo estrangeiro para designar aqueles trabalhadores com vínculo formal de trabalho, inseridos na base de dados da RAIS, não nascidos no Brasil e não naturalizados.

²⁸ Pós-doutoranda em Estudos Comparados sobre as Américas e pesquisadora do OBMigra.

²⁹ Doutor em Antropologia e pesquisador do OBMigra.

³⁰ Doutoranda em Sociologia e coordenadora executiva e pesquisadora do OBMigra.

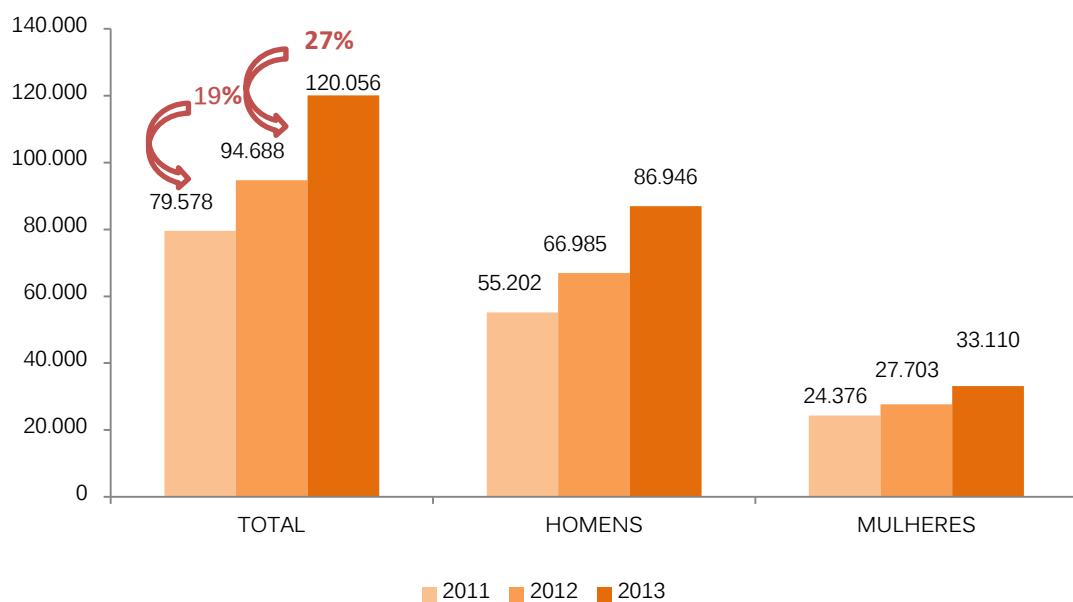
³¹ Mestre em Demografia e pesquisadora do OBMigra.

Sem pretender esgotar as possibilidades de exercícios possíveis de serem realizados a partir desta rica base de dados, buscamos fornecer uma sistematização dos resultados tendo como foco a condição dos trabalhadores estrangeiros. Trata-se de um trabalho até então inédito, ainda sem disponibilidade de uma série histórica mais extensa sobre a qual se amparar para realizar comparações.

Crescimento, sexo, nacionalidade e regiões de origem

Entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil aumentou registrando-se uma variação de 19% em 2012 se comparado a 2011, e de 27% em 2013 quando comparado a 2012. No acumulado de 2011 a 2013, o número de estrangeiros cresceu 50,9%.

**Gráfico 4.1 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho.
Brasil 2011, 2012 e 2013**



Fonte: RAIS/MTE

O gráfico 4.1 nos permite também observar que a quantidade de trabalhadores homens é maior do que a das trabalhadoras mulheres, variação que se mantém de um ano para outro:

- 2013/2012: + 30% de trabalhadores homens, + 20% de trabalhadoras mulheres
- 2012/2011: + 21% de trabalhadores homens, + 14% de trabalhadoras mulheres

Esta predominância dos homens sobre as mulheres trabalhadoras, pode ser explicado por estarmos analisando dados que referem a trabalhadores estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Portanto, estamos perante um cenário que ratifica o fenômeno daquilo que se convenciona denominar de "feminização da pobreza"³² e precarização das condições do trabalho feminino, sustentado tanto pelos dados publicados por organismos estatais ou internacionais³³ e organizações da sociedade civil, quanto pelos debates científicos sobre o assunto.

Na tabela 4.1, identificamos a quantidade de estrangeiros registrados na RAIS durante os três anos em função da nacionalidade e do sexo; e, na tabela 4.2, apresentamos o total de trabalhadores estrangeiros em termos de variação, i.e., de porcentagem, segundo as principais nacionalidades.

³² De acordo com Rodríguez (2007: 262), a literatura feminista vem defendendo de forma enfática o quanto a experiência de homens e mulheres é diferente no que refere à pobreza. Num extremo, encontram-se aqueles que falam diretamente de um processo de feminização da pobreza apontando para a maior incidência relativa deste fenômeno na população feminina. Esta ideia está associada a uma sobrerepresentação das famílias monoparentais [uma mulher sendo única responsável] no universo dos mais pobres, e onde a condição de família migrante, ou de mulher migrante trabalhadora, acentua mais ainda a condição de vulnerabilidade, dentre outros motivos, pela precariedade (ou ausência total) nos contratos de trabalhos (Cf.: Bissiliat, 1996; Hirata, 2009; Parella, 2003 e 2005; Pedone, 2010).

³³ A modo de exemplo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), o Brasil tem o maior número de trabalhadores domésticos do mundo: são 7,2 milhões de pessoas empregadas em trabalhos domésticos (categoria que não está contemplada na base de dados aqui analisada - RAIS), das quais 6,7 milhões são mulheres e somente 504 mil são homens. Significa dizer que, categorias ocupacionais como a de trabalhador/a doméstico/a - ou outras que carecem de vínculo formal de trabalho ou com contratos entre empregador pessoa física e trabalhador/a - por não estarem contabilizadas pela RAIS e elas terem uma predominância de mão de obra feminina, geram situações como as apresentadas nessa análise: alta concentração de mão de obra masculina nos empregos com vínculo formal.

Tabela 4.1 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais nacionalidades. Brasil 2011, 2012 e 2013

Nacionalidade	2011			2012			2013		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
América Do Norte									
Norte-Americana	3.215	2.161	1.054	3.714	2.465	1.249	3.790	2.491	1.299
Canadense	2.849	1.917	932	3.255	2.143	1.112	3.339	2.199	1.140
América Latina e Caribe									
Haitiana	38.532	26.113	12.419	46.950	32.457	14.493	64.473	45.899	18.574
Boliviana	814	726	88	4.117	3.606	511	14.579	12.518	2.061
Argentina	5.835	4.011	1.824	7.325	5.039	2.286	9.478	6.430	3.048
Paraguaia	7.328	5.047	2.281	8.151	5.589	2.562	9.089	6.138	2.951
Chilena	5.314	3.177	2.137	6.819	4.144	2.675	8.550	5.147	3.403
Uruguaia	5.843	4.101	1.742	5.682	3.954	1.728	5.500	3.795	1.705
Colombiana	4.718	2.950	1.768	4.952	3.116	1.836	5.269	3.325	1.944
Peruana	496	321	175	777	513	264	1.366	886	480
Outras Latino-Americanas									
Europa	7.165	5.052	2.113	7.261	5.143	2.118	7.766	5.602	2.164
Portuguesa	24.468	17.359	7.109	26.689	19.175	7.514	29.319	21.257	8.062
Espanhola	10.630	7.044	3.586	11.559	7.806	3.753	12.572	8.661	3.911
Italiana	2.554	1.831	723	2.994	2.200	794	3.657	2.771	886
Francesa	2.892	2.209	683	3.247	2.504	743	3.566	2.776	790
Alemã	2.219	1.662	557	2.655	2.023	632	2.908	2.174	734
Britânica	2.333	1.781	552	2.435	1.875	560	2.455	1.863	592
Outras Europeias	1.091	829	262	1.188	897	291	1.258	942	316
Ásia									
Chinesa	8.664	6.039	2.625	9.435	6.635	2.800	10.697	7.792	2.905

Japonesa	2.537	1.884	653	2.851	2.091	760	3.150	2.281	869
Coreana	723	428	295	886	564	322	1.182	823	359
Outras Asiáticas	1.097	822	275	1.301	995	306	2.507	2.142	365
África	1.669	1.448	221	2.424	2.104	320	3.851	3.350	501
Angolana	521	422	99	699	559	140	888	678	210
Outras Africanas	1.148	1.026	122	1.725	1.545	180	2.963	2.672	291
Oceania	3.030	2.082	948	5.476	4.149	1.327	7.926	6.157	1.769
Toda Oceania	3.030	2.082	948	5.476	4.149	1.327	7.926	6.157	1.769

Fonte: RAIS/MTE

Observamos que ao se fazer a análise considerando a variável sexo, para os três anos, e levando em conta todas as nacionalidades, se obtém uma média de 72% de homens estrangeiros e 28% de mulheres estrangeiras. No entanto, cabe nesse sentido apontar que, para o coletivo dos paraguaios registrou-se uma diminuição nessa diferença em função da variável sexo: 60% de homens e 40% de mulheres, aproximadamente, em 2011, 2012 e 2013.

Tabela 4.2 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho por nacionalidades. Brasil 2012/2011 e 2013/2012

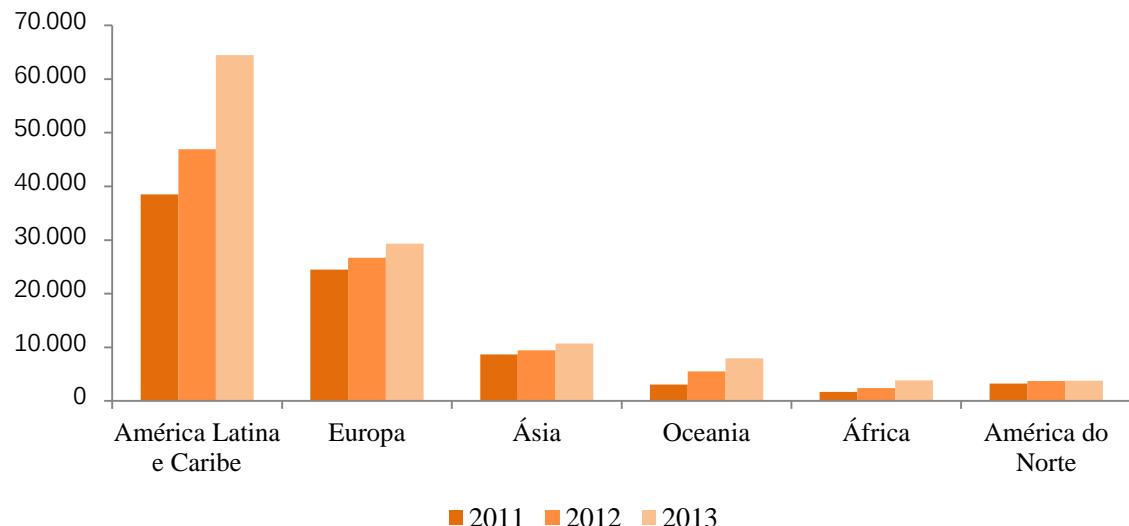
Nacionalidade	2012 – 2011	2013 - 2012
Total	18,99%	26,79%
Haitiana	405,77%	254,12%
Peruana	83,12%	54,13%
Oceania	80,73%	44,74%
Colombiana	56,65%	75,80%
Outras Africanas	50,26%	71,77%
Angolana	34,17%	27,04%
Paraguaia	28,32%	25,38%
Boliviana	25,54%	29,39%
Canadense	25,41%	-1,74%
Coreana	22,54%	33,41%
Francesa	19,65%	9,53%

Outras Asiáticas	18,60%	92,70%
Espanhola	17,23%	22,14%
Norte-Americana	14,25%	2,58%
Japonesa	12,38%	10,49%
Italiana	12,28%	9,82%
Argentina	11,23%	11,51%
Britânica	8,89%	5,89%
Portuguesa	8,74%	8,76%
Uruguaia	4,96%	6,40%
Alemã	4,37%	0,82%
Chinesa	2,09%	-12,26%
Outras Latino-Americanas	1,34%	6,95%
Chilena	-2,76%	-3,20%
Outras Europeias	-5,02%	11,18%

Fonte: RAIS/MTE

Também pode ser realizada uma análise por regiões de procedência. O gráfico 4.2 apresenta as quantidades totais de estrangeiros em função da região de origem. E a tabela 4.3 a variação (porcentagens) resultante da comparação do ano 2012/11 e 2013/12. Sendo o destaque para região da América Latina.

Gráfico 4.2 Quantidade estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por regiões de origem. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Destacamos que *América Latina e Caribe* foi a região com maior quantidade de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, registrando-se um crescimento de 37,3%, na comparação 2013/12, e 21,8% na comparação 2012/11.

Tabela 4.3 Variação dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo regiões de origem. Brasil 2012/11 e 2013/12

Região	2012-2011	2013-2012
América Latina e Caribe	21,80%	37,30%
Europa	9,10%	9,90%
Ásia	8,90%	13,40%
Oceania	80,70%	44,70%
África	45,20%	58,90%
América do Norte	15,50%	2,00%

Fonte: RAIS/MTE

Se analisarmos a variação (%) registrada dos estrangeiros em função da nacionalidade, durante esses três anos na região da América Latina e Caribe, cabe destacar três casos particulares que chamam a atenção, observa-se:

a) O crescimento do coletivo **haitiano**: de 406% (2012/11) e 214% (2013/12). Trata-se do coletivo cujo crescimento desponta sobre o dos demais e mantém o primeiro lugar, em termos de variação (%), em ambos os períodos comparados. Levando em conta as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de estrangeiros para cada ano, os haitianos passam a ocupar o primeiro lugar pela primeira vez no ano de 2013, sendo que tanto em 2011 quanto em 2012 eram os **portugueses** os que detinham o primeiro lugar. No entanto, em termos de variação (%) os portugueses registram um crescimento constante de quase 9% nesse período.

b) Já o coletivo dos **peruanos** cresceu 83,1% (2012/11) e 54,1% (2013/12). Neste caso, ficam em segundo lugar entre os que mais cresceram na comparação de 2012 com 2011, porém, já nos registros de 2013 comparados aos de 2012, cai para o quinto lugar em crescimento no total de todas as regiões, e terceiro lugar de crescimento na região da América Latina e Caribe especificamente.

c) O coletivo dos chilenos mantêm em ambos os períodos de comparação uma diminuição de aproximadamente -3%, sendo dentro da região América Latina e Caribe o único coletivo com crescimento negativo.

A tabela 4.4 apresenta os dados específicos para a região América Latina e Caribe, incluindo a percentagem de variação (2012/2011 e 2013/2012) da quantidade de estrangeiros provenientes desses países.

Tabela 4.4 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo as nacionalidades da região América Latina e Caribe, Brasil 2011, 2012 e 2013.

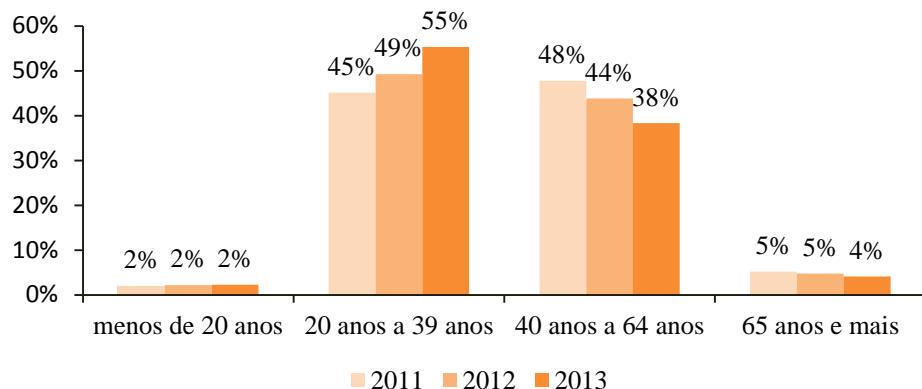
América Latina e Caribe	2011	2012	2013	2012-2011	2013-2012
Total	38.532	46.950	64.473	21,80%	37,30%
Haitiana	814	4.117	14.579	405,80%	254,10%
Colombiana	496	777	1.366	56,70%	75,80%
Peruana	1.019	1.866	2.876	83,10%	54,10%
Boliviana	5.835	7.325	9.478	25,50%	29,40%
Paraguaia	5.314	6.819	8.550	28,30%	25,40%
Argentina	7.328	8.151	9.089	11,20%	11,50%
Outras Latino-Americana	7.165	7.261	7.766	1,30%	7,00%
Uruguaia	4.718	4.952	5.269	5,00%	6,40%
Chilena	5.843	5.682	5.500	-2,80%	-3,20%

Fonte: RAIS/MTE

Idade, tempo de ingresso no mercado de trabalho formal e raça/cor

No que diz respeito às idades dos estrangeiros, considerando o total consolidado, observamos uma alta concentração nas faixas etárias compreendidas entre: os 20 e os 39 anos (45% em 2011, 49% em 2012 e 55% em 2013), e os 40 e os 64 anos (48% em 2011, 44% em 2012 e 38% em 2013). O gráfico 4.3 permite comparar cada uma das faixas etárias nesses três anos, sempre para o total consolidado. As tabelas número 4.5, 4.6 e 4.7 apresentam a informação desagregada por nacionalidade.

Gráfico 4.3 Grupos de idade do total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Tabela 4.5 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por grupos de idade, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2011

Nacionalidade	Total	< 20	20 --40	40 -- 65	65 --
Total	79.578	1.566	35.882	38.008	4.122
AMÉRICA DO NORTE					
Norte-Americana	2.849	83	1.486	1.199	81
Canadense	366	9	207	138	12
AMÉRICA LATINA E CARIBE					
Haitiana	814	4	708	99	3
Boliviana	5.835	173	3.570	1.943	149
Argentina	7.328	116	3.722	3.288	202
Paraguaia	5.314	575	3.631	1.035	73
Chilena	5.843	52	2.295	3.285	211
Uruguaia	4.718	66	2.113	2.381	158
Colombiana	496	1	301	186	8
Peruana	1.019	8	582	403	26
Outras Latino-Americanas	7.165	36	3.220	3.618	291
EUROPA					
Portuguesa	10.630	47	2.120	7.216	1.247
Espanhola	2.554	16	729	1.493	316
Italiana	2.892	26	690	1.755	421
Francesa	2.219	17	1.154	974	74
Alemã	2.333	18	848	1.293	174
Britânica	1.091	15	468	578	30
Outras Europeias	2.749	19	1.171	1.387	172
ÁSIA					
Chinesa	4.307	42	2.866	1.351	48
Japonesa	2.537	202	479	1.600	256
Coreana	723	3	371	329	20
Outras Asiáticas	1.097	7	631	415	44
ÁFRICA					
Angolana	521	6	351	163	1
Outras Africanas	1.148	10	837	297	4
OCEANIA					
Oceania	3.030	15	1.332	1.582	101

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 4.6 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por grupos de idade, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2012.

Nacionalidade	2012				
	Total	< 20	20 --40	40 -- 65	65 --
Total	94.688	2.062	46.631	41.503	4.492
AMÉRICA DO NORTE					
Norte-Americana	3.255	93	1.709	1.355	98
Canadense	459	8	262	173	16
AMÉRICA LATINA E CARIBE					
Haitiana	4.117	38	3.598	479	2
Boliviana	7.325	250	4.802	2.103	170
Argentina	8.151	118	4.154	3.623	256
Paraguaia	6.819	738	4.788	1.219	74
Chilena	5.682	49	1.973	3.410	250
Uruguaia	4.952	103	2.175	2.524	150
Colombiana	777	9	496	264	8
Peruana	1.866	41	1.148	647	30
Outras Latino-Americanas	7.261	46	3.202	3.714	299
EUROPA					
Portuguesa	11.559	58	2.798	7.402	1.301
Espanhola	2.994	14	1.039	1.599	342
Italiana	3.247	37	856	1.881	473
Francesa	2.655	6	1.438	1.124	87
Alemã	2.435	18	912	1.322	183
Britânica	1.188	18	520	612	38
Outras Europeias	2.611	16	1.187	1.251	157
ÁSIA					
Chinesa	4.397	40	2.929	1.374	54
Japonesa	2.851	262	695	1.625	269
Coreana	886	5	439	418	24
Outras Asiáticas	1.301	9	766	481	45
ÁFRICA					
Angolana	699	14	451	233	1
Outras Africanas	1.725	19	1.324	370	12
OCEANIA					
Oceania	5.476	53	2.970	2.300	153

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 4.7 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por grupos de idade, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2013.

Nacionalidade	2013				
	Total	< 20	20 --40	40 -- 65	65 --
Total	120.056	2.705	66.453	45.971	4.927
AMÉRICA DO NORTE					
Norte-Americana	3.339	85	1.781	1.376	97
Canadense	451	5	247	186	13
AMÉRICA LATINA E CARIBE					
Haitiana	14.579	148	12.490	1.937	4
Boliviana	9.478	336	6.548	2.402	192
Argentina	9.089	173	4.787	3.858	271
Paraguaia	8.550	939	6.134	1.400	77
Chilena	5.500	31	1.764	3.408	297
Uruguaia	5.269	110	2.385	2.589	185
Colombiana	1.366	19	928	414	5
Peruana	2.876	62	1.827	946	41
Outras Latino-Americanas	7.766	39	3.590	3.859	278
EUROPA					
Portuguesa	12.572	64	3.483	7.572	1.453
Espanhola	3.657	19	1.431	1.848	359
Italiana	3.566	32	1.055	1.974	505
Francesa	2.908	9	1.579	1.239	81
Alemã	2.455	28	942	1.300	185
Britânica	1.258	13	566	634	45
Outras Europeias	2.903	27	1.402	1.298	176
ÁSIA					
Chinesa	3.858	35	2.542	1.216	65
Japonesa	3.150	315	897	1.657	281
Coreana	1.182	3	555	590	34
Outras Asiáticas	2.507	40	1.799	609	59
ÁFRICA					
Angolana	888	17	557	309	5
Outras Africanas	2.963	54	2.398	496	15
OCEANIA					
Oceania	7.926	102	4.766	2.854	204

Fonte: RAIS/MTE

O momento em os estrangeiros ingressam no mercado de trabalho com vínculo formal empregatício, também é uma variável disponibilizada por essa base de dados, e precisamos compreender que nem sempre esse momento coincide como momento de chegada da pessoa ao país. Alguns estrangeiros só conseguem ter acesso ao mercado formal de trabalho tempo depois da chegada ao Brasil. A tabela 4.8 apresenta uma classificação em função dessa variável e da variável sexo dos trabalhadores.

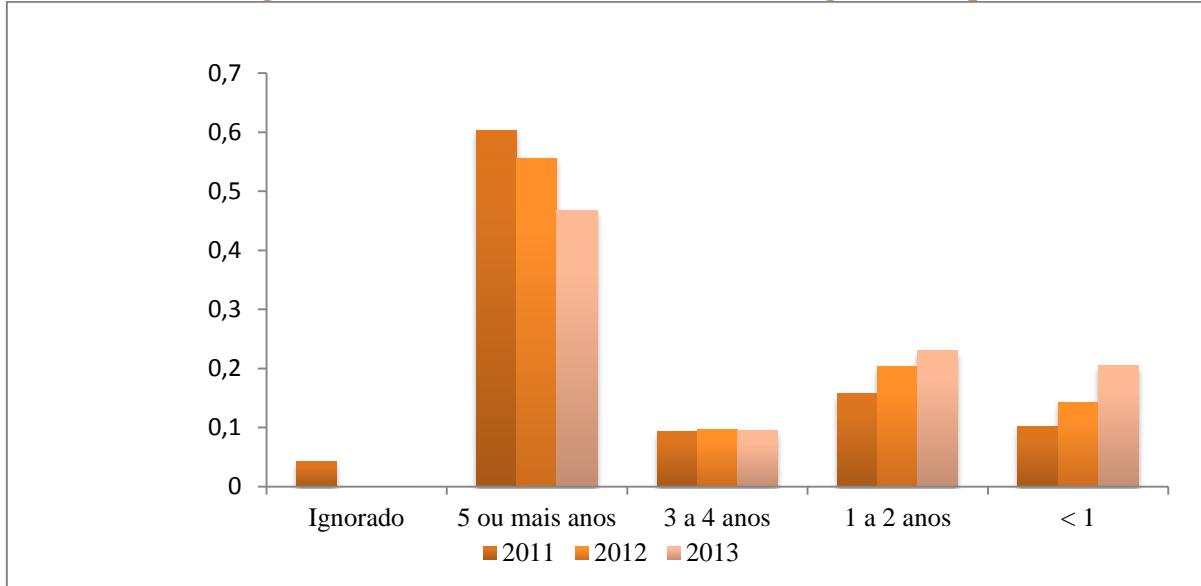
Tabela 4.8 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo tempo de ingresso no mercado de trabalho com vínculo formal. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Grupos de Idade	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
< 1	8.120	6.347	1.773	13.574	10.714	2.860	24.708	20.297	4.411
1 a 2 anos	12.593	9.351	3.242	19.300	14.686	4.614	27.740	21.350	6.390
3 a 4 anos	7.474	5.461	2.013	9.109	6.608	2.501	11.377	8.134	3.243
5 ou mais	48.053	31.813	16.240	52.705	34.977	17.728	56.231	37.165	19.066
Ignorado	3.338	2.230	1.108	-	-	-	-	-	-

Fonte: RAIS/MTE

Dá-se uma maior concentração de estrangeiros com mais de 5 anos no mercado de trabalho com vínculo formal de emprego (cf também gráfico 4.4): em 2011 esse grupo representou 60,4%, em 2012 55,7% e em 2013 46,8%. Entretanto, podemos observar uma tendência de aumento entre os trabalhadores estrangeiros dentre 1 e 2 anos no mercado de trabalho formal: em 2011 representaram 15,8%, em 2012 20,4% e em 2013 23,1%. Os trabalhadores estrangeiros com menos de um ano registraram 10,2% em 2011, aumentando para 14,3% em 2012 e para 20,6% em 2013.

Gráfico 4.4 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, segundo tempo



Outra análise dos trabalhadores estrangeiros que a RAIS permite realizar é conforme a cor ou raça. Levando em conta as cifras consolidadas, a análise do ano 2011, 2012 e 2013 mantém igual tendência para cada uma das categorias com exceção daqueles que se identificam como pretos:

- 2011, num total de 79.578 imigrantes com vínculo formal de trabalho houve: 66,6% brancos, 3% de pretos, 11,6% pardos, 5,7% amarelos, e 0,4% indígenas.
- 2012, num total de 94.688 imigrantes com vínculo formal de trabalho houve: 62,9% brancos, 6% de pretos, 13,2% pardos, 5,4% amarelos, e 0,4% indígenas.
- 2013, num total de 120.056 imigrantes com vínculo formal de trabalho houve: 55,4% brancos, 12,4% de pretos, 14,3% pardos, 4,4% amarelos, e 0,4% indígenas.

Note-se que a porcentagem de pretos duplicou tanto em 2012 quanto em 2013, e a porcentagem de classificação pela cor ou raça ignorada ficou entre 12% e 13% nos três anos. A tabela número 4.9 apresenta o total de estrangeiros desagregado por cor ou raça.

Tabela 4.9 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por cor ou raça. Brasil, 2011, 2012 e 2013.

Cor ou raça	2011	2012	2013
Total	79.578	94.688	120.056
Branca	52.972	59.514	66.552
Preta	2.394	5.647	14.915
Parda	9.266	12.470	17.171
Amarela	4.537	5.087	5.336
Indígena	305	417	525
Ignorada	10.104	11.553	15.557

Fonte: RAIS/MTE

Grupos ocupacionais e grau de instrução

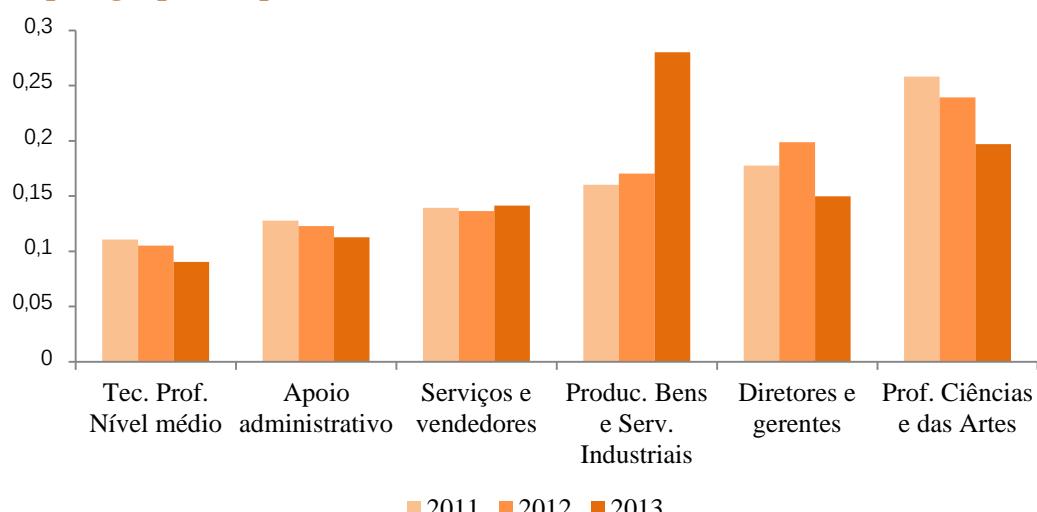
No que refere às atividades exercidas pelos trabalhadores estrangeiros, a RAIS permite realizar uma categorização por grupos ocupacionais. Tal categorização resulta mais apropriada do que o agrupamento por setor de atividade econômica, levando em conta que se está analisando o processo de inserção no mercado de trabalho brasileiro de indivíduos estrangeiros e não se trata de uma análise do mercado de trabalho em geral. As categorias apresentadas na tabela 4.10 foram criadas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Tabela 4.10 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013.

Ocupação	2011			2012			2013		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
Prof. Ciências e Artes	20.553	13.362	7.191	22.668	14.970	7.698	23.637	15.738	7.899
Diretores e gerentes ¹⁵	14.132	11.507	2.625	16.124	13.078	3.046	17.995	14.470	3.525
Produc. Bens e Serv. Industriais	12.753	10.643	2.110	18.815	15.896	2.919	33.645	28.888	4.757
Serviços e vendedores	11.099	6.738	4.361	12.913	7.934	4.979	16.984	10.154	6.830
Apoio administrativo	10.168	5.171	4.997	11.631	6.039	5.592	13.540	7.285	6.255
Tec. Prof. Nível médio	8.813	5.882	2.931	9.969	6.718	3.251	10.834	7.273	3.561
Serviç.reparação e manutenção	1.373	1.324	49	1.614	1.554	60	1.997	1.928	69
Agropecuários, Florestais e Pesca	666	554	112	892	744	148	1.303	1.131	172
Forças Armadas, Policiais, Bomb.	17	17	0	23	22	1	121	79	42
Ocup. Mal definidas	4	4	0	39	30	9	0	0	0

Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 4.5 Total de Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo os principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

15 Por extenso: Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes.

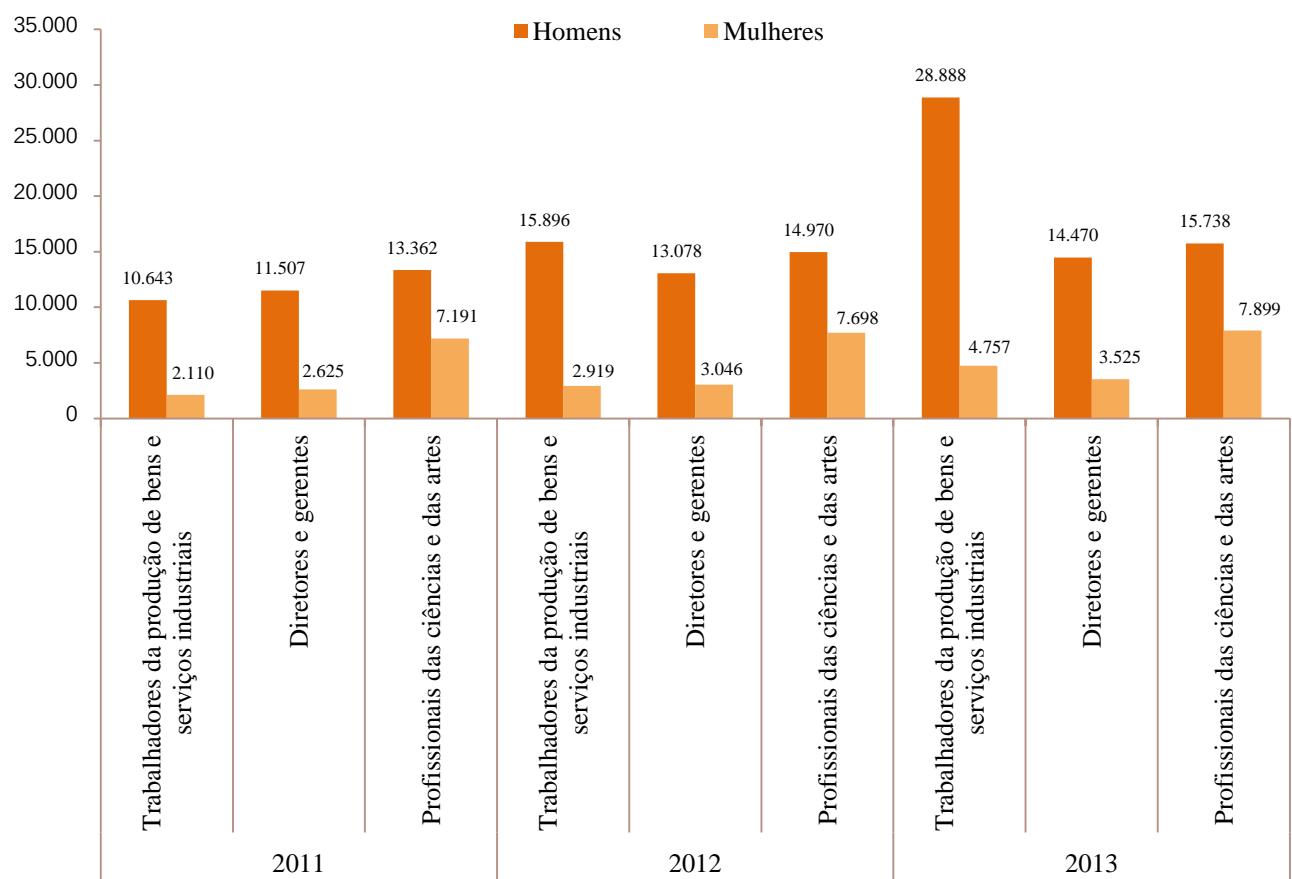
Nos anos da série 2011, 2012 e 2013 identificamos uma variação importante para os seguintes grupos ocupacionais:

- O grupo dos *Profissionais das Ciências e das Artes* foi o primeiro em termos de quantidade de contratação, para os anos 2011 e 2012. No ano 2013, este grupo foi superado pelo de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, ficando em segundo lugar. Sobre o total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, os empregados nesse grupo ocupacional representaram: 25,8% em 2011, 23,9% em 2012 e 19,8% em 2013. Ainda na análise dos *Profissionais das Ciências e das Artes*, cabe salientar que, no período dos três anos analisados a média de homens empregados foi de 65,9% enquanto a de mulheres foi de 34,1%. Trata-se do segmento com o maior número de mulheres empregadas.

- Os *Diretores e Gerentes* foram o segundo grupo em 2011, representando 17,8%. Em 2012 passa a representar 17% do total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, ficando na segunda posição. No ano de 2013, passa a ocupar o terceiro lugar em termos de quantidade de estrangeiros contratados com 15% do total, ficando atrás do grupo *Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais* (primeiro) e *Profissionais das Ciências e das Artes* (segundo). Para o período dos três anos, a média de homens *Diretores e Gerentes* contratados foi 77,2% e de mulheres 22,8%.

- Na *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, terceiro grupo em termos de quantidade de estrangeiros contratados em 2011, identifica-se uma mudança significativa no que refere a sua participação (%) no total de trabalhadores estrangeiros no Brasil. Em 2011, esse grupo ocupacional representou 16,0% do total de contratados. Em 2012, aumentou para 19,9% ocupando o segundo lugar ficando atrás somente dos *Profissionais das Ciências e das Artes*; e em 2013 fica no primeiro lugar com 28,0% do total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

Gráfico 4.6 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo os três principais grupos ocupacionais. Brasil, 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

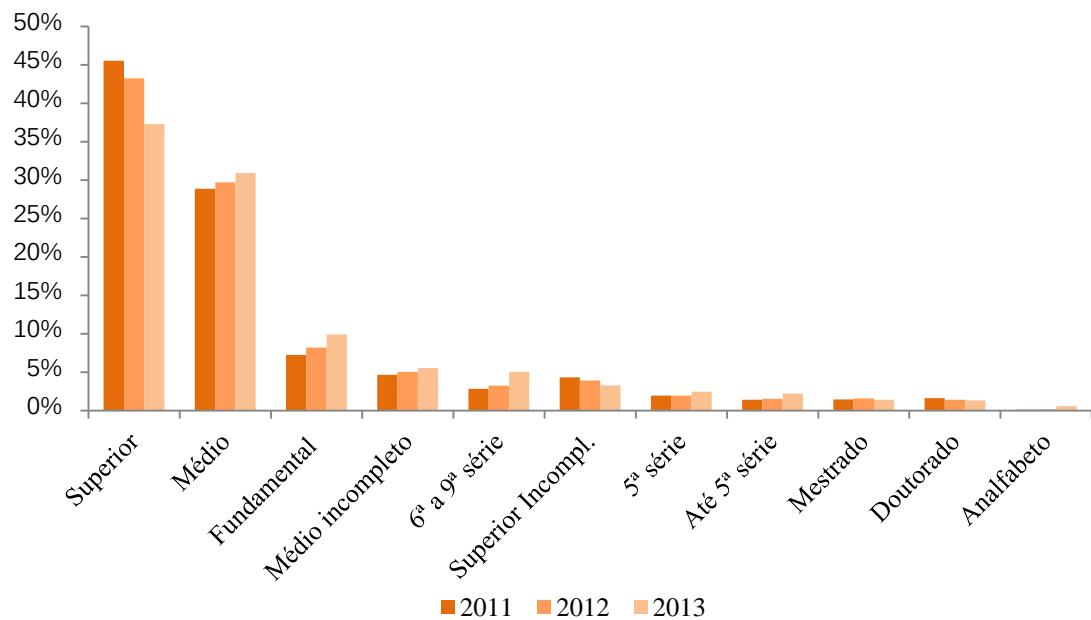
No que refere à distribuição por sexo, destacamos o caso do grupo *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*. Trata-se de um setor que tradicionalmente tem sido identificado com os homens, tendência essa confirmada pela RAIS. Como resultado, temos uma média de 84,6% contra 15,4% de trabalhadoras estrangeiras durante o período dos três anos analisados.

Observamos também uma concentração gradativa, nesse grupo ocupacional, que pode estar sendo estimulada pelo aumento de alguns coletivos de estrangeiros originários da América Latina e o Caribe (haitianos, peruanos, paraguaios, bolivianos). Entretanto, entendemos que somente um acompanhamento sistemático dos dados dos próximos anos permitirá compreender a capacidade do mercado formal de trabalho brasileiro, sobretudo nesse segmento, de absorver o incremento dos fluxos migratórios.

A base de dados da RAIS permite realizar uma classificação em função do tipo de vínculo de emprego estabelecido entre o trabalhador estrangeiro e o/s empregador/es. Nesse sentido, cabe apontar que o *trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT por prazo indeterminado*, é o tipo de vínculo que predomina com uma participação entre 88% e 90% no período dos três anos.

A análise sobre os principais grupos ocupacionais pode ser relacionada com o grau de instrução dos trabalhadores estrangeiros no período de 2011, 2012 e 2013. Observemos no gráfico 4.7 que, para os três anos analisados, se registra uma maior concentração de estrangeiros com educação de *nível superior completa*, ou seja, estudos universitários: em 2011 representou 45,6% do total do ano, em 2012 foi 43,3% e em 2013, 37,3%. Os trabalhadores estrangeiros com *ensino médio completo* conformam o segundo grupo em termos de quantidade: 28,9% em 2011, 29,7% em 2012 e 30,9% em 2013.

Gráfico 4.7 Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

Cabe aqui, também, analisar o grau de instrução com a variável sexo.

Tabela 4.11 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Brasil e Unidades Federação	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
Analfabeto	79	56	23	144	132	12	697	616	81
ATE 5.A INC	1.117	908	209	1.447	1.199	248	2.632	2.224	408
5.A CO FUND	1.544	1.136	408	1.844	1.416	428	2.948	2.301	647
6. A 9. FUND	2.245	1.662	583	3.089	2.344	745	6.042	4.875	1.167
FUND COMPL	5.773	4.154	1.619	7.769	5.859	1.910	11.902	9.233	2.669
MEDIO INCOMP	3.694	2.503	1.191	4.758	3.349	1.409	6.631	4.799	1.832
MEDIO COMPL	22.986	15.573	7.413	28.138	19.474	8.664	37.131	26.347	10.784
SUP. INCOMP	3.429	2.150	1.279	3.698	2.410	1.288	3.948	2.572	1.376
SUP. COMP	36.267	25.336	10.931	40.982	28.808	12.174	44.811	31.644	13.167
MESTRADO	1.147	773	374	1.487	1.024	463	1.711	1.139	572
DOUTORADO	1.297	951	346	1.332	970	362	1.603	1.196	407

Fonte: RAIS/MTE

Os que possuem *nível superior completo*, registraram um crescimento de 13,0% no ano 2012, comparado ao 2011, sendo que se analisamos somente a variação dos homens com nível superior o crescimento é de 13,7% e a variação registrada para as mulheres é de 11,4%; i.e., as mulheres com nível superior completo aumentam, porém, num grau levemente menor se comparado aos crescimento dos homens. Já para a comparação do ano 2013 com relação ao 2012, o crescimento no total de estrangeiros com nível superior completo foi de 9,3%, sendo que também nesse ano o crescimento dos homens se dá por encima do das mulheres, 9,8% para os primeiros e 8,2% para as segundas.

Para aqueles que possuem *ensino médio completo*, se compararmos o ano 2012 com 2011, houve um crescimento no total de trabalhadores de 22,4%, sendo que foi de 25,0% para os homens e 16,9% para as mulheres. Na comparação do ano 2013 com o ano 2012, registrou-se um crescimento de 32,0% para o total de trabalhadores, 35,3% para os homens e 24,5% para as mulheres. Significa dizer, que essa categoria de trabalhadores estrangeiros com grau de formação de ensino médio completo ocupa um segundo lugar no que refere a sua participação no total de cada ano, porém, trata-se do grupo que registra um crescimento mais expressivo se comparado aos demais grupos,

em termos de grau de instrução, e em cujos registros o predomínio dos trabalhadores homens sobre as trabalhadoras mulheres se acentua. Nessa linha, podemos sustentar que existe uma forte sensibilidade à variável gênero na categoria de trabalhadores estrangeiros com nível médio completo como grau máximo de formação.

Nessa instância da análise, pode ser estabelecida uma relação, no sentido de identificarmos uma tendência que demandará de uma continuidade na observação durante os próximos anos, desse grupo de trabalhadores com grau de instrução de ensino médio completo, e o grupo ocupacional *Produção de bens e serviços industriais*. Recordemos que esse grupo ocupacional registra em 2013 o nível mais alto de trabalhadores estrangeiros, 28,0% sobre o total anual, sendo que em 2011, por exemplo, tinha representado somente 16,0% sobre o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Poderíamos levantar a seguinte questão para futuras análise: até que ponto essa mudança no perfil de escolaridade estaria associada a origem dos fluxos migratórios mais recentes?

Renda e horas semanais contratadas

Uma análise da renda desses trabalhadores agrupa elementos às reflexões até o momento expostas. A tabela 4.12 apresenta uma classificação dos trabalhadores tendo como unidade de corte o salário mínimo (menos que 1, de 1 até 2, de 2 até 3, de 3 até 5, etc.), isso tanto para o total dos trabalhadores quanto para os homens e as mulheres de forma separada em cada ano analisado.

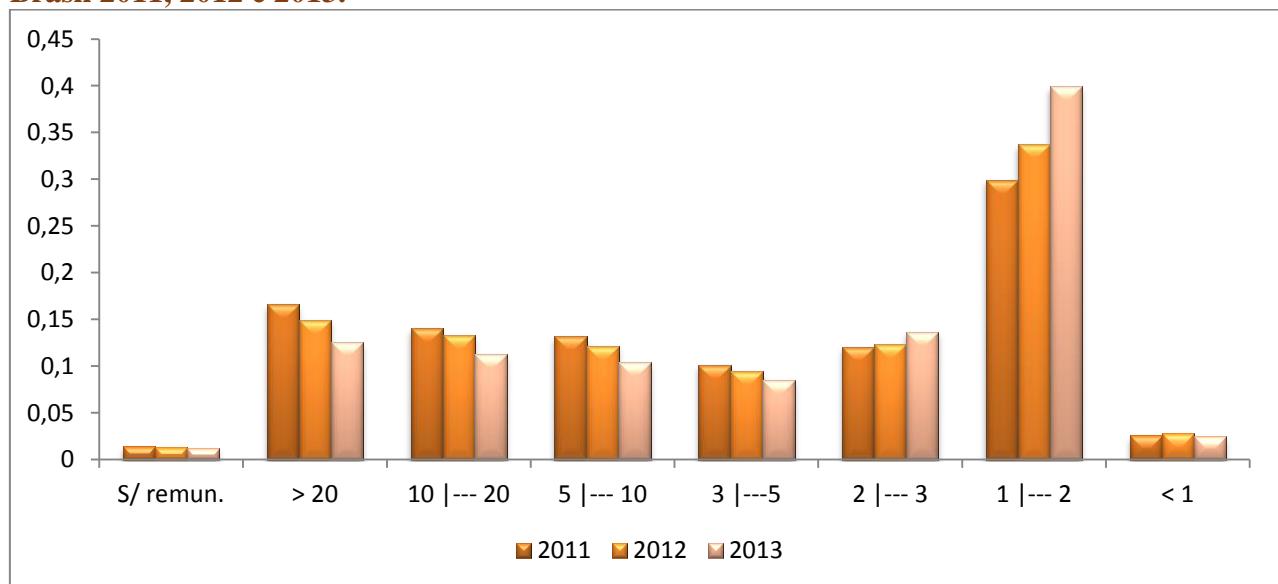
Tabela 4.12 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo faixas de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Brasil e Unidades Federação	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
< 1	2.083	1.107	976	2.644	1.381	1.263	2.972	1.607	1.365
1 --- 2	23.834	14.795	9.039	31.927	20.870	11.057	47.940	32.937	15.003
2 --- 3	9.586	6.725	2.861	11.672	8.584	3.088	16.377	12.745	3.632
3 ---5	8.056	5.249	2.807	8.919	5.955	2.964	10.241	7.097	3.144
5 --- 10	10.456	7.008	3.448	11.518	7.765	3.753	12.454	8.429	4.025
10 --- 20	11.188	8.044	3.144	12.566	9.184	3.382	13.517	10.025	3.492
> 20	13.223	11.411	1.812	14.145	12.277	1.868	15.074	13.009	2.065
S/ remun.	1.152	863	289	1.297	969	328	1.481	1.097	384

Fonte: RAIS/MTE

Com base nisso foram elaborados três gráficos (4.8, 4.9, 4.10), expressados em porcentagens para cada faixa de renda e em cada ano. Nesse sentido, pode ser complementada a informação da tabela com a de cada gráfico: o primeiro, apresenta o peso relativo do total de trabalhadores para cada faixa de renda e em cada ano, o segundo gráfico mostra igual informação, mas exclusivamente para os trabalhadores homens e o terceiro os dados para as trabalhadoras mulheres.

**Gráfico 4.8 Total de estrangeiros, com vínculo formal de trabalho.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**

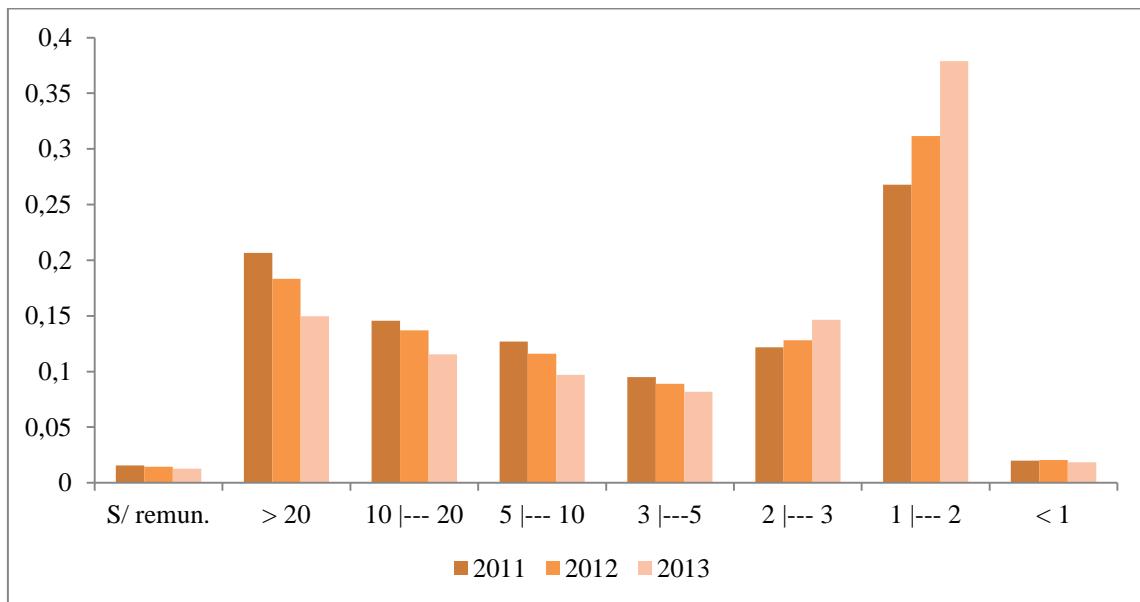


Fonte: RAIS/MTE

Na análise do total dos trabalhadores estrangeiros, a maior concentração se encontra na faixa de um até dois salários mínimos: 30,0% para 2011 (23.834 trabalhadores), 33,7% para 2012 (31.927 trabalhadores) e 39,9% para 2013 (47.940). A faixa com menor representatividade³⁴ foi a de até um salário mínimo com um peso percentual para cada um dos três anos que varia 2,5% até 2,8%.

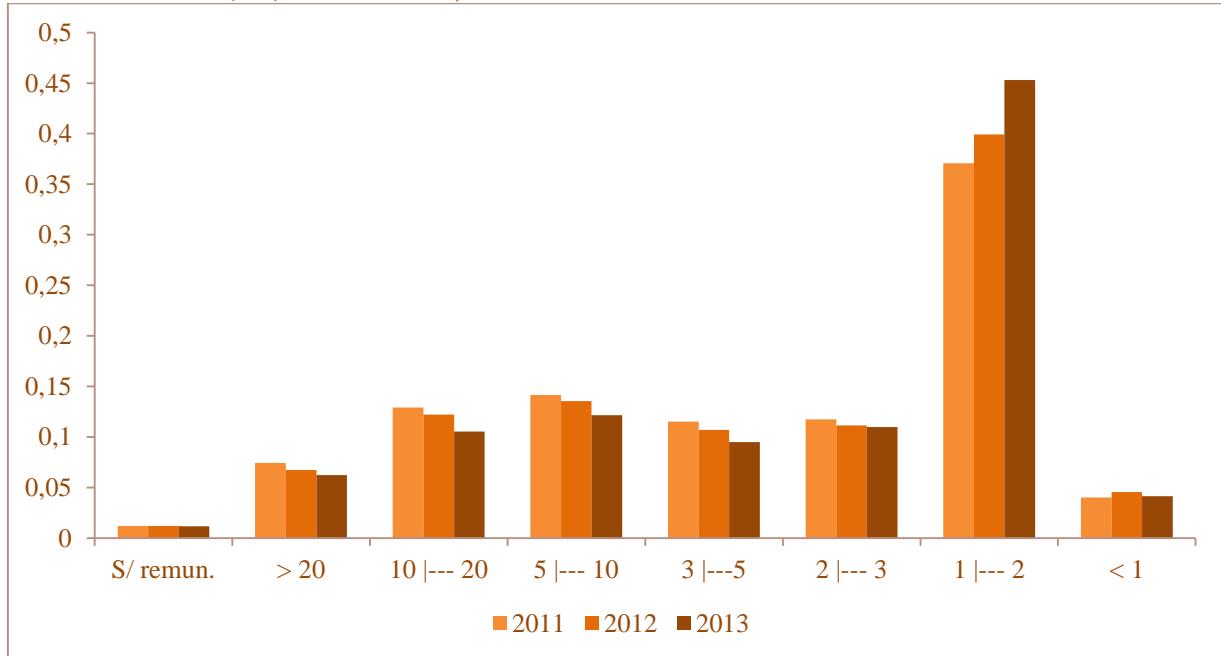
³⁴ Não se está levando em consideração a categoria "Sem remuneração", pois, refere a uma baixa porcentagem de trabalhadores que não tiveram tal informação disponibilizada na base de dados.

Gráfico 4.9 - Estrangeiros, homens, com vínculo formal de trabalho, segundo faixas de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 4.9 Estrangeiras, mulheres, com vínculo formal de trabalho, segundo faixas de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Ao analisarmos a renda dos trabalhadores homens por um lado e das trabalhadoras mulheres estrangeiras por outro, observamos as mesmas tendências

assinaladas para o total consolidado dos trabalhadores estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Entretanto, algumas nuances podem ser apontadas:

- Em ambos os grupos a maior concentração se dá na faixa de renda de *1 a 2 salários mínimos*, sendo que nas mulheres trabalhadoras esse grupo é mais numeroso do que nos dos homens, por exemplo: em 2013 houve 37,9% de trabalhadores homens contra 45,3% de trabalhadoras mulheres; em 2012, 31,2% de homens e 39,9% de mulheres; em 2011 26,8% de homens e 37,1% de mulheres.

Note-se que, na medida que a faixa de renda vai aumentando, nos grupos subsequentes, há um efeito contrário ao apresentado nesse primeiro grupo de *1 a 2 salários mínimos*. Ou seja, na medida que aumenta a renda dos trabalhadores estrangeiros, a porcentagem (ou quantidade) de trabalhadores homens se torna superior à de trabalhadoras mulheres. Tendência que fica mais evidente no grupo com renda superior a 20 salários mínimos. Nessa linha, pode-se analisar a modo de exemplo:

- **faixa com renda de *10 até 20 salários mínimos*:**
 - 2011: total de trabalhadores = 14,1%
total homens = 14,6% total mulheres = 12,9%
 - 2012: total de trabalhadores = 13,3%
total homens = 13,7% total mulheres = 12,2%
 - 2013: total de trabalhadores = 11,3%
total homens = 11,5% total mulheres = 10,5%
- **faixa com renda superior de *maior a 20 salários mínimos*:**
 - 2011:total de trabalhadores = 16,6%
total homens = 20,7% total mulheres = 7,4%
 - 2012:total de trabalhadores = 14,9%
total homens = 18,3% total mulheres = 6,7%
 - 2013:total de trabalhadores = 12,6%
total homens = 15,0% total mulheres = 6,2%

Tanto nesse exemplo acima citado, quanto nos gráficos 4.8, 4.9 e 4.10, as porcentagens expressam o peso relativo dentro da própria categoria; i.e. o peso relativo da faixa de renda que está sendo analisada dentro do grupo de total de trabalhadores (inclui homens e mulheres), ou do grupo de total homens ou do grupo de total de mulheres. Portanto, as comparações devem ser feitas entre faixas de renda dentro de cada categoria analisada.

As quantidades de horas semanais pelas quais os trabalhadores estrangeiros foram contratados também constitui uma variável passível de análise. A tabela 4.13 apresenta tal informação por meio de uma categorização por faixas de horas semanais de contrato de trabalho tanto para o total dos trabalhadores quanto para homens e para mulheres.

Tabela 4.13 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo faixas de horas semanais contratadas. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Brasil e Unidades Federação	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
< 15	2.569	1.392	1.177	2.834	1.526	1.308	2.976	1.637	1.339
15 -- 20	575	292	283	604	301	303	649	338	311
20 -- 30	2.648	1.363	1.285	2.975	1.555	1.420	3.203	1.634	1.569
30 -- 40	4.654	2.412	2.242	5.202	2.739	2.463	5.857	3.156	2.701
40 -- 45	69.132	49.743	19.389	83.073	60.864	22.209	107.371	80.181	27.190

Fonte: RAIS/MTE

Podem ser apontadas algumas considerações respeito a alta concentração dos trabalhadores para a faixa de horas entre 40 e 45 horas semanais, assim como também levando em conta a desagregação em função do sexo.

Durante os três anos da série, a maioria dos trabalhadores foram contratados entre 40 e 45 horas semanais, dando-se um registro em termos relativos para cada ano de: 86,9% para 2011, 87,7% para 2012 e 89,4% para 2013. Se a essa informação acrescentamos o recorte por gênero dos trabalhadores, destaca-se que:

2011:

→ do total das horas semanais contratadas para os homens, 90,1% foram registradas nessa faixa entre 40 e 45 horas; a faixa de 30 e 40 horas semanais representou somente 4,4% para os homens.

→ do total das horas semanais contratadas para as mulheres, 79,5% foram registradas na faixa entre 40 e 45 horas semanais; a faixa de 30 e 40 horas semanais representou 9,2% para as mulheres

2012:

- para os homens se mantém a tendência, dando-se registros quase iguais: 40 e 45 horas, 90,9% e 4,1% de 30 até 40 horas semanais contratadas.
- no caso das mulheres, também se registra igual tendência ao ano anterior: 80,2% para faixa de 40 e 45 horas, e 8,9% para a de 30 e 40 horas semanais contratadas.

2013:

- a tendência é mantida, fato que permite concluir que os estrangeiros com vínculo formal de trabalho durante esses três anos analisados, na sua grande maioria trabalha com contratos de 40 e 45 horas semanais de trabalho, e que, da mesma forma que nas demais variáveis antes analisadas, há uma situação de predominância dos homens e, neste caso, poder-se-ia mencionar uma situação de melhores condições de contrato para os homens (em termos de quantidade de horas) do que para as mulheres trabalhadoras estrangeiras.

Distribuição por Unidades da Federação

Os estrangeiros estão presentes no mercado de trabalho formal distribuídos pela vasta extensão territorial do Brasil. Entre 2011 e 2013, houve aumento da presença estrangeira em todas as Unidades da Federação (UF).

Existe uma considerável concentração naqueles Estados que compõem as regiões Sudeste e Sul. No triênio analisado, São Paulo se afirma como a UF com o maior número de estrangeiros formalmente empregados. Dos 79.578 estrangeiros empregados no país em 2011, o mercado de trabalho paulista acolhia 27.515, ou seja, 34,6% do total. Em 2013 São Paulo seguia como a UF que mais empregava estrangeiros, com 38.293 indivíduos. A participação percentual de São Paulo no agregado nacional, contudo, reduziu de 34,6% em 2011 para 31,9% em 2013.

Os Estados que experimentaram maior crescimento relativo foram Santa Catarina, com 63,5% de 2011 para 2012 e 133,4% de 2012 para 2013; Rio Grande do Sul, com 53,6% de 2011 para 2012 e 42,0% de 2012 para 2013; e o Paraná, com um crescimento de 44,2% de 2011 para 2012 e 68,2% de 2012 para 2013.

No quesito inserção de estrangeiros no mercado de trabalho formal, Santa Catarina merece destaque por ter ultrapassado Minas Gerais, o Distrito Federal, o Amazonas e o Rio Grande do Sul entre 2011 e 2013. Em 2011 Santa Catarina empregava 1,4% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil, em 2012

passou para 2,0% e em 2013 atingiu o patamar de 3,6% em relação ao agregado nacional.

No triênio analisado, as Unidades da Federação que apresentaram menor crescimento relativo na inserção de estrangeiros no mercado de trabalho formal foram: a Bahia, com crescimento de 14,2% de 2011 para 2012 e 12,5% de 2012 para 2013; o Rio de Janeiro, com 17,2% de 2011 para 2012 e 8,5% de 2012 para 2013; e o Amazonas, com 19,4% de 2011 para 2012 e 6,5% de 2012 para 2013.

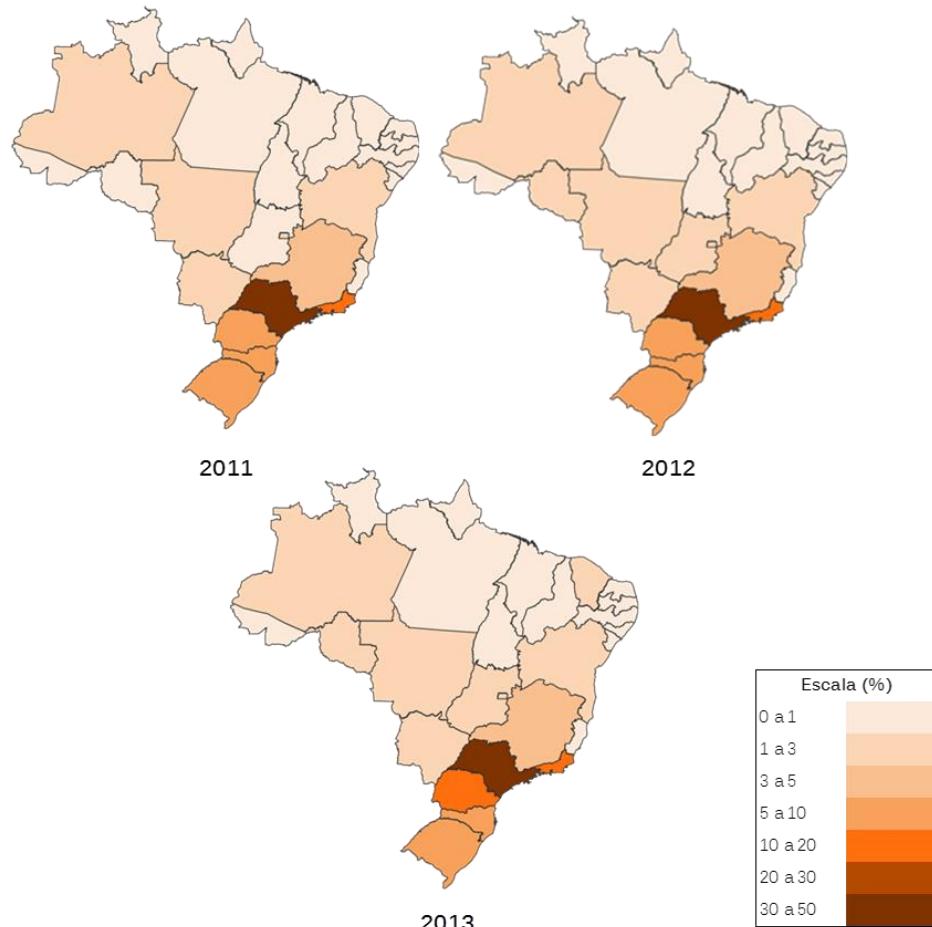
O destaque negativo desta pequena série é o Rio de Janeiro, afamado mundialmente como porta de entrada dos estrangeiros no Brasil. O mercado de trabalho formal fluminense empregou 11.964 estrangeiros em 2013, um crescimento de apenas 8,5% em relação ao ano anterior. Um crescimento bastante abaixo do observado nacionalmente e que representou uma redução na participação percentual do Rio de Janeiro em relação ao agregado nacional, de 11,8% em 2011 para 10,0% em 2013.

Tabela 4.14 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013

Unidades Federativas	2011	2012	2012-2011	2013	2013-2012
Total	79.578	94.688	19,0%	120.056	27,8%
São Paulo	27.515	33.172	20,6%	38.293	15,4%
Rio de Janeiro	9.408	11.022	17,2%	11.964	8,5%
Paraná	2.697	3.890	44,2%	6.544	68,2%
Santa Catarina	1.147	1.875	63,5%	4.376	133,4%
Rio Grande do Sul	1.420	2.181	53,6%	3.097	42,0%
Amazonas	1.749	2.089	19,4%	2.225	6,5%
Distrito Federal	1.295	1.520	17,4%	1.846	21,4%
Minas Gerais	1.245	1.511	21,4%	1.827	20,9%
Mato Grosso	712	892	25,3%	1.573	76,3%
Bahia	740	845	14,2%	951	12,5%
Rondônia	543	722	33,0%	936	29,6%
Outras Unidades da Federação	31.107	34.969	12,4%	46.424	32,8%

Fonte: RAIS/MTE

Mapa 4.1 Distribuição de Estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

A partir dos mapas acima é possível perceber que existe uma certa concentração no estado de São Paulo, mas que também existe uma considerável dispersão dos estrangeiros pelo território nacional. Em 2011, 31.107 estrangeiros encontravam-se empregados com vínculo formal de trabalho distribuídos em “outras Unidades da Federação”³⁵. Este número cresceu 12% de 2011 para 2012, chegando a 34.969 pessoas. De 2012 para 2013, a participação desse conjunto cresceu 33%, chegando a 46.424 pessoas, o equivalente a 32,76% do total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil, ultrapassando a quantidade de trabalhadores estrangeiros empregados no estado de São Paulo.

³⁵ O conjunto das “Outras Unidades da Federação” é composto por 16 UFs que não atingiram individualmente o número de 500 estrangeiros com vínculo de trabalho formal. Ver nota metodológica e discussão sobre relevância estatística.

A tabela 4.15 apresenta a distribuição por sexo dos estrangeiros nos anos 2011, 2012 e 2013 nas principais³⁶ Unidades da Federação e municípios; isso expressado em quantidades absolutas. Já os gráficos 4.11 e 4.12 permitem observar a mesma situação expressada em porcentagens, desagregada por sexo, neste último caso, somente por principais Unidades da Federação (sem municípios).

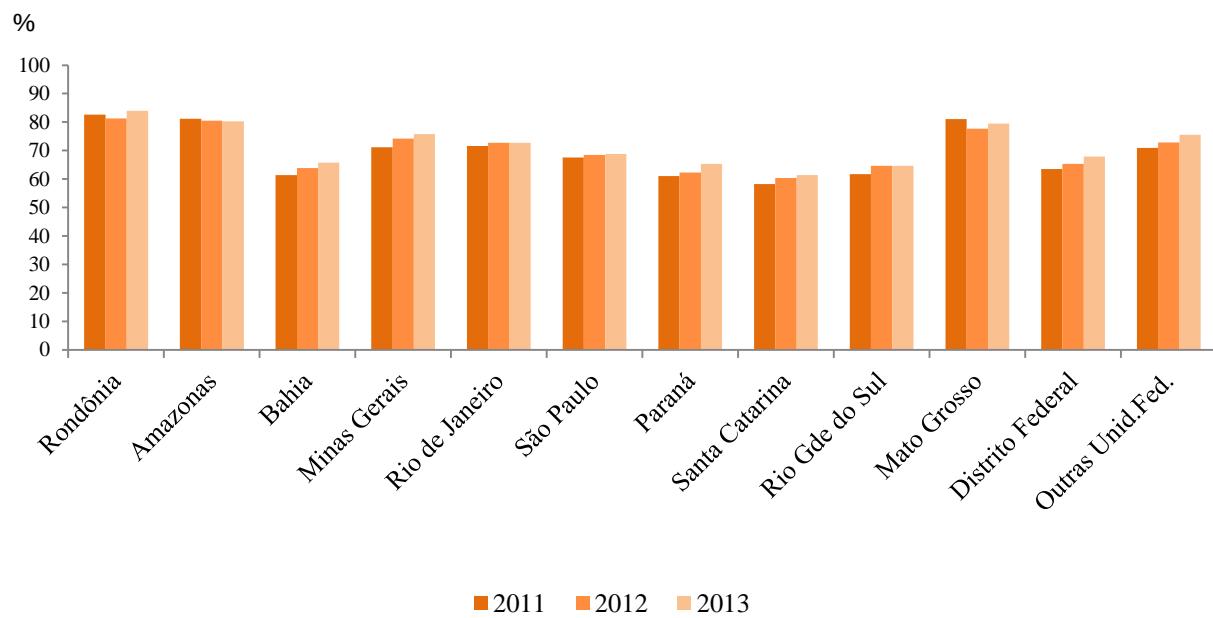
³⁶ Trata-se das *principais* Unidades da Federação em função da presença de estrangeiros com vínculo formal de trabalho.

Tabela 4.15 Total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios. Brasil, 2011, 2012 e 2013.

Brasil e Unidades Federação	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	79.578	55.202	24.376	94.688	66.985	27.703	120.056	86.946	33.110
<i>Rondônia</i>	543	449	94	722	587	135	936	786	150
Porto Velho	543	449	94	722	587	135	936	786	150
<i>Amazonas</i>	1.749	1.420	329	2.089	1.681	408	2.225	1.786	439
Manaus	1.749	1.420	329	2.089	1.681	408	2.225	1.786	439
<i>Bahia</i>	740	454	286	845	540	305	951	626	325
Salvador	740	454	286	845	540	305	951	626	325
<i>Minas Gerais</i>	1.245	886	359	1.511	1.121	390	1.827	1.385	442
Belo Horizonte	1.245	886	359	1.511	1.121	390	1.827	1.385	442
<i>Rio de Janeiro</i>	9.408	6.742	2.666	10.495	7.630	2.865	11.405	8.294	3.111
Macaé	927	828	99	1.063	948	115	1.083	970	113
Rio de Janeiro	8.481	5.914	2.567	9.432	6.682	2.750	10.322	7.324	2.998
<i>São Paulo</i>	27.515	18.604	8.911	31.722	21.708	10.014	37.054	25.513	11.541
Barueri	912	677	235	985	698	287	1.267	855	412
Campinas	1.493	1.055	438	1.690	1.233	457	1.737	1.274	463
Guarulhos	796	587	209	997	748	249	1.081	816	265
Santo André	541	366	175	593	408	185	671	474	197
Santos	592	388	204	582	382	200	605	391	214
São Bernardo do Campo	877	689	188	939	735	204	1.069	838	231
São José dos Campos	558	407	151	606	438	168	656	479	177
São Paulo	21.746	14.435	7.311	25.330	17.066	8.264	29.968	20.386	9.582
<i>Paraná</i>	2.697	1.647	1.050	3.450	2.150	1.300	4.967	3.244	1.723
Curitiba	2.008	1.276	732	2.549	1.641	908	3.751	2.531	1.220
Foz do Iguaçu	689	371	318	901	509	392	1.216	713	503
<i>Santa Catarina</i>	1.147	668	479	1.398	844	554	1.768	1.086	682
Florianópolis	1.147	668	479	1.398	844	554	1.768	1.086	682
<i>Rio Grande do Sul</i>	1.420	876	544	1.638	1.059	579	1.848	1.195	653
Porto Alegre	1.420	876	544	1.638	1.059	579	1.848	1.195	653
<i>Mato Grosso</i>	712	577	135	892	693	199	1.573	1.251	322
Cuiabá	712	577	135	892	693	199	1.573	1.251	322
<i>Distrito Federal</i>	1.295	823	472	1.520	993	527	1.846	1.254	592
Brasília	1.295	823	472	1.520	993	527	1.846	1.254	592
Outras Unid.da Federação	31.107	22.056	9.051	38.406	27.979	10.427	53.656	40.526	13.130

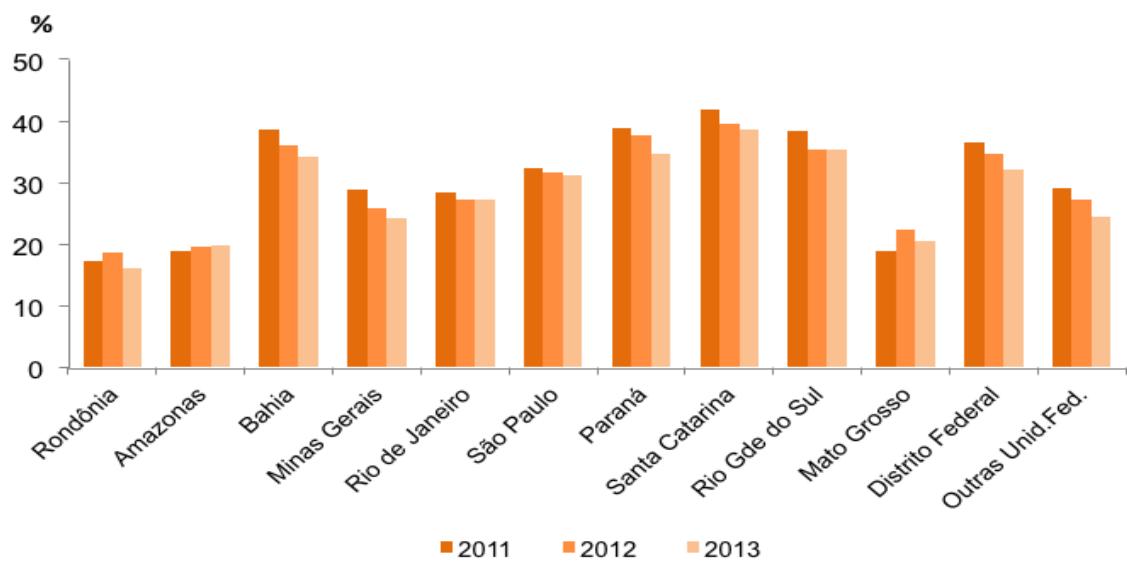
Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 4.10 Total de Homens Estrangeiros, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 4.11 Total de Mulheres Estrangeiras, com vínculo formal de trabalho, segundo as principais Unidades da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

A apresentação gráfica permite-nos visualizar, de modo geral, o predomínio de estrangeiros do sexo masculino com vínculo formal de trabalho em algumas das Unidades da Federação. Cabe salientar que os gráficos estão expressados em porcentagens relativas às quantidades de trabalhadores estrangeiros para cada Estado. Portanto, vale, nesse sentido, a comparação no âmbito de cada Unidade da Federação, e não entre elas.

Por exemplo, se analisamos o caso específico do Estado de São Paulo podemos apontar que para os três anos analisados, registrou-se uma distribuição por sexo de aproximadamente 68% de homens e 32% de mulheres. Além do mais, voltar para análise da tabela 4.15 permite-nos constatar que em algumas das Unidades da Federação, tal o caso de São Paulo, foram desagregadas as cifras dos municípios que se destacam como receptores de trabalhadores estrangeiros.

O cálculo da média geral, em cada um dos três anos analisados, sobre o total de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros/as, dá como resultado que houve no país aproximadamente 70% de homens e 30% de mulheres. Ao analisar caso a caso as principais Unidades da Federação receptoras de trabalhadores estrangeiros, merece destaque o fato que:

- Santa Catarina foi o estado menos desigual no que refere à distribuição de trabalhadores homens e mulheres estrangeiros, apesar de ainda se manter a tendência à distribuição desigual. Em 2011 houve 58,0% de homens e 42,0% mulheres; em 2012, 60,0% de homens e 40,0% de mulheres; em 2013, 61,0% de homens e 39,0% de mulheres. Observamos uma leve tendência de aumento da brecha em favor dos homens sobre as mulheres.

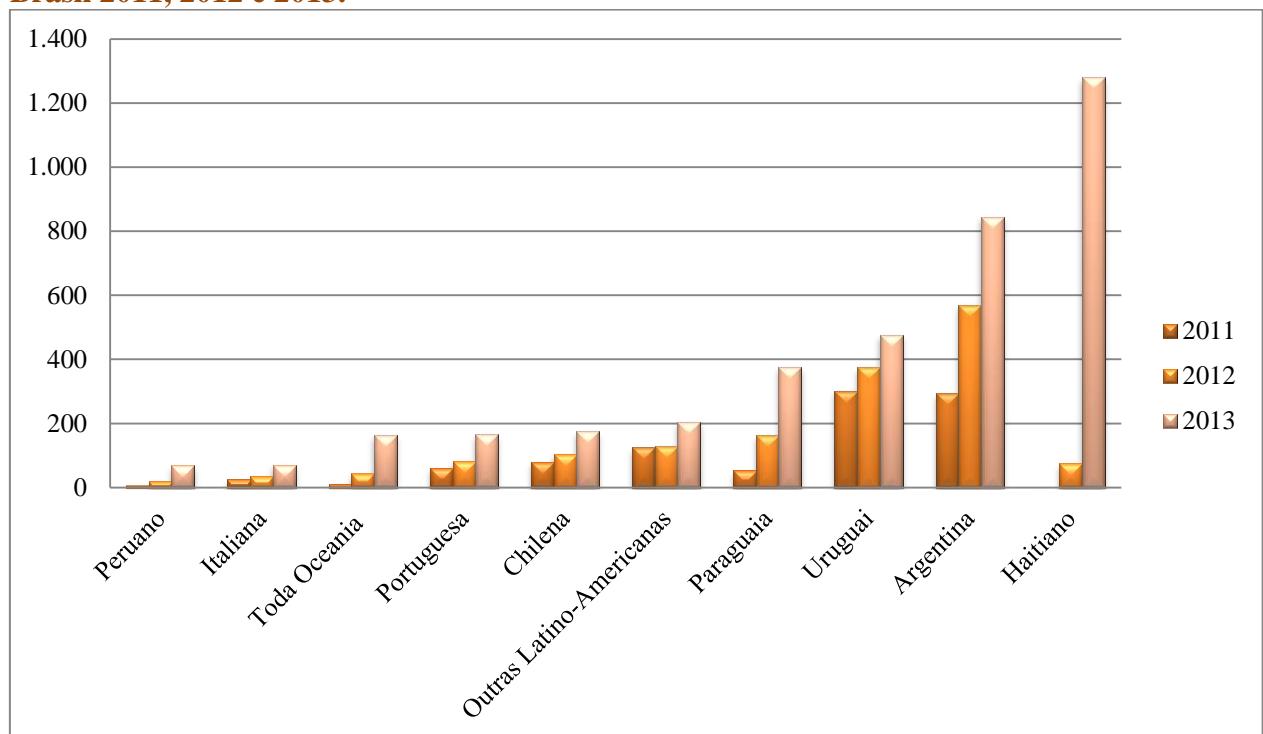
- Rondônia se posiciona como o estado da federação mais desigual no que refere à distribuição por sexo dos trabalhadores estrangeiros. Em 2011 foram 83,0% de homens e 17,0% de mulheres; em 2012, 81,0% de homens e 19,0% de mulheres; em 2013, volta-se a acentuar a tendência registrando-se 84,0% de homens e 16,0% de mulheres.

Santa Catarina e os haitianos

Santa Catarina foi a UF que apresentou maior taxa de crescimento na contratação de trabalhadores estrangeiros durante o triênio analisado: + 282% de 2011 para 2013.

Tomando rapidamente os números de Santa Catarina como caso ilustrativo, é possível notar a principal tendência que caracteriza o cenário mais geral (nacional): o impacto da presença dos Haitianos. Os trabalhadores Haitianos contavam 0 (zero) indivíduos empregados em Santa Catarina no ano de 2011, passando para 75 em 2012 e saltando para 1.281 em 2013. Em apenas dois anos, deixaram de ser desconhecidos para virar o grupo mais numeroso de estrangeiros com vínculo formal de trabalho na UF. Os Haitianos representam, no estado de Santa Catarina, 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho em 2013, colaborando de maneira contumaz para a destacada taxa de crescimento da população estrangeira com vínculo formal de trabalho na UF.

Gráfico 4.12 Estrangeiros com vínculo formal de trabalho em Santa Catarina. Brasil 2011, 2012 e 2013.



Fonte: RAIS/MTE

Perfil segundo as nacionalidades

Tendo em vista compreender algumas peculiaridades de diferentes grupos de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil, passamos agora a uma análise dos dados da RAIS segundo as nacionalidades. Foram selecionadas, para os fins deste capítulo, as duas nacionalidades numericamente mais representativas dentre as principais regiões de origem: Américas e Europa. Das Américas, são analisados os dados referentes às nacionalidades haitiana e boliviana; do lado da Europa, são

analisadas as nacionalidades portuguesa e espanhola. O que se pretende é traçar um panorama do perfil dos estrangeiros (sexo, escolaridade, idade, tempo de chegada) e de sua inserção no mercado de trabalho formal brasileiro (ocupação, faixa de renda).

Haitiana

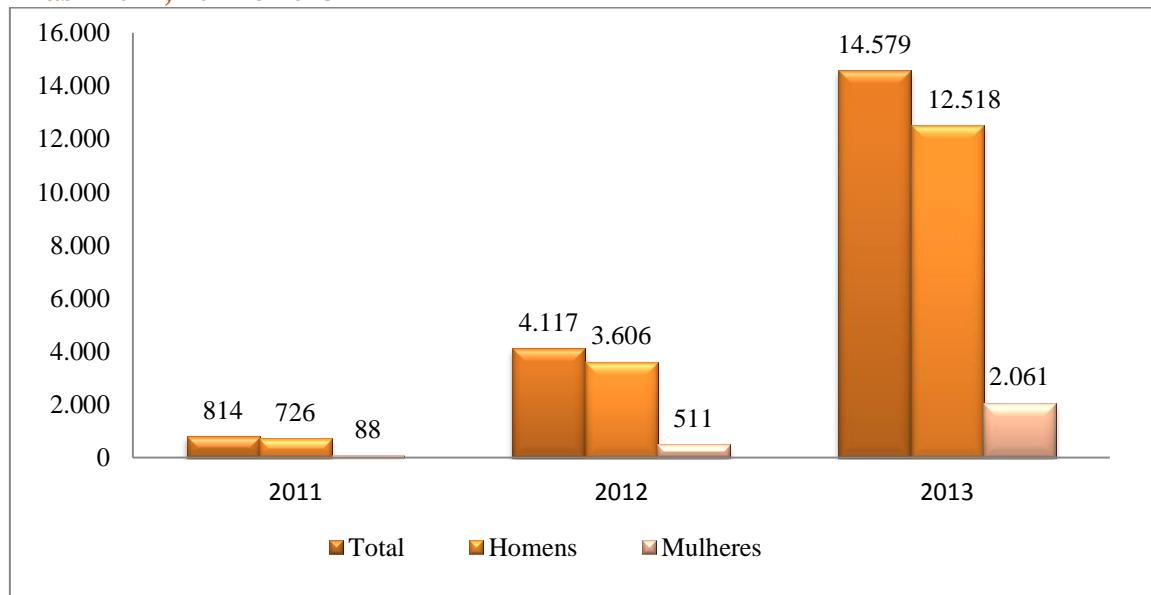
Começamos pela nacionalidade haitiana por se tratar do grupo que teve sua situação mais modificada nos últimos anos. Trata-se de um crescimento de 406% entre 2011 e 2012, com crescimento de 254% em 2013. Nota-se, nos três anos há uma prevalência da presença de homens, sendo que eles representavam 89% dos haitianos com vínculo formal de trabalho em 2011, passando para 88% em 2012 e 86% em 2013. A presença de mulheres teve um crescimento percentualmente maior que o dos homens nos últimos anos.

Tabela 4.16 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo (com percentual de crescimento). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Sexo	2011	2012	2011-2012	2013	2012-2013
Total	814	4.117	406%	14.579	254%
Homens	726	3606	397%	12518	247%
Mulheres	88	511	481%	2061	303%

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 4.17 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo. Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Como visto no caso de Santa Catarina, os Haitianos passaram de 0 (zero) a 1.281 trabalhadores com vínculo formal em apenas dois anos. Mas os Haitianos são 14.579 pelo Brasil afora. Mesmo com o impressionante crescimento (1608%) da presença de Haitianos em Santa Catarina entre 2012 e 2013, os 1.281 Haitianos nesse estado do sul representam apenas 8,8% do total de Haitianos distribuídos pelo país.

Tabela 4.18 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidade da Federação. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Unidades da Federação	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
São Paulo	24	522	2.167
Paraná	4	256	1.824
Santa Catarina	0	75	1.281
Amazonas	475	695	716
Rondônia	219	403	541
Rio Grande do Sul	0	108	498
Mato Grosso	0	7	350
Minas Gerais	12	37	188
Rio de Janeiro	2	36	100
Distrito Federal	0	59	78
Bahia	0	0	27
Outras Unidades da Federação	78	1919	6.809

Fonte: RAIS/MTE

Os Estados que concentram o maior número de Haitianos formalmente empregados em 2013 são, em sequência: São Paulo, Paraná e a já mencionada Santa Catarina. Os Haitianos empregados em São Paulo passaram de 24 em 2011 para 522 em 2012 (variação de 2.075%) e então para 2.167 em 2013 (variação de 315%). O Paraná, por sua vez, empregou um número 613% maior de Haitianos em 2013 (1.824 indivíduos), comparado com 2012 (256).

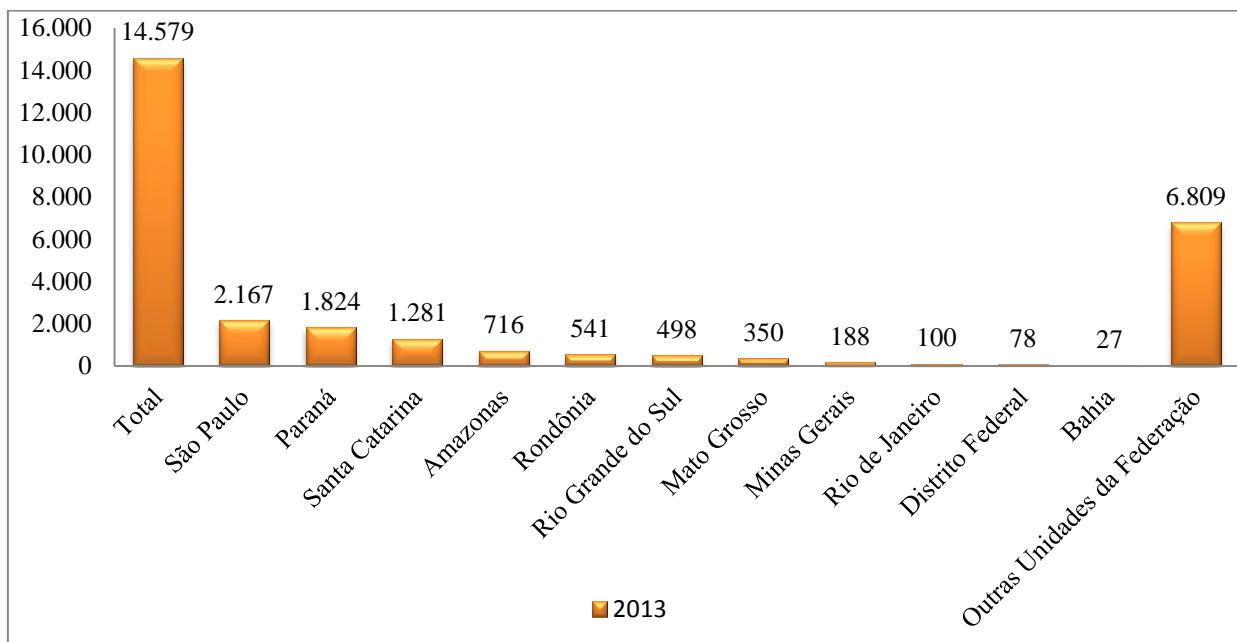
Para além desses casos, pode-se observar de maneira generalizada um crescimento na presença desses estrangeiros no mercado de trabalho formal. Na Bahia, no Distrito Federal, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, não havia sequer um único haitiano formalmente empregado no ano de 2011. Em 2013, esses Estados empregaram, respectivamente, 27 (BA), 78 (DF), 350 (MT), 498 (RS) e

1.281(SC) haitianos. O Rio Grande do Sul passou de 0 (zero) a 108 haitianos empregados em apenas um ano. Os números do Mato Grosso apresentam crescimento de 4900% entre 2012 e 2013, passando de 7 indivíduos para 350.

É interessante observar que houve uma redução relativa da participação dos Estados do norte do Brasil na quantidade de Haitianos empregados formalmente no país. Os Estados de Rondônia e Amazonas (sobre os quais temos dados disponíveis) mantiveram a tendência de crescimento, contudo, as variações percentuais ficaram muito abaixo daquelas verificadas nos Estados localizados mais ao sul do país. O Amazonas empregava 475 haitianos em 2011, ou seja, 58% do total de haitianos no Brasil naquele ano; passou para 695 em 2012 (crescimento de 46%); e no ano de 2013 empregava 716 (uma variação de 3% em relação ao ano anterior), representando 5% do total de haitianos formalmente empregados no Brasil. Rondônia, por sua vez, passou de 219 haitianos empregados em 2011 para 403 em 2012 (variação de + 84%), passando para 541 em 2013 (+34%).

No ano de 2013, 6.809 Haitianos encontravam-se formalmente empregados em “Outras Unidades da Federação”. Trata-se de 46,7% do total de 14.579 haitianos e mais de três vezes o número de haitianos empregados em São Paulo (2.167), o que demonstra a grande dispersão dos cidadãos haitianos pelo território brasileiro.

Gráfico 4.13 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil, 2013



Fonte: RAIS/MTE

As unidades federativas do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, por sua importância econômica no contexto nacional, chamam atenção por empregarem poucos haitianos. No ano de 2013 o Rio de Janeiro empregava 100 haitianos formalmente, enquanto Minas Gerais empregava 188, o Distrito Federal 78 e a Bahia 27.

Os Haitianos estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de *produção de bens e serviços industriais*. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega haitianos, de 2011 a 2013. Em 2011, o segmento empregava formalmente 58% dos haitianos no Brasil, passando para 72% em 2012 e 75% em 2013. Houve um crescimento de 525% de 2011 para 2012 e de 267% para 2013. Na sequência temos o segmento dos *serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*, que empregava 22% em 2011, passando para 16% em 2012 e ficando em 17% em 2013, mesmo com um crescimento de 294% de 2012 para 2013. Exceção feita às *Forças Armadas, policiais e bombeiros militares* e aos *profissionais das ciências e das artes*, houve crescimento em todos os grupos.

Tabela 4.19 Haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	475	2.970	10.911
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	182	643	2.534
Trabalhadores de serviços administrativos	42	234	630
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	55	197
Técnicos de nível médio	68	136	166
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2	48	105
Diretores e Gerentes	4	25	29
Profissionais das Ciências e das Artes	6	6	6
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	2	0	1

Fonte: RAIS/MTE

No tocante ao grau de instrução dos haitianos com vínculo de trabalho formal no Brasil, ocupam o primeiro lugar aqueles com *Ensino Médio completo*, que representavam 39% do total em 2011, passando para 31% em 2012 e 33% em 2013. Este segmento manteve crescimento proporcional razoavelmente estável de 2011 para 2012 (296%) e para 2013 (274%). Cresceu também a presença de indivíduos com

Ensino Fundamental Completo, de 18% do total em 2011 para 21% em 2013. Cresceu significativamente a presença daqueles com educação *do 6º ao 9º ano incompleto do Ensino Fundamental*, que eram 9% em 2011, passando para 12% em 2012 e 16% em 2013.

Foi registrado um elevado crescimento da presença daqueles haitianos classificados como *analfabetos*. Este grupo aumentou em 979% de 2012 para 2013. Em 2013, o número de haitianos *analfabetos* com vínculo de trabalho formal no Brasil era maior que o dobro daqueles com *Educação Superior completa*.

Tabela 4.20 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	814	4.117	14.579
Ensino Médio Completo	321	1.270	4.745
Ensino Fundamental Completo	144	953	3.017
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	70	482	2.301
Ensino Médio Incompleto	117	618	1.604
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	79	369	1.125
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	57	229	924
Analfabeto	4	43	464
Educação Superior Completa	12	78	217
Educação Superior Incompleta	7	71	179
Doutorado Completo	2	1	3
Mestrado Completo	1	3	0

Fonte: RAIS/MTE

No ano de 2011, 87% dos haitianos formalmente empregados no Brasil situavam-se na faixa de renda entre 1 a 2 salários mínimos. O número de haitianos dentro dessa faixa de renda cresceu 353% de 2011 para 2012 e 254% de 2012 para 2013. Todavia, a concentração de trabalhadores haitianos nessa faixa de renda foi reduzida. Em 2013, representava 76% do total. Por outro lado, a faixa de renda entre 2 e 3 salários anotou crescimento de 922% de 2011 para 2012 e de 290% entre 2012 e 2013. Em 2011, 9% dos trabalhadores haitianos com vínculo formal no Brasil se encontravam nessa faixa de renda, passando para 21% em 2013.

Tabela 4.21 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por faixa de renda(sm). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Faixa de renda	2011	2012	2013
Total	814	4117	14579
< 1	18	39	97
1 --- 2	706	3195	11024
2 --- 3	76	777	3028
3 ---5	6	83	348
5 --- 10	2	12	43
10 --- 20	4	2	6
> 20	2	1	5
S/ remun.	0	8	28

Fonte: RAIS/MTE

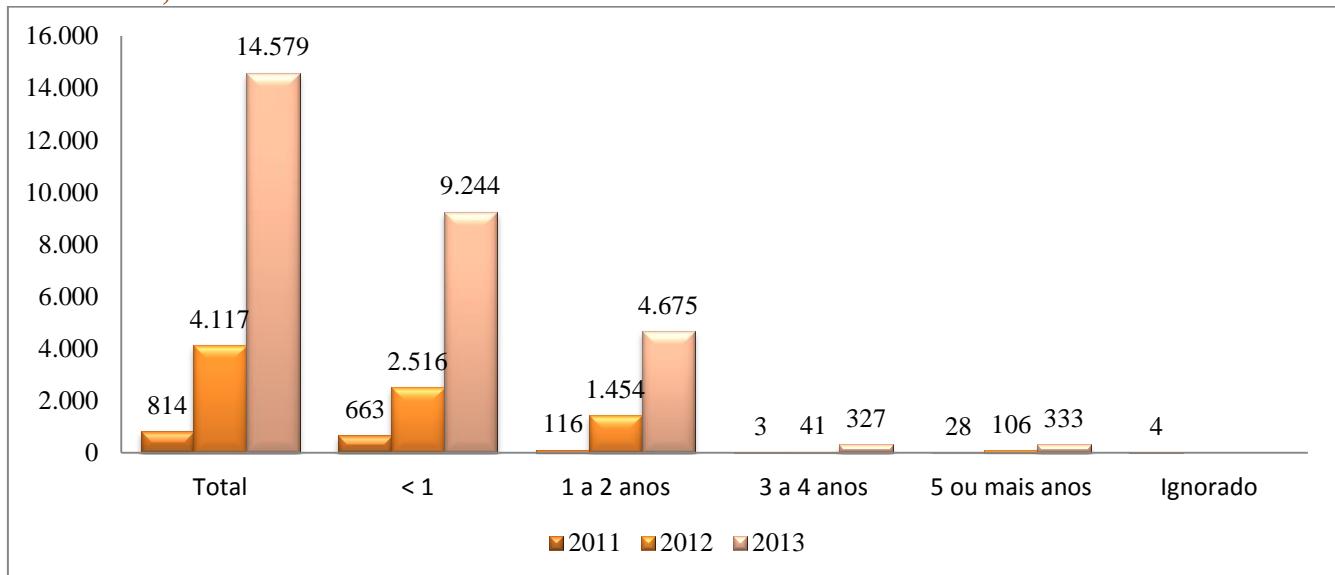
Com relação ao tempo de chegada no Brasil, é digna de nota a elevação abrupta da presença de haitianos recém ingressos no país no triênio analisado. Neste quesito, chama atenção a velocidade da inserção desses estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. Aqueles com menos de um ano de chegada contavam 81% dos haitianos com vínculo formal de trabalho no ano de 2011, de um total de 814 haitianos formalmente empregados no país. Em 2012 esse percentual passou para 61% do total de 4117. Em 2013, os recém chegados com menos de um ano contavam 63% de um total de 14.579 haitianos com vínculo formal de trabalho.

Tabela 4.22 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por tempo de chegada (até 1 a 2 anos). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Tempo de chegada	2011		2012		2013	
Total	814	100%	4117	100%	14579	100%
< 1	663	81%	2516	61%	9244	63%
1 a 2 anos	116	14%	1454	35%	4675	32%

Fonte: RAIS/MTE

**Gráfico 4.14 Haitianos com vínculo formal de trabalho, por tempo de chegada.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**



Fonte: RAIS/MTE

Boliviana

A presença dos bolivianos no mercado de trabalho formal brasileiro cresceu 26% de 2011 para 2012 e 29% de 2012 para 2013. No ano de 2011, os Bolivianos eram o terceiro maior grupo de sul-americanos com vínculo formal de trabalho no Brasil com 5.835 pessoas, ficando atrás dos argentinos (7.328) e dos chilenos (5.843). Em 2012, os bolivianos eram o segundo maior grupo com 7.325, atrás apenas dos argentinos (8.151). Em 2013, assumiram o posto de sul-americanos com vínculo formal de trabalho mais numerosos no Brasil, com 9.478, suplantando os argentinos (9.089).

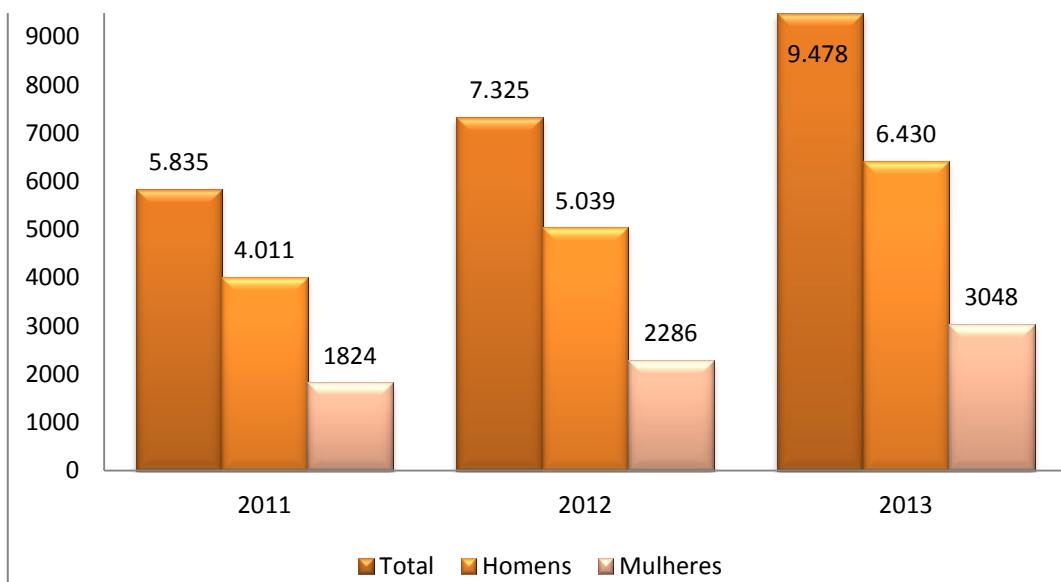
A população boliviana com vínculo formal de trabalho no Brasil é majoritariamente composta por homens. A relação entre homens e mulheres permaneceu estável no triênio analisado, com pequena modificação para o ano de 2013, quando a presença relativa de mulheres cresceu de 31% (2012) para 32% (2013).

**Tabela 4.23 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por sexo.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**

Sexo	2011	2012	2013
Total	5835	7325	9478
Homens	4011	5039	6430
Mulheres	1824	2286	3048

Fonte: RAIS/MTE

**Gráfico 4.15 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por sexo.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**



Fonte: RAIS/MTE

Os bolivianos e as bolivianas estão concentrados no estado de São Paulo. Em 2011, 58% dos bolivianos formalmente empregados no Brasil estavam em São Paulo. No ano de 2012, 62% e em 2013 64%. Rio de Janeiro e Rondônia empregavam 3% dos bolivianos em 2011. O Rio permaneceu com 3% em 2012 e 2013, mas Rondônia reduziu sua participação relativa em 1 ponto percentual. Os demais estados empregam menos de 1% cada.

Tabela 4.24 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais UF empregadoras. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Unidade Federativa	2011	2012	2013
Total	5835	7325	9478
São Paulo	3406	4517	6091
Rio de Janeiro	164	245	244
Rondônia	155	125	162

Fonte: RAIS/MTE

Os bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil estão ocupados principalmente nos segmentos de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* e como *Profissionais das Ciências e das Artes*. Em 2011, 47% dos bolivianos estavam empregados na *Produção de bens e serviços industriais*, em 2012, 51% e em 2013 59%, definindo uma considerável concentração neste segmento da economia que apresentou crescimento de 39% de 2011 para 2012 e 48% de 2012 para 2013. O segmento de *Profissionais das Ciências e das Artes* teve sua participação relativa diminuída desde 2011 quando representava 22% dos bolivianos com vínculo formal de trabalho. Em 2012 foram 18% e em 2013 14% ocupados como profissionais desse segmento.

Um setor que vem elevando sua participação relativa no tocante a inserção de bolivianos no mercado de trabalho formal é aquele de *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados*, que apresentou crescimento de 38% de 2011 para 2012 e de 17% de 2012 para 2013.

Um variação é o crescimento negativo do segmento de *Diretores e Gerentes* entre 2012 e 2013. O segmento, que cresceu + 26% de 2011 para 2012, reduziu em - 17% de 2012 para 2013.

Tabela 4.25 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013.

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	5.835	7.325	9.478
Trabalhadores Produção Bens e Serviços Industriais	2.714	3.762	5.584
Profissionais das Ciências e das Artes	1.307	1.355	1.365
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados	446	615	721
Trabalhadores de serviços administrativos	480	553	663
Técnicos de nível médio	508	555	627
Diretores e gerentes	262	329	270
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	37	55	124
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	81	99	123
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	0	0	1

Fonte: RAIS/MTE

Segundo o grau de instrução, em 2011 37% dos bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil possuíam o *Ensino Médio Completo*, ficando em 40% nos anos de 2012 e 2013. O crescimento deste grupo foi de 34% de 2011 para 2012 e 29% de 2012 para 2013.

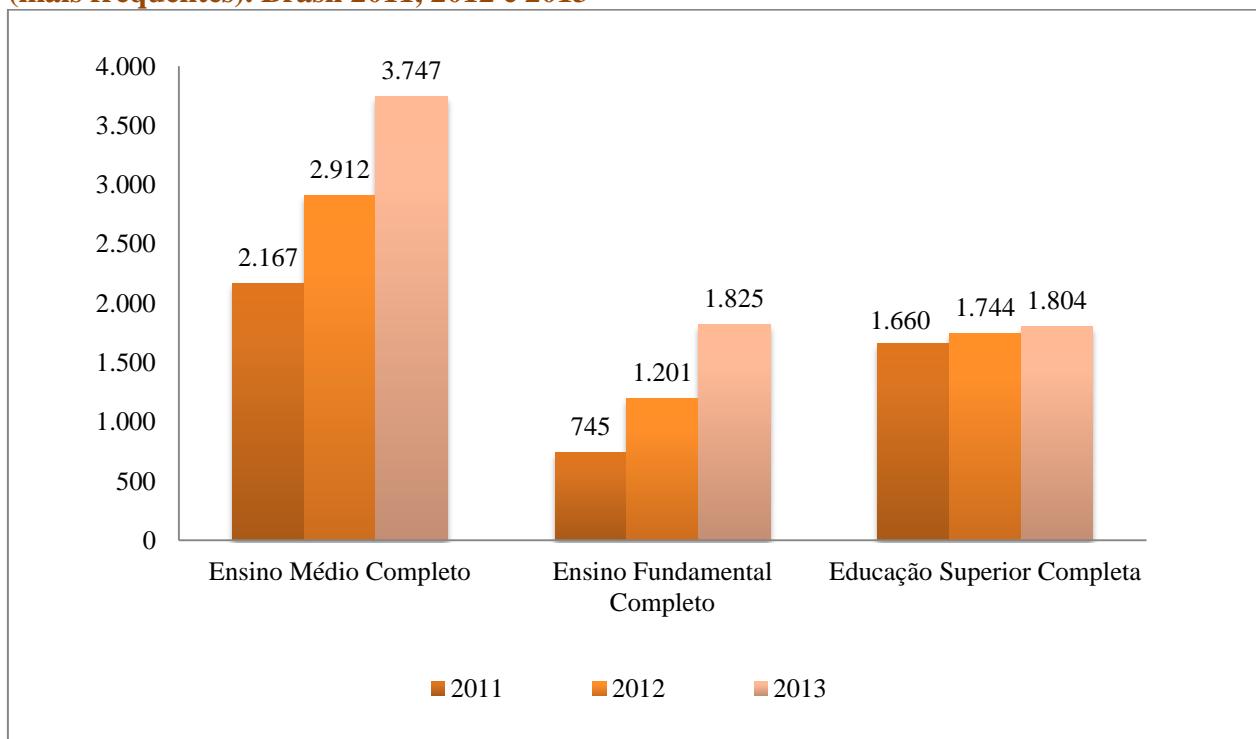
O grupo que apresentou maior crescimento no triênio analisado de acordo com o grau de instrução foi o daqueles bolivianos com *Ensino Fundamental Completo*. De 2011 para 2012, foram 61% de crescimento e em 2013 foram 52%. Dentre os bolivianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, este grupo deixou de ser o terceiro mais numeroso em 2012 para se tornar o segundo mais numeroso em 2013, ultrapassando aquele de *Educação Superior completa* que pouco cresceu nos últimos anos: 5% de 2011 para 2012 e 3% de 2012 para 2013. Em 2011, 28% dos bolivianos formalmente empregados possuíam *Educação Superior completa*, ficando em 19% no ano de 2013. Enquanto que o grupo com *Ensino Fundamental completo* passou de 13% em 2011 para os mesmos 19% em 2013.

Tabela 4.26 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	5835	7.325	9.478
Ensino Médio Completo	2167	2.912	3.747
Ensino Fundamental Completo	745	1201	1.825
Educação Superior Completa	1660	1744	1.804
Ensino Médio Incompleto	461	596	863
Do 6 ^a ao 9 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	226	322	435
5 ^a ano Completo do Ensino Fundamental	266	186	376
Educação Superior Incompleta	163	188	184
Até o 5 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	72	84	142
Mestrado Completo	39	48	50
Doutorado Completo	29	28	33
Analfabeto	7	16	19

Fonte: RAIS/TEM

Gráfico 4.16 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Em relação à faixa de renda, os bolivianos com vínculo formal de trabalho se encontram bastante concentrados na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Em 2011 eram 47% nesta condição; em 2012, 55%; e em 2013, 59%. Houve crescimento de 46% de 2011 para 2012 e 40% de 2012 para 2013. A segunda faixa de renda mais numerosa é aquela de 2 a 3 salários mínimos que representava 17% em 2011 e 15% em 2012 e 2013. Os grupos daqueles que recebem de 10 a 20 salários e que recebem mais de 20 salários cresceram ligeiramente entre 2011 e 2013, enquanto que o grupo daqueles que recebem de 5 a 10 salários reduziu de 2011 para 2012 e para 2013.

Os dados da RAIS apresentam que houve crescimento no número de bolivianos (e também de outros estrangeiros) com vínculo formal de trabalho sem remuneração (sic). De 36 pessoas nessas condições em 2011, passou-se para 52 em 2012 e 85 em 2013, crescimento de 44% de 2011 para 2012 e de 63% para 2013. Ainda que irrelevantes estatisticamente este grupo merece ser observado com maior cuidado, pois vínculo formal de trabalho sem remuneração pode indicar desde um simples equívoco no preenchimento dos formulários da RAIS até a maquiagem de irregularidades nos vínculos de trabalho ou violações de direitos trabalhistas.

Tabela 4.27 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por faixa de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Faixa de renda (sm)	2011	2012	2013
Total	5835	7325	9478
< 1	129	163	228
1 --- 2	2752	4014	5636
2 --- 3	992	1128	1379
3 ---5	547	564	726
5 --- 10	580	577	565
10 --- 20	534	565	584
> 20	265	262	275
Sem remuneração	36	52	85

Fonte: RAIS/MTE

No ano de 2011, 63% dos bolivianos com vínculo formal de trabalho declararam estar no país há 5 anos ou mais. A participação relativa daqueles que chegaram há mais tempo, no entanto, foi reduzida no triênio analisado. Em 2012, este segmento representava 56% e em 2013, 51% da crescente população de bolivianos formalmente ocupados.

O grupo daqueles que chegaram de 1 a 2 anos foi o que mais cresceu em termos de sua participação relativa. Foram 61% de crescimento de 2011 para 2012 e também de 2012 para 2013. De 15% em 2011, aqueles que chegaram de 1 a 2 anos passaram para 20% em 2012 e então 24% no ano de 2013.

Os recém chegados há menos de 1 ano apresentaram crescimento de 66% de 2011 para 2012, porém a tendência não se confirmou para o ano seguinte e o número de recém chegados aumentou apenas 16% de 2012 para 2013.

Tabela 4.28 Bolivianos com vínculo formal de trabalho, por tempo de chegada. Brasil 2011, 2012 e 2013.

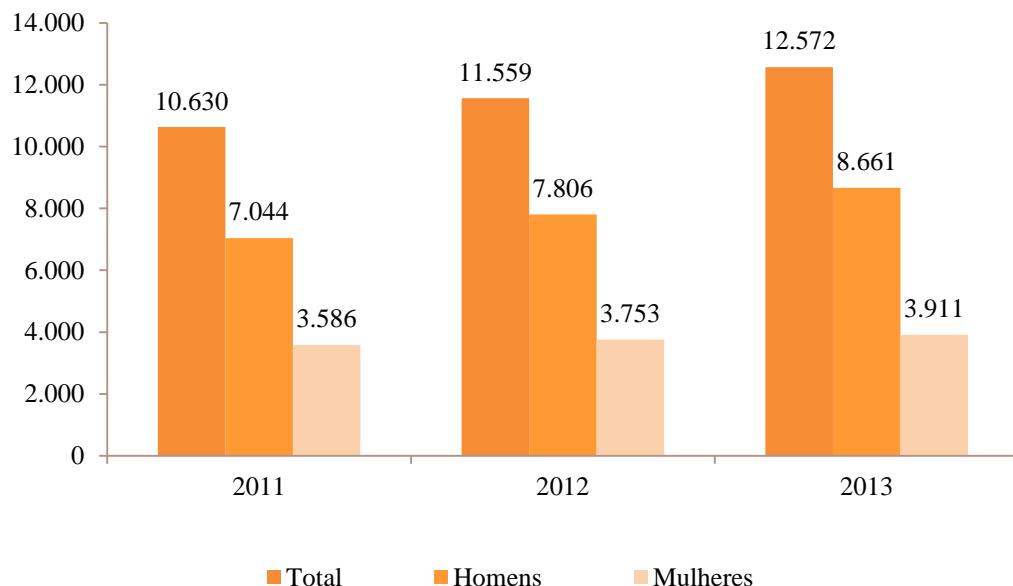
Tempo de chegada	2011	2012	2013
Total	5835	7325	9478
< 1 ano	540	896	1039
1 a 2 anos	894	1442	2316
3 a 4 anos	635	898	1273
5 ou mais anos	3690	4089	4850
Ignorado	76	-	-

Fonte: RAIS/MTE

Portuguesa

Os portugueses foram os estrangeiros com vínculo formal de trabalho mais numerosos no Brasil até 2012. Ainda que suplantada pela enorme onda de haitianos dos últimos anos, a população de portugueses formalmente empregados no país se manteve em crescimento estável de 9% de 2011 para 2012 e 9% de 2012 para 2013. A participação relativa das mulheres reduziu-se gradualmente entre 2011 e 2013. O percentual de homens era de 66% em 2011 para 34% de mulheres, passando para 68% de homens e 32% de mulheres em 2012 e 69% de homens e 31% mulheres em 2013.

**Gráfico 4.17 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por sexo.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**



Fonte: RAIS/MTE

Quase 60% dos estrangeiros de nacionalidade portuguesa estão concentrados na região sudeste do país, especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O mercado de trabalho paulista empregava 38% dos portugueses no Brasil em 2011, passando para 37% em 2012 e 35% em 2013. O Rio de Janeiro, que empregava 21% em 2011 ficou nos 20% em 2012 e 2013.

Tabela 4.29 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação. Brasil, 2011, 2012 e 2013

Unidades da Federação	2011	%	2012	%	2013	%
Total	10630	100%	11559	100%	12572	100%
São Paulo	3993	38%	4309	37%	4425	35%
Rio de Janeiro	2230	21%	2364	20%	2464	20%
Paraná	166	2%	240	2%	314	2%
Minas Gerais	153	1%	220	2%	294	2%
Distrito Federal	163	2%	209	2%	221	2%
Santa Catarina	60	1%	82	1%	165	1%
Bahia	83	1%	94	1%	114	1%
Rio Grande do Sul	80	1%	109	1%	109	1%
Amazonas	37	0%	45	0%	53	0%
Mato Grosso	9	0%	20	0%	27	0%
Rondônia	14	0%	9	0%	14	0%
Outras Unidades da Federação	3642	34%	3858	33%	4372	35%

Fonte: RAIS/MTE

A inserção dos portugueses no mercado de trabalho formal brasileiro é distribuída por diferentes segmentos, não existindo um que concentre uma grande maioria. Os *Profissionais das Ciências e das Artes* eram 20% em 2011, ficando em 21% em 2012 e 2013. Os *Diretores e Gerentes* representavam 19% em 2011 e 2012, passando para 20% em 2013. Enquanto que os *Trabalhadores de serviços administrativos* e *trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* participavam, respectivamente, com 18% e 16% em 2012, passando para 17% e 15% em 2013. Houve pequeno crescimento no segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, que eram 12% em 2011, passando para 13% em 2012 e 14% em 2013.

Tabela 4.30 Portugueses com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	10.630	11.559	12.572
Profissionais das Ciências e das Artes	2.164	2.454	2.588
Diretores e Gerentes	1.971	2.191	2.495
Trabalhadores de serviços administrativos	1.998	2.068	2.120
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.719	1.795	1.922
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.308	1.477	1.768
Técnicos de nível médio	1.256	1.305	1.381
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	174	221	234
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	38	44	52
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.	0	2	12

Fonte: RAIS/MTE

Em 2011, 39% dos portugueses formalmente empregados no Brasil possuíam *Educação Superior completa*, sendo 41% nos anos de 2012 e 2013. Aqueles indivíduos com *Ensino Médio Completo* são o segundo grupo mais numeroso, com 33% dos portugueses com vínculo formal de trabalho em 2011 e 2012, passando para 34% em 2013. *Ensino Fundamental completo* e *Educação Superior incompleta* tiveram sua participação ligeiramente reduzida, de 10% (2011) para 9% (2012) e então 8% (2013) no primeiro caso e de 5% (2011) para 4% (2012 e 2013) no segundo.

**Tabela 4.31 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução.
Brasil 2011, 2012 e 2013**

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	10630	11.559	12.572
Educação Superior Completa	4180	4.746	5.205
Ensino Médio Completo	3509	3794	4.303
Ensino Fundamental Completo	1011	989	991
Educação Superior Incompleta	486	502	484
Ensino Médio Incompleto	406	429	453
Do 6 ^a ao 9 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	363	372	351
5 ^a ano Completo do Ensino Fundamental	346	333	305
Mestrado Completo	133	176	225
Até o 5 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	113	119	128
Doutorado Completo	80	90	114
Analfabeto	3	9	13

Fonte: RAIS/MTE

A população portuguesa com vínculo formal de trabalho no Brasil encontra-se distribuída quando o critério de análise é a faixa de renda. Nos anos de 2011 e 2012, 24% dos portugueses formalmente empregados recebiam de 1 a 2 salários mínimos, passando para 26% em 2013. 14% dos portugueses empregados formalmente em 2011, 2012 e 2013, recebiam e 2 a 3 salários. Outros 14%, nos três anos, receberam de 3 a 5 salários. 18% dos portugueses receberam de 5 a 10 salários em 2011, e 17% em 2012 e 2013. 12% recebiam mais de 20 salários em 2011, 2012 e 2013.

Tabela 4.32 Portugueses com vínculo formal de trabalho, por faixa de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013

Faixa de renda (sm)	2011	2012	2013
Total	10.630	11.559	12.572
< 1	117	156	174
1 --- 2	2.543	2.984	3.255
2 --- 3	1.565	1.638	1.805
3 ---5	1.518	1.633	1.740
5 --- 10	1.884	1.964	2.102
10 --- 20	1.456	1.617	1.801
> 20	1.288	1.335	1.466
Sem remuneração	259	232	229

Fonte: RAIS/MTE

No tocante ao tempo de chegada no Brasil, entre os portugueses com vínculo formal de trabalho a maioria já se encontrava no país há mais de 5 anos. Esta proporção vem se reduzindo nos últimos três anos face à incorporação de novos portugueses no mercado de trabalho formal brasileiro. Em 2011, aqueles cuja chegada datava de 5 anos ou mais representavam 83% do total de 10.630; em 2012 eram 75% de 11.559 e em 2013, 67% dos 12.572 portugueses formalmente empregados. Por outro lado, aqueles que chegaram entre 1 e 2 anos passaram de 7% em 2011, para 11% em 2012 e para 17% em 2013. E aqueles que chegaram há menos de 1 ano, passaram de 5% em 2011 para 9% em 2012 e 10% em 2013.

Tabela 4.33 Portugueses com vínculo de trabalho formal, por tempo de chegada. Brasil 2011, 2012 e 2013

Tempo de chegada	2011	2012	2013
Total	10630	11559	12572
< 1	581	1092	1252
1 a 2 anos	774	1282	2128
3 a 4 anos	398	496	727
5 ou mais anos	8819	8689	8465
Ignorado	58	-	-

Fonte: RAIS/MTE

Espanhola

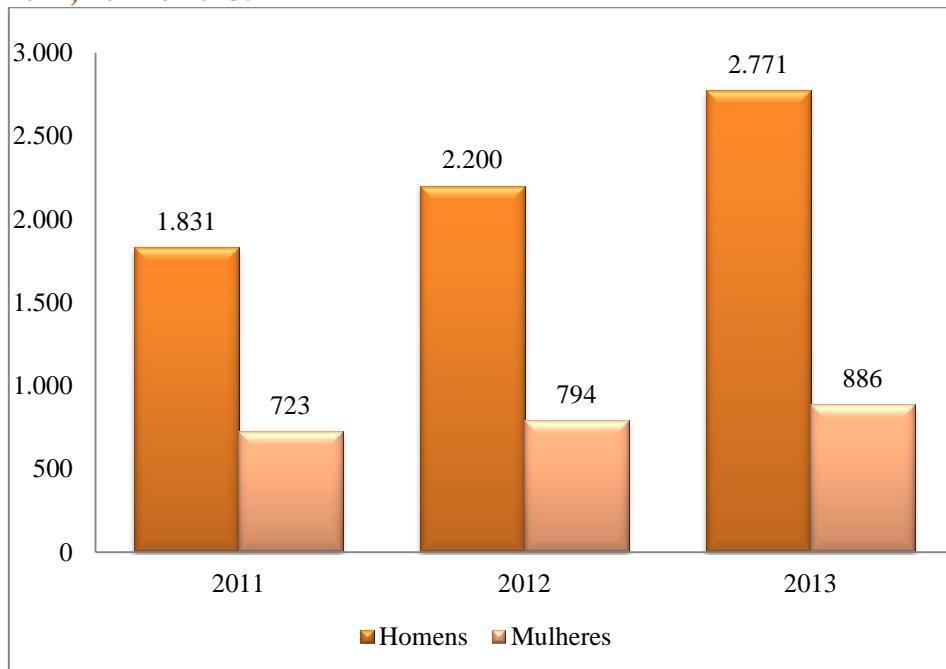
Pode-se notar no triênio analisado um crescimento da presença da nacionalidade espanhola no mercado de trabalho formal brasileiro. Entre 2011 e 2012 a presença dos espanhóis cresceu em 17% e de 2012 para 2013, 22%. Em 2013 os 3.657 espanhóis com vínculo formal de trabalho passaram a ser a segunda nacionalidade mais numerosa dentre as europeias, ultrapassando os italianos (3.566) e ficando atrás apenas dos portugueses (12.572). A maioria dos espanhóis formalmente empregados no Brasil são homens. Nos últimos três anos, a presença deles cresceu em relação à presença delas.

**Tabela 4.34 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por sexo.
Brasil 2011, 2012 e 2013**

Sexo	2011	2012	2013
Total	2.554	2.994	3.657
Homens	1.831	2.200	2.771
Mulheres	723	794	886

Fonte: RAIS/MTE

**Gráfico 4.18 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por sexo.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**



Fonte: RAIS/MTE

Em 2011 e 2012, 42% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho no Brasil estavam empregados no estado de São Paulo. Em 2013, a participação relativa de São Paulo caiu para 41% em contrapartida ao crescimento das contratações nos estados do sul, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina. De 2011 para 2012, o mercado de trabalho formal paranaense empregou 27% mais espanhóis e de 2012 para 2013, 61% a mais. De 2011 para 2012, a presença de espanhóis com vínculo formal de trabalho em Santa Catarina cresceu 111%, enquanto que, de 2012 para 2013, cresceu 74%.

**Tabela 4.35 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**

Unidade da Federação	2011	2012	2013
Total	2.554	2.994	3.657
São Paulo	1.066	1.255	1.517
Rio de Janeiro	314	372	409
Paraná	55	70	113
Bahia	51	78	94
Minas Gerais	57	54	67
Santa Catarina	18	38	66
Distrito Federal	30	36	51
Rio Grande do Sul	24	33	45
Amazonas	11	8	11
Mato Grosso	8	7	11
Rondônia	4	4	4
Outras Unidades da Federação	916	1.039	1.269

Fonte: RAIS/MTE

Os espanhóis estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, sobretudo, como “*Diretores e Gerentes*”. Este grupo ocupacional representava 28% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho em 2011, passou para 29% em 2012 e 31% em 2013. O segmento registrou um crescimento de 20% de 2011 para 2012 e 32% de 2012 para 2013.

O segundo segmento mais numeroso é o dos *Profissionais das Ciências e das Artes*, que contava com 25% em 2011, 24% em 2012 e 21% em 2013. Este segmento cresceu apenas 7% de 2012 para 2013.

O segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* teve crescimento de 24% de 2011 para 2012 e 35% de 2012 para 2013. E aquele de *Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção* cresceu 37% de 2011 para 2012 e 39% de 2012 para 2013.

Tabela 4.36 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, segundo principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013
Total	2.553	2.994	3.657
Trabalhadores da Produção Bens e Serviços Industriais	251	312	421
Profissionais das Ciências e das Artes	640	719	772
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio e em lojas e mercados	234	273	331
Trabalhadores de serviços administrativos	314	346	413
Técnicos de nível Médio	343	413	485
Diretores e Gerentes.	725	868	1.143
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3	4	7
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	43	59	82
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	0	0	3

Fonte: RAIS/MTE

Com relação ao grau de instrução, os espanhóis se concentram na categoria daqueles que possuem *Educação Superior completa*. Em 2011 eram 56% nessas condições, passando para 58% em 2012 e chegando a 60% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho no Brasil em 2013. Crescimento de 22% de 2011 para 2012 e de 25% de 2012 para 2013.

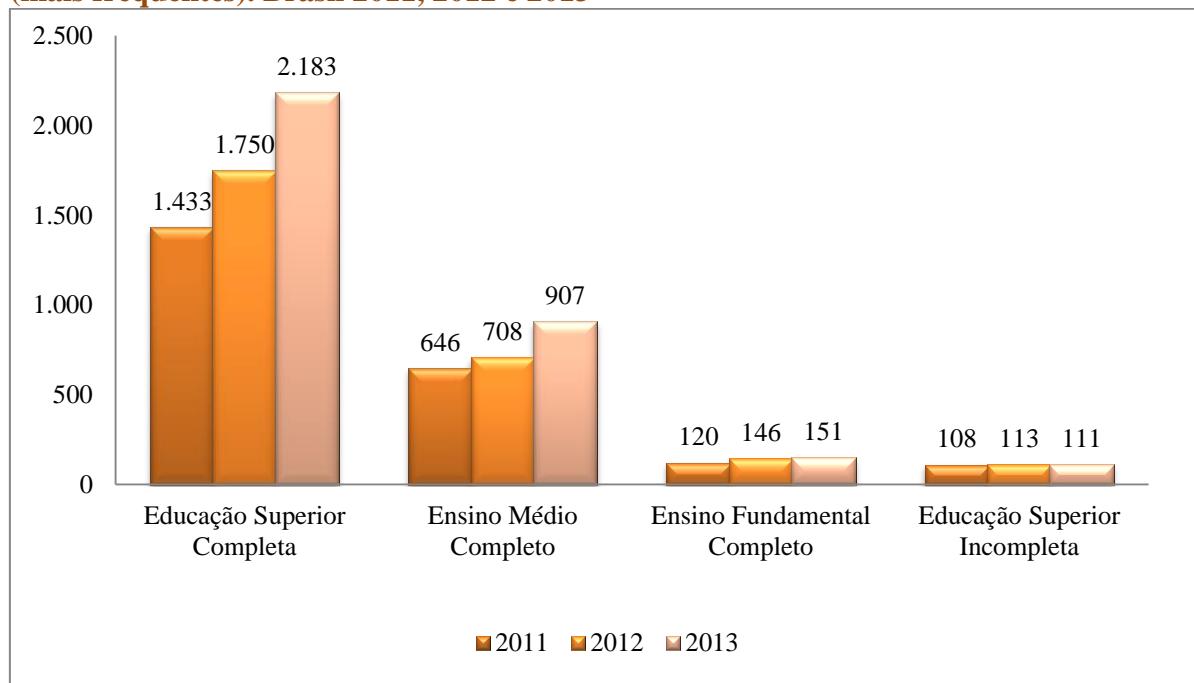
Aqueles que possuem o *Ensino Médio completo* são o segundo grupo mais numeroso. Representavam 25% em 2011, passaram para 24% em 2012 e retornaram aos 25% em 2013. Esta categoria cresceu 10% de 2011 para 2012 e 28% de 2012 para 2013.

Tabela 4.37 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução. Brasil 2011, 2012 e 2013

Grau de Instrução	2011	2012	2013
Total	2554	2.994	3.657
Educação Superior Completa	1433	1.750	2.183
Ensino Médio Completo	646	708	907
Ensino Fundamental Completo	120	146	151
Educação Superior Incompleta	108	113	111
Mestrado Completo	51	63	78
Ensino Médio Incompleto	50	63	74
Doutorado Completo	46	48	55
Do 6 ^a ao 9 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	43	50	45
5 ^a ano Completo do Ensino Fundamental	39	34	31
Até o 5 ^a ano Incompleto do Ensino Fundamental	17	18	19
Analfabeto	1	1	3

Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 4.19 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por grau de instrução (mais frequentes). Brasil 2011, 2012 e 2013



Fonte: RAIS/MTE

Em 2011, 23% dos espanhóis com vínculo formal de trabalho no Brasil ganhavam mais de 20 salários mínimos. Em 2012, este percentual passou para 22% e

assim ficou em 2013. O segundo maior grupo por faixa de renda é daqueles que recebem de 1 a 2 salários mínimos que eram 18% em 2011, passaram a 19% em 2012 e voltaram aos 18% em 2013. Logo em seguida estão aqueles que ganham de 10 a 20 salários mínimos que eram 17% em 2011 e 2012 e passaram aos 18% do total de espanhóis formalmente empregados no Brasil em 2013.

Tabela 4.38 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por faixa de renda (sm). Brasil 2011, 2012 e 2013.

Faixa de renda (sm)	2011	2012	2013
Total	2554	2994	3657
< 1	67	87	97
1 --- 2	451	564	660
2 --- 3	250	287	401
3 ---5	299	324	378
5 --- 10	421	484	571
10 --- 20	430	499	640
> 20	584	646	816
Sem remuneração	52	103	94

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com o tempo de chegada, a maioria dos espanhóis formalmente empregados no Brasil já se encontrava aqui há 5 anos ou mais. Este segmento, contudo, foi aquele que menos se modificou no triênio analisado. De 65% do total em 2011, passaram para 55% em 2012 e então 45% em 2013.

Em contrapartida, notou-se acentuado crescimento do segmento de pessoas que chegaram entre 1 e 2 anos e daqueles que chegaram há menos de 1 ano. Para o caso daqueles que chegaram entre 1 e 2 anos, registrou-se um aumento de 79% de 2011 para 2012 e de 42% de 2012 para 2013. Esse grupo passou de 14% do total de espanhóis formalmente empregados em 2011, para 22% em 2012 e então 25% em 2013. No caso daqueles que chegaram há menos de 1 ano, registrou-se crescimento de 55% de 2011 para 2012 e de 54% de 2012 para 2013. Este segmento que representava 12% dos espanhóis no mercado de trabalho formal em 2011, passou a representar 21% em 2013.

**Tabela 4.39 Espanhóis com vínculo formal de trabalho, por tempo de chegada.
Brasil 2011, 2012 e 2013.**

Tempo de chegada	2011	2012	2013
Total	2554	2994	3657
< 1	315	488	753
1 a 2 anos	364	652	923
3 a 4 anos	165	202	321
5 ou mais anos	1667	1652	1660
Ignorado	43	-	-

Fonte: RAIS/MTE

A seguir apresentamos um quadro de resumo das principais tendências a partir da base da RAIS.

Quadro Resumo - RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

Entre os anos 2011 e 2013, o total de estrangeiros com vínculo formal de trabalho no Brasil **aumentou** registrando-se uma variação de **19,0%** em **2012** se comparado a 2011, e de **27,8%** em **2013** quando comparado a 2012.

Nacionalidades (América Latina e Caribe): ao analisar a variação registrada dos estrangeiros originários desta região destacamos:

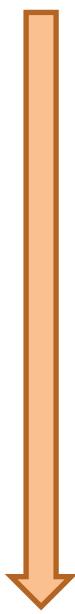


Haitianos: crescimento 405,8% (2012/11) e 254,1% (2013/12).

Mantem o primeiro lugar, em termos de variação, em ambos os períodos comparados.



Haitianos: ocupam o primeiro lugar no mercado de trabalho formal em 2013, sendo que tanto em 2011 quanto em 2012 eram os **portugueses** os que detinham a liderança



Peruanos: crescimento 83,1% (2012/11) e 54,1% (2013/12)

Paraguaios: crescimento 28,3% (2012/11) e 25,4% (2012/13)

Bolivianos: crescimento 25,5% (2012/11) e 29,4% (2012/13)

Chilenos: único com crescimento negativo de aproximadamente -3% em toda a série.

Idade

- Registra-se alta concentração nas faixas etárias compreendidas entre os 20 e os 40 anos (45% em 2011, 49% em 2012 e 55% em 2013), e os 40 e os 65 anos (48% em 2011, 44% em 2012 e 38% em 2013).

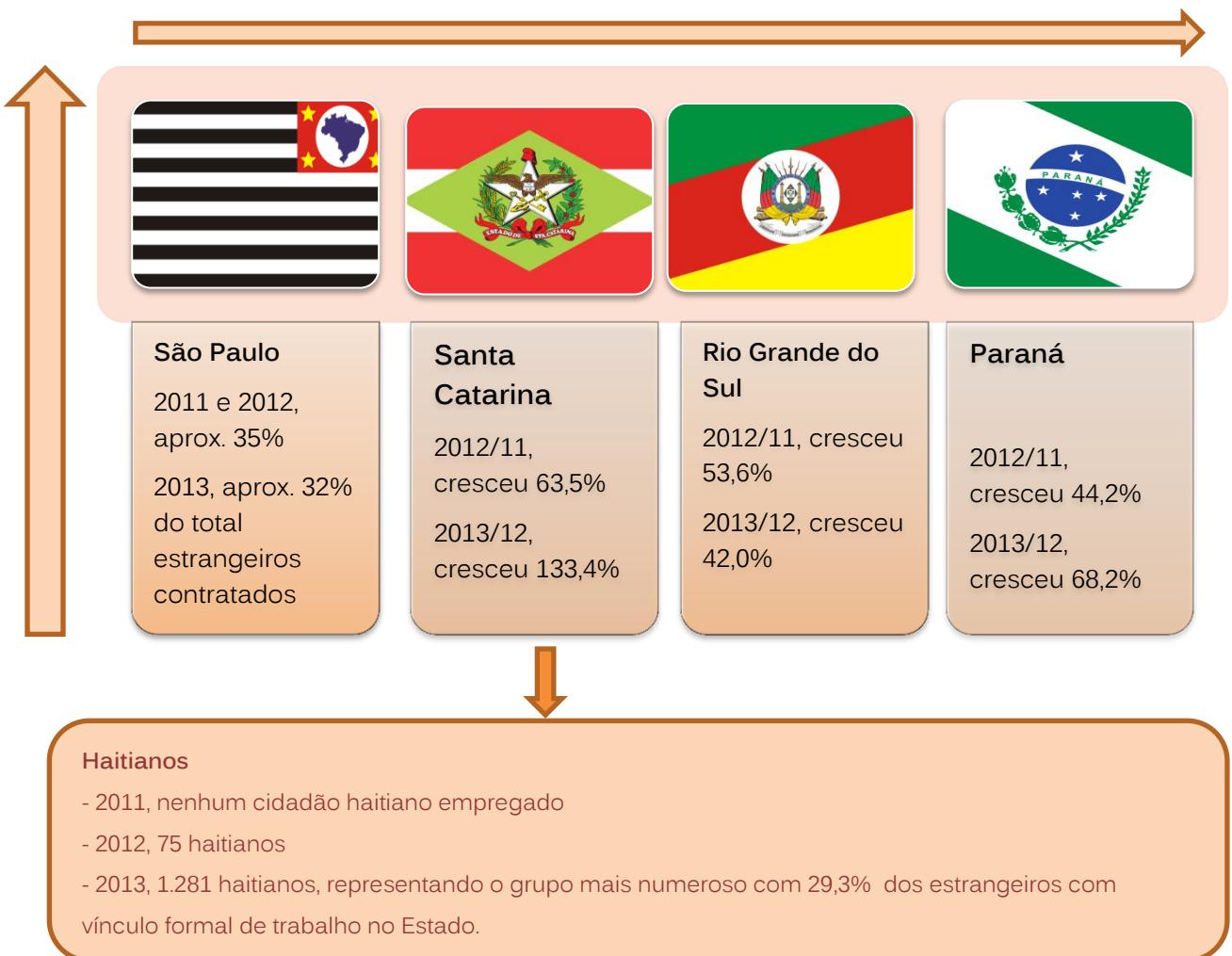
Sexo

- O cálculo da média geral, em cada um dos três anos analisados, sobre o total de trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros/as, dá como resultado que houve no país aproximadamente 70% de homens e 30% de mulheres

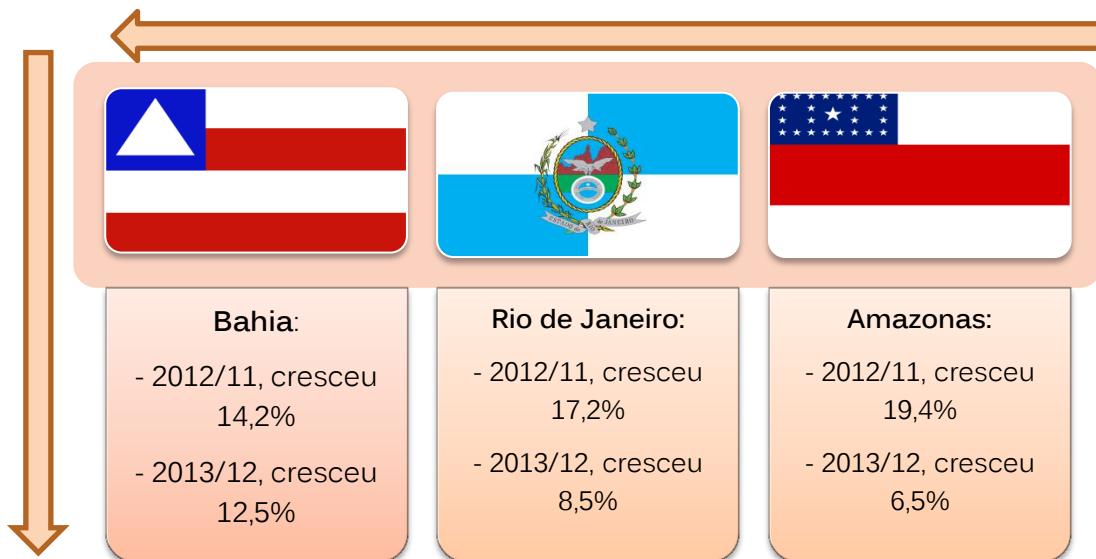
Grau de instrução

- Superior completo (registra-se tendência à diminuição):
 - 2011, 45,6% do total estrangeiros contratados
 - 2012, 43,3%
 - 2013, 37,3%
- Médio completo (registra-se tendência ao aumento)
 - 2011, 28,9%
 - 2012, 29,7%
 - 2013, 30,9%
- Doutorado (registra-se leve tendência à diminuição)
 - 2011, 1,6%
 - 2012, 1,4%
 - 2013, 1,3%
- Analfabetos (registra-se leve tendência ao aumento)
 - 2011, 0,1%
 - 2012, 0,2%
 - 2013, 0,6%

A inserção no mercado de trabalho por Estados da federação

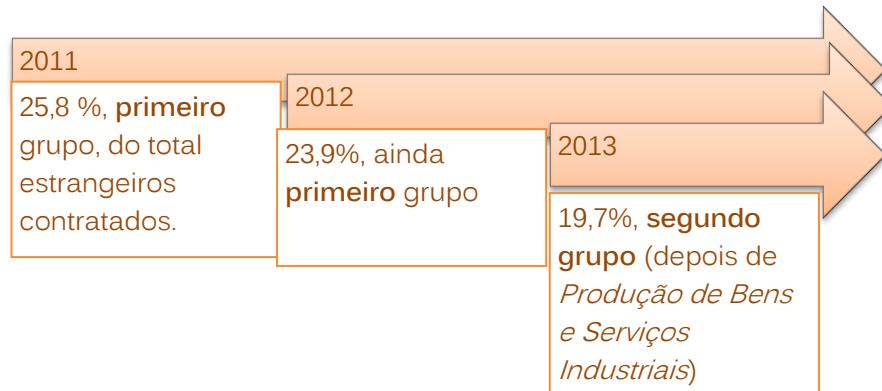


Estados com menor crescimento relativo



As principais ocupações por sexo

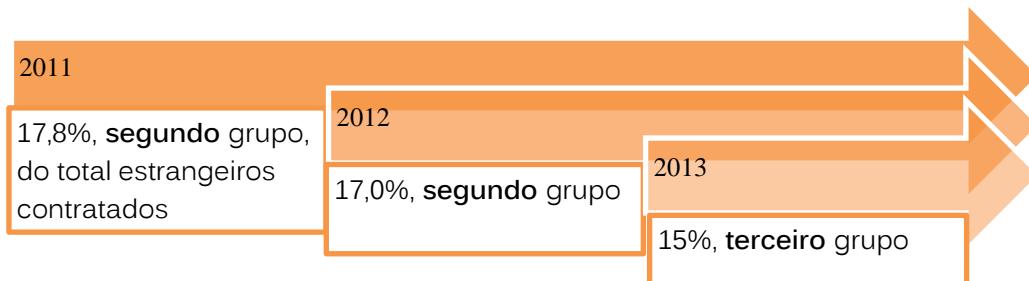
Profissionais das Ciências e das Artes:



Média de homens estrangeiros contratados nos três anos: 65,9%

Média de mulheres: 34,1%

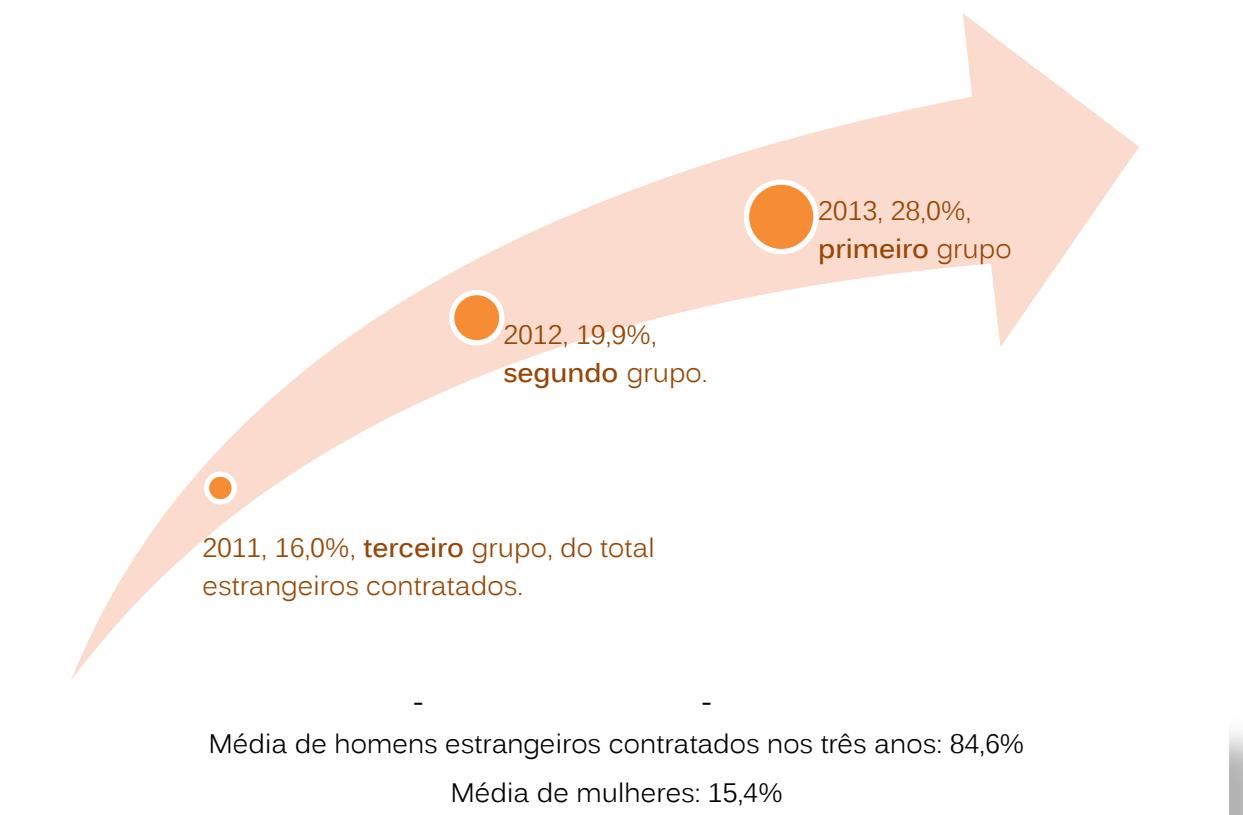
Diretores e Gerentes



Média de homens estrangeiros contratados nos três anos: 77,2%

Média de mulheres: 22,8%

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais:



As principais ocupações por nacionalidade

- **Haitianos** estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega haitianos, de 2011 a 2013:



- Também o grupo ocupacional ***Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados:***



- **Bolivianos**

Concentrados, principalmente, no grupos ocupacional Produção de bens e serviços industriais:

Produção de bens e serviços industriais

- 2013 - 58,9% , 2012- 51,4%, 2011 - 46,5%

- **Portugueses**, distribuídos em diferentes segmentos, não existe *um* grupo ocupacional que os concentre. Por exemplo:



- **Espanhóis:**

Concentrados, principalmente, num grupo ocupacional:

Profissionais das Ciências e das Artes

- 2013 – 21,1%, 2012 – 24,0%, 2011 – 25,1%
- Diretores e Gerentes
- 2013 - 31%, 2012 – 29%, 2011 – 28%

5 Autorizações concedidas para trabalhos

- Dados da Coordenação Geral de Imigração – CGIg e do Conselho Nacional de Imigração - CNIg

Tuila Botega³⁷
Gabrielle Palermo³⁸
Tânia Tonhati³⁹
Jaqueline Lopes⁴⁰

Este relatório tem por objetivo apresentar e analisar os dados referentes às *autorizações de trabalho concedidas para imigrantes* pela Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (CGIg/MTE) e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no período de 2011 a 2013.

Atualmente, a gestão da entrada de imigrantes no Brasil é de responsabilidade de três pastas governamentais: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) – responsável pela emissão dos diversos vistos, temporários ou permanentes, em caso de viagem, na condição de turista, artista, desportista ou estudante, entre outros. Além disso, é o órgão responsável pela emissão de vistos, nas Unidades Consulares no exterior, para aqueles que pretendem se estabelecer definitivamente no Brasil. O Ministério da Justiça (MJ), por sua vez, é responsável pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil. E o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) emite autorizações para estrangeiros que desejam exercer alguma atividade laboral no país.

Além dos ministérios, outro importante ator no que se refere à gestão migratória no Brasil é o Conselho Nacional de Imigração – CNIg. A fim de auxiliar na formulação de políticas migratórias⁴¹ no país, o conselho foi criado em 19 de agosto de 1980 pela Lei nº 6.815. Trata-se de um órgão colegiado, quatripartite, vinculado ao Ministério do

³⁷ Mestranda em Ciências Sociais pelo CEPPAC e pesquisadora do OBMigra

³⁸ Mestre em Demografia e pesquisadora do OBMigra

³⁹ Doutoranda em Sociologia e coordenadora executiva do OBMigra.

⁴⁰ Estatística e pesquisadora do OBMigra.

⁴¹ Tendo em vista que a legislação brasileira atual, no que se refere à temática migratória, é o Estatuto do Estrangeiro, um instrumento que, por seu caráter restritivo, se encontra defasado para atender às necessidades atuais no que diz respeito à entrada de imigrantes no Brasil.

Trabalho e Emprego⁴² e que conta com o apoio administrativo da Coordenação Geral de Imigração. O Conselho Nacional de Imigração é composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, totalizando 20 pessoas.

Entre os representantes do Governo estão:

- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego – Presidência
- MJ – Ministério da Justiça
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
- MDIC – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MS – Ministério da Saúde
- MEC – Ministério da Educação
- MTUR – Ministério do Turismo

Os representantes dos trabalhadores são:

- CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- FS – Força Sindical
- UGT – União Geral dos Trabalhadores

Representantes dos empregadores:

- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNC – Confederação Nacional do Comércio
- CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- CNT – Confederação Nacional dos Transportes

Representante da Comunidade Científica e Tecnológica:

- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

⁴² Para mais informações sobre o regimento interno do CNIG, acesse: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2B58AB844C45/regimentointerno.pdf>

Em suma, o CNIg é responsável por formular a política migratória brasileira, a partir da normatização das questões migratórias e da edição de Resoluções Normativas, as quais são endereçadas aos três ministérios já citados: do Trabalho e Emprego, da Justiça e das Relações Exteriores⁴³.

Dentro do âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego está a Coordenação Geral de Imigração, a qual tem como principal tarefa conceder *autorizações de trabalho*⁴⁴ para imigrantes que venham desempenhar alguma atividade laboral no Brasil e executar as deliberações das Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração que dizem respeito ao tema de *trabalho*.

O processo administrativo para que um estrangeiro venha trabalhar no Brasil envolve as seguintes etapas: primeiramente, antes da entrada do imigrante no país, o MTE concede as autorizações, permanentes ou temporárias, por meio da CGIg. Após o deferimento da autorização, o MRE é o responsável pela emissão do visto, documento necessário para entrar no Brasil.

No caso de acontecer alguma situação não contemplada nas resoluções normativas existentes, o caso é encaminhado para o Conselho Nacional de Imigração, que fará a análise. Todo esse processo revela uma interdependência entre as pastas governamentais no processo administrativo de autorização de estrangeiros no Brasil.

Dito isso, no presente relatório será feita uma análise das *autorizações de trabalho concedidas para imigrantes* pelo Ministério do Trabalho e Emprego pela Coordenação Geral de Imigração e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Em seguida, serão analisados os principais tipos de vistos e autorizações concedidas pela CGIg e pelo CNIg e será apresentado o perfil dos imigrantes que receberam autorização permanente, isto é, por período superior ou igual a 1 ano. Por fim, nossas considerações finais.

Principais tipos de vistos e autorizações

Nesta seção apresentaremos o panorama geral sobre as autorizações de trabalho concedidas para imigrantes pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da Coordenação Geral de Imigração – CGIg e pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg, no período de 2011-2013.

⁴³ Mais informações sobre a CGIg, o CNIg e vistos veja em http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/conceitos-basicos.htm.

⁴⁴ As autorizações de trabalho são atos administrativos, de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, exigidos pelas autoridades consulares brasileiras, para efeito de concessão de vistos permanentes e/ou temporário a estrangeiros que desejam permanecer no Brasil por motivos de trabalho.

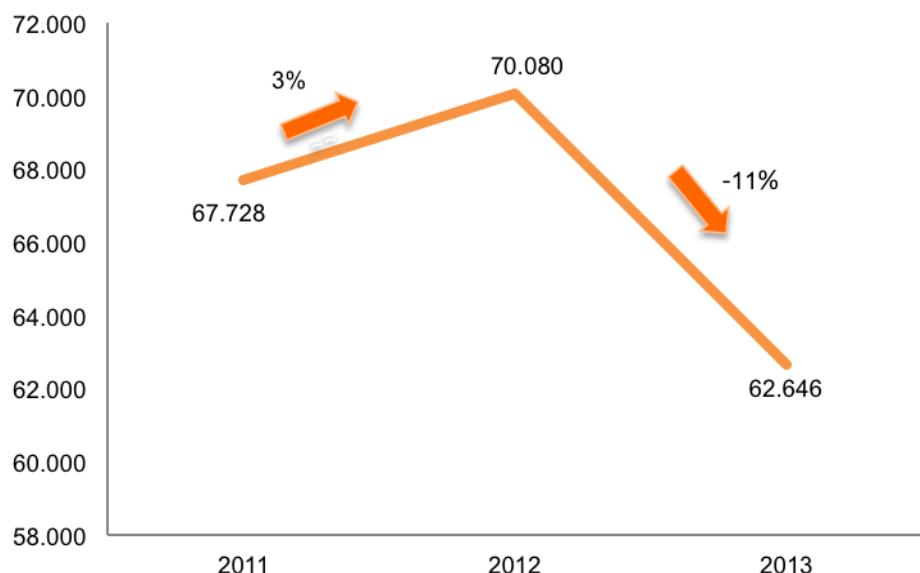
A Tabela 5.1 apresenta informações sobre o número total de autorizações de trabalho – temporárias⁴⁵ e permanentes⁴⁶ – concedidas para homens e mulheres imigrantes no Brasil.

Tabela 5.1 Autorizações concedidas, por sexo, segundo o tipo de autorização.

Categoria da autorização	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	67.728	60.675	7.053	70.080	62.806	7.274	62.646	55.595	7.051
Temporárias	63.995	57.450	6.545	61.870	55.860	6.010	56.886	50.793	6.093
Permanentes	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Gráfico 5.1 Total de autorizações concedidas no período de 2011-2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Conforme ilustrado acima, percebemos um aumento de 3% no número de autorizações concedidas no ano de 2012, em comparação com o ano anterior, e uma queda de 11% no período de 2012-2013.

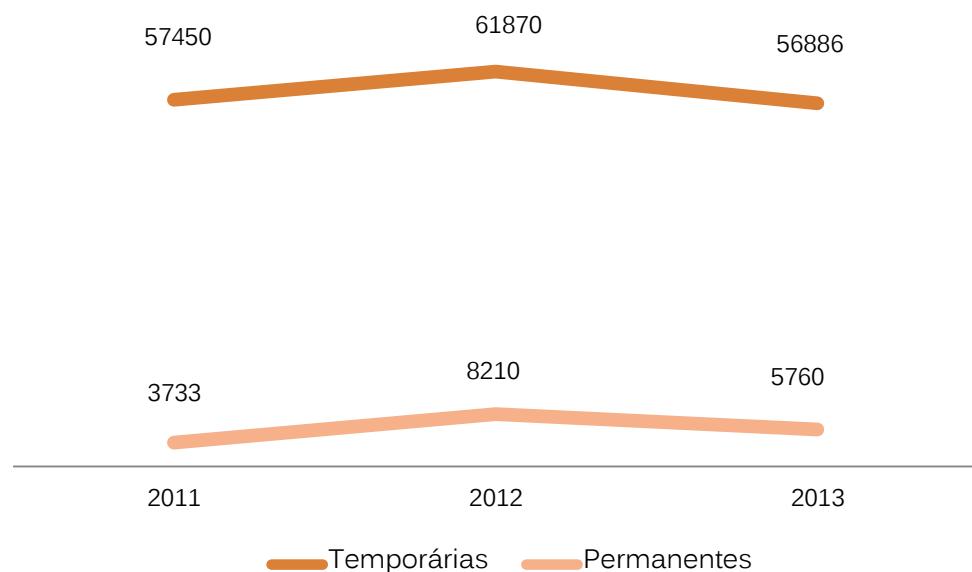
⁴⁵ Para fins desse relatório entendemos por autorizações temporárias aquelas que permitem a estadia dos imigrantes no Brasil por até 1 ano.

⁴⁶ Consideramos como autorizações permanentes aquelas que permitem a estadia dos imigrantes no Brasil por um período igual ou superior a 1 ano.

Também de acordo com as informações da Tabela 5.1 é possível fazer uma comparação entre o número de autorizações temporárias e permanentes (superior ou igual a 1 ano) que foram concedidas no período de 2011-2013.

Chama atenção o ano de 2012, onde encontramos o maior número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) do período: 8.210 diante de 61.870 autorizações temporárias. Em 2011 foram 63.995 autorizações temporárias e 3.733 permanentes (superior ou igual a 1 ano) e, por fim, em 2013, foram 56.886 autorizações temporárias e 5.760 permanentes (superior ou igual a 1 ano).

Gráfico 5.2 Variação do total das autorizações concedidas, segundo o tipo, 2011-2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Quando utilizamos o início do período analisado (2011) como comparativo para os outros anos, temos o seguinte quadro: por um lado, queda de 3% no período de 2011-2012 e de 11% no de 2011-2013 para as autorizações temporárias; e, por outro lado, teremos o quadro inverso: aumento de 120% no período 2011-2012 e de 54% no de 2011-2013 para as autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano).

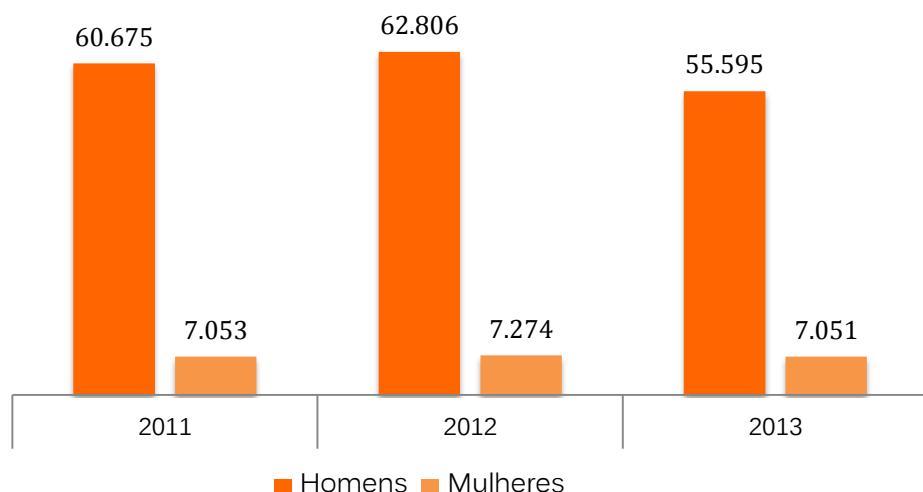
Nesse sentido, podemos inferir, a partir dos dados do MTE, que há uma tendência decrescente na quantidade de autorizações temporárias e uma tendência

crescente na quantidade de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas no período de 2011-2013.

Tipos de autorizações concedidas segundo o sexo

Quando analisamos os dados das autorizações concedidas para imigrantes no Brasil a partir do sexo, percebemos que há uma maior presença de homens nas bases do MTE-CGIg/ CNIG em comparação às mulheres, tanto para os que receberam de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) quanto para as temporárias.

Gráfico 5.3 Total de autorizações concedidas, segundo o sexo, 2011-2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Em média são concedidas 59.692 autorizações para homens e 7.126 para mulheres imigrantes no Brasil. Tanto no caso dos homens, quanto das mulheres imigrantes que recebem as autorizações de trabalho no Brasil, há um predomínio das autorizações temporárias.

Avançando na análise, percebe-se um aumento significativo, no período de 2011 a 2013, no número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas para mulheres: foram 508 em 2011, 1.264 em 2012 e 958 em 2013. Se pensarmos em termos relativos, perceberemos um aumento de 149% do ano de 2011 para 2012; e de 88% do ano de 2011 para 2013.

Em suma, ao analisarmos as autorizações temporárias e permanentes (superior ou igual a 1 ano) segundo o sexo, fica evidente a tendência já mencionada de diminuição das autorizações temporárias e incremento das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano).

Tipos de autorizações concedidas segundo as Resoluções Normativas (RNs)

Passamos agora para a análise das principais autorizações *temporárias*, até um ano, concedidas pelo MTE via CGIg e pelo CNIg, segundo as Resoluções Normativas (RNs), no período de 2011 a 2013.

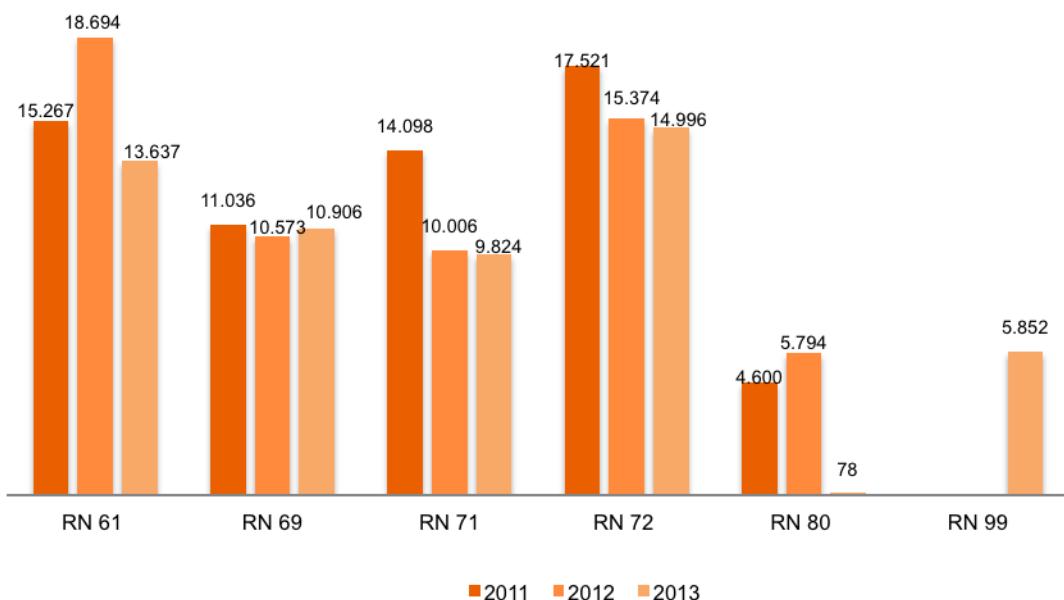
Tabela 5.2 Principais autorizações temporárias

Temporárias
RN 61 – Profissional estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil. Assistência técnica ou transferência de tecnologia.
RN 69 – Artista estrangeiro para realização de evento no Brasil.
RN 71 – Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil.
RN 72 – Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil.
RN 99 – Estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil.

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

O gráfico abaixo sintetiza as informações sobre essas resoluções normativas ao longo do período de 2011 a 2013.

Gráfico 5.4 Número de autorizações temporárias, segundo as RNs, Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Em números absolutos, percebemos que, no período de 2011 a 2013, as resoluções normativas de número **RN 72** – referente ao trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira – e a **RN 61** – referente ao profissional estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil, cuja atuação é para serviços de assistência técnica ou transferência de tecnologia – foram as que mais concederam autorizações temporárias de trabalho para imigrantes no Brasil. Isto é, nos anos de 2011 e 2013, a **RN 72** concedeu 17.521 autorizações (27% do total) e 14.996 autorizações (26% do total), respectivamente. Já em 2012, foi a **RN 61** que ocupou a primeira posição com 18.694 (ou 30%) autorizações temporárias. Essa mesma RN, nos anos de 2011 e 2013, foi a segunda que mais emitiu vistos temporários para imigrantes no Brasil, com 15.267 em 2011 e 13.637 em 2013, o que correspondeu a 24% do total das autorizações concedidas nesses anos.

No que se refere à **RN 71** - que autoriza o trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil – foram concedidas 14.098 (22%) em 2011; 10.006 (16%) em 2012 e 9.824 (17%) em 2013, ocupando o terceiro e o quarto lugar respectivamente.

Outra resolução normativa que ganha destaque pelo número de vistos temporários que concede é a **RN 69** – que autoriza artistas estrangeiros para a realização de eventos no país. O maior índice alcançado por essa resolução foi em 2011, com 11.036 autorizações (17%). Entretanto, em termos relativos, essa RN, em 2013, concedeu 19% das autorizações, o equivalente a 10.906 autorizações.

Por fim, dois aspectos sobre as resoluções normativas que concedem autorizações temporárias de trabalho merecem destaque. A **RN 80** e a **RN 99** – que versam sobre visto de trabalho e profissional estrangeiro com contrato de trabalho no Brasil (de até 2 anos). A primeira porque ao longo do período de 2012-2013 sofreu uma queda brusca no número de autorizações concedidas: foi de 4.600 para 78, ou seja, uma diminuição de 98%. A segunda merece destaque porque se inicia em 2013 e já se torna responsável pela concessão de 5.852 autorizações de trabalho (ou 10% do total). Tais dados encontram-se ilustrados na tabela abaixo.

Tabela 5.3 Peso (%) do número de autorizações temporárias, segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011		2012		2013	
	Total	%	Total	%	Total	%
RN 61	15.267	24%	18.694	30%	13.637	24%
RN 69	11.036	17%	10.573	17%	10.906	19%
RN 71	14.098	22%	10.006	16%	9.824	17%
RN 72	17.521	27%	15.374	25%	14.996	26%
RN 80	4.600	7%	5.794	9%	78	0,10%
RN 99	-		-		5.852	10%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

No que se refere às autorizações *permanentes* (superior ou igual a 1 ano), para período superior ou igual a um ano, destacamos como as principais resoluções normativas que emitem essa modalidade de visto de trabalho:

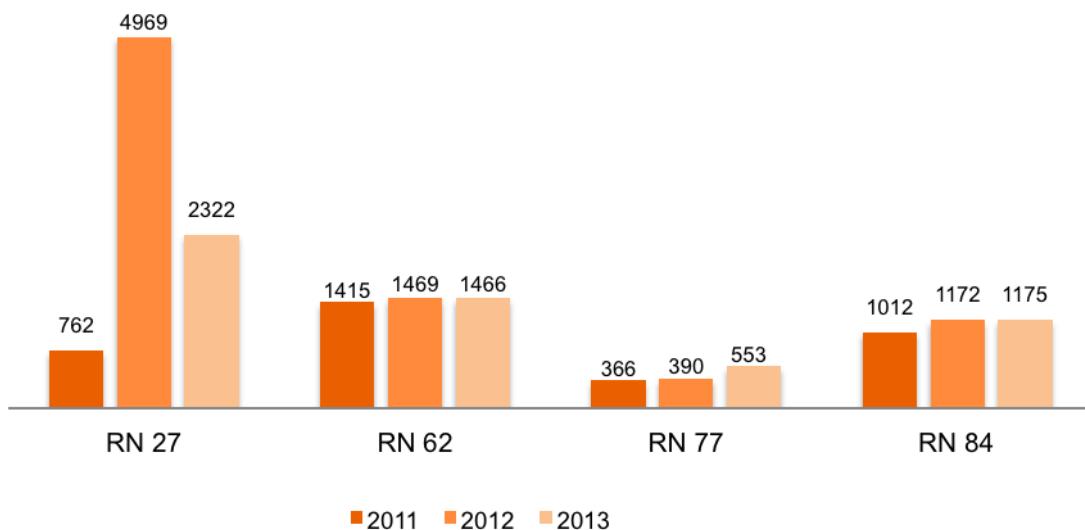
Tabela 5.4 Principais autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano)

Permanentes (superior ou igual a 1 ano) ⁴⁷
RN 27 – Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNIg.
RN 62 – Administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância.
RN 77 – Estrangeiro em união estável com brasileiro.
RN 84 – Estrangeiro investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil.

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

O gráfico abaixo sintetiza as informações sobre essas resoluções normativas ao longo do período de 2011 a 2013.

Gráfico 5.5 Número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Em números absolutos, percebemos que, no ano de 2011, a **RN 62** – a qual se refere a administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância – ocupou o primeiro lugar com 1.415 autorizações, o que representa 38% do total. Em segundo lugar, consta a **RN 84** – destinada aos investidores estrangeiros pessoa física – com 1.012 autorizações, ou 27% do total, seguida da **RN 27** – a que responde aos casos omissos e às situações especiais que chegam ao Conselho Nacional

⁴⁷ Mais uma vez lembramos que a RN 97, cuja finalidade é a de conceder vistos humanitários para haitianos, não consta neste relatório tendo em vista que é de competência do MRE.

de Imigração – com 762 autorizações, o equivalente a 20% do total. Por fim, em quarto lugar, está a **RN 77** – destinada aos estrangeiros que possuem união estável com brasileiros – que apresentou 366 autorizações, ou seja, 10% do total das autorizações de trabalho concedidas naquele ano.

Tabela 5.5 Peso (%) do número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011		2012		2013	
	Total	%	Total	%	Total	%
RN 27	762	20%	4.969	60%	2.322	40%
RN 62	1.415	38%	1.469	18%	1.466	25%
RN 77	366	10%	390	5%	553	10%
RN 84	1.012	27%	1.172	14%	1.175	20%

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Quando analisamos os dados referentes aos anos de 2012 e 2013 percebemos uma nova situação. Há um grande aumento na quantidade de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas via a **RN 27** – 4.969 vistos em 2012 e 2.322 em 2013, o que correspondeu a 60% e 40% do total de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas em cada um dos anos respectivamente. Como já ressaltamos anteriormente, essa resolução é responsável por todas as autorizações que se enquadram nos casos omissos ou situações especiais às quais o governo brasileiro deve responder.

Isso fez com que a **RN 62** passasse a ocupar a segunda posição com 1.469 autorizações em 2012 (18%) e 1.466 (25%) em 2013. Já a **RN 84**, com 1.172 autorizações em 2012 (14%) e 1.175 em 2013 (20%), ocupou o terceiro lugar. E, por fim, a **RN 77**, que permaneceu na quarta posição durante todo o período analisado, com 390 autorizações em 2012 (5%) e 553, o equivalente a 10% das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas em 2013.

Essa nova situação fica ainda evidente se analisarmos a variação das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas por cada resolução normativa, conforme é apresentado na tabela abaixo:

Tabela 5.6 Variação do número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), segundo as RNs. Brasil 2011, 2012, 2013

Resolução Normativa	2011	Variação	2012	Variação	2013	2011-2013
RN 27	762	517%	4.969	-50%	2.322	205%
RN 62	1.415	4%	1.469	-0,20%	1.466	3,60%
RN 77	366	6%	390	42%	553	51%
RN 84	1.012	16%	1.172	0,20%	1.175	16%

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Nesse sentido, podemos reforçar novamente a tendência já apontada a partir dos dados do MTE de estabilidade no número de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas no período de 2011 a 2013, especificamente a partir da redução das autorizações concedidas para os imigrantes que vieram ao Brasil para desempenhar atividades laborais que dizem respeito à gestão de empresas (RN 62) – média de 1.450 autorizações – e aos investimentos (RN 84) – média de 1.120 autorizações. Por outro lado, a RN 27 que cuida dos casos omissos e situações especiais deliberadas pelo Conselho ganha um grande destaque. Como exemplo citamos o caso dos imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil sem visto de trabalho ou os casos dos imigrantes que tiverem os seus pedidos de refúgio negados pelo CONARE, por não se enquadrarem na categoria de refugiados, o que gerou uma nova demanda para o Estado brasileiro. Em resposta a isso, o CNIg passou a conceder autorizações de trabalho por razões humanitárias para atender à demanda dos imigrantes.

Em suma, as principais resoluções normativas que concedem autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) para imigrantes se inserirem no mercado de trabalho brasileiro são as RNs 27, 62, 77 e 84.

Perfil dos imigrantes com autorização permanentes (superior ou igual a 1 ano) no Brasil

Neste tópico vamos analisar especificamente os estrangeiros que receberam autorizações para permanecer no Brasil por período superior ou igual a 1 ano, a partir das seguintes categorias: *nacionalidade, escolaridade e grupo ocupacional*.

Para fins deste relatório, especificamente, optamos por considerar, na presente análise da base de dados da CGIg/CNIg, somente os imigrantes de longo prazo, tendo

em vista as orientações operativas adotadas pelo manual de recomendações sobre estatísticas de migrações internacionais publicado pelas Nações Unidas, que estabelece migrante de longo prazo (permanente) a pessoa que se muda por um período de pelo menos um ano (12 meses) a um país distinto daquele onde tem residência habitual (NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Nacionalidade

A tabela abaixo apresenta os principais países de onde vieram os imigrantes que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) para trabalhar no Brasil no período de 2011-2013.

Tabela 5.7 Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas, segundo a nacionalidade e o sexo, no período de 2011 a 2013 (10 primeiras nacionalidades)

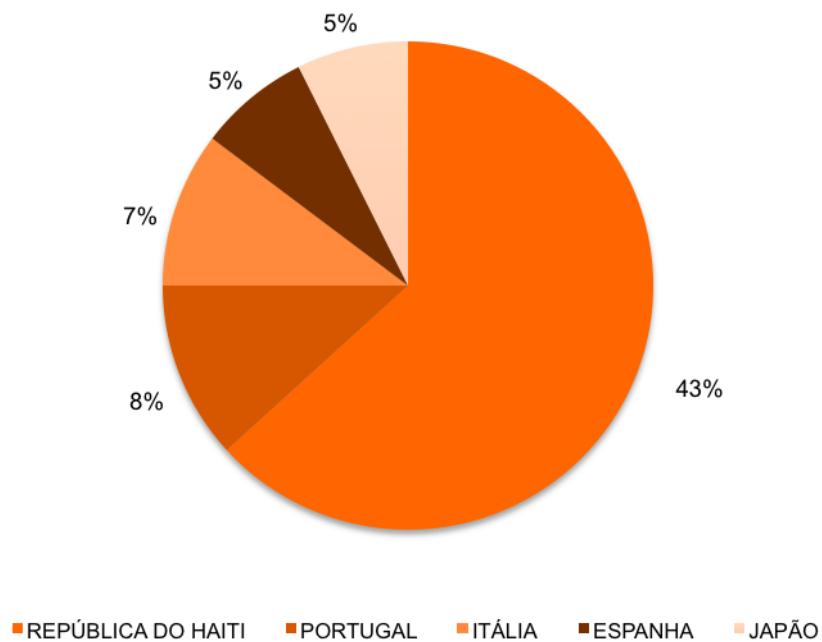
País de Nacionalidade	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3225	508	8210	6946	1264	5760	4802	958
República do Haiti	705	582	123	4825	3988	837	2068	1629	439
Portugal	325	285	40	505	442	63	541	461	80
Itália	353	320	33	442	386	56	510	443	67
Espanha	279	258	21	338	313	25	364	320	44
Japão	299	288	11	316	312	4	332	325	7
França	235	191	44	283	239	44	326	239	87
China	278	217	61	203	164	39	243	195	48
Estados Unidos da América	204	179	25	240	207	33	223	188	35
Coréia do sul	146	143	3	95	92	3	125	121	4
Alemanha	95	76	19	99	88	11	85	80	5

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

A partir dessas informações é possível contabilizar um total de 17.703 autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) que foram concedidas pelo MTE via CGIg e pelo CNIg no período de 2011 a 2013. Desse total, percebemos um

predomínio de autorizações concedidas para imigrantes haitianos (7.598 no total), portugueses (1.371), italianos (1.305), espanhóis (981) e japoneses (947).

Gráfico 5.6 Total de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas, segundo a nacionalidade. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

Chama atenção, no período considerado, o aumento das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas para imigrantes haitianos: em 2011 foram 705 autorizações, o que corresponde a 19% do total; já em 2012, houve um aumento significativo, que representou 59% do total de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas nesse ano, o equivalente a 4.826 autorizações. Por fim, em 2013, os imigrantes haitianos receberam 36% das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas pelo MTE via CGI e CNIg, com 2.068 autorizações.

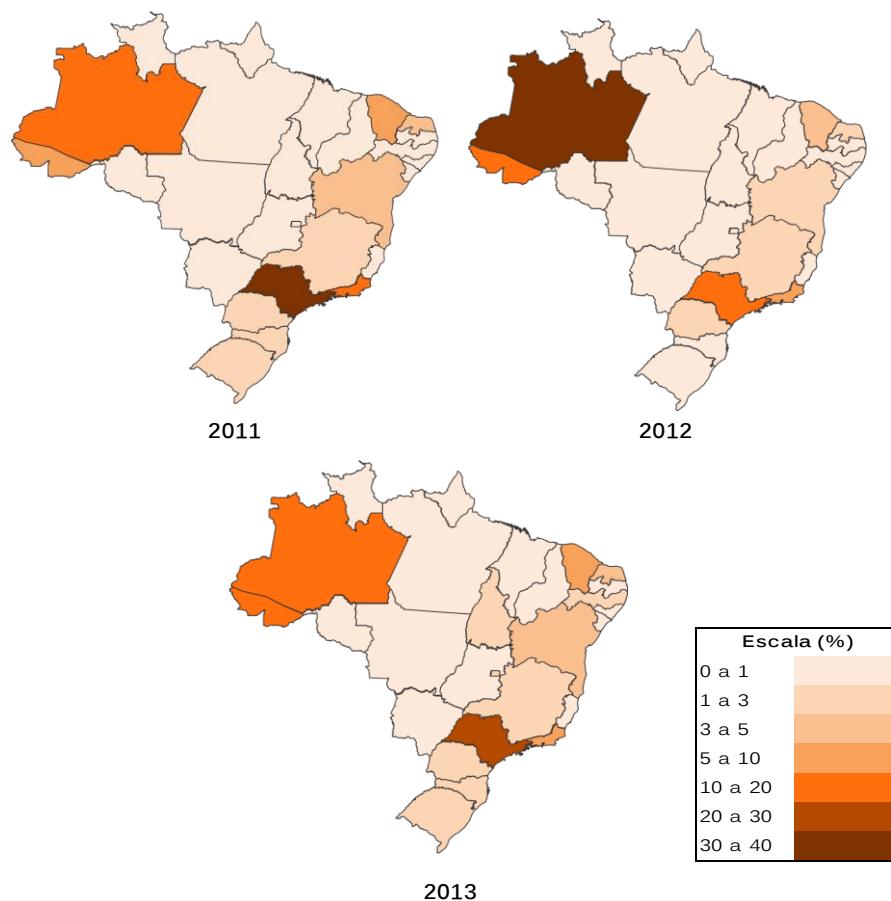
Esse destaque da presença da nacionalidade haitiana nos dados também se faz pertinente quando analisamos as autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas para *mulheres* imigrantes. Nesse caso específico, percebemos que em todos os anos analisados há um predomínio da nacionalidade haitiana: 24% das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas para mulheres em 2011, 66% em 2012 e 46% em 2013.

Por fim, é importante ressaltar que os imigrantes provenientes de países do MERCOSUL não precisam passar pelo processo administrativo de solicitar autorização para trabalho via o MTE ou CNIg, devido a existência de acordos entre esses países.

Regiões de destino – Unidades da Federação

O Mapa abaixo revela as Unidades da Federação que mais foram citadas como local de destino dos trabalhadores estrangeiros que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) via a CGIg e o CNIg.

Mapa 5.1 Distribuição de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas, por Unidades Federativas, no período de 2011 a 2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Observando o mapa acima, percebemos a importância das regiões *Sudeste* e *Norte* no que se refere ao número de imigrantes com autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano).

No ano de 2011, 51% dos imigrantes se dirigiam pra a região Sudeste, com destaque especial para os Estados de *São Paulo e Rio de Janeiro*.

Entretanto, a partir do ano de 2012, houve um grande aumento de imigrantes no Norte do país, especialmente nos Estados do *Acre e do Amazonas*. Essa região passou a abarcar 58% dos imigrantes que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) em todo o Brasil. Por fim, em 2013, as regiões Sudeste e Norte praticamente empatam com 40% e 37%, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta os dados referentes às principais Unidades da Federação que receberam imigrantes, no período de 2011 a 2013.

Tabela 5.8 Principais Unidades Federativas, segundo autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano). Brasil 2011, 2012, 2013

Unidades Federativas	2011	Variação	2012	Variação	2013	Variação 2011-2013
São Paulo	1.374	17%	1.610	-3%	1.566	14%
Acre	246	406%	1.245	-12%	1.098	346%
Amazonas	503	598%	3.511	-75%	862	71%
Rio de Janeiro	415	14%	475	14%	541	30%

Fonte: MTE: CGI/CNIg

Escolaridade

Outra variável importante para desenhar o perfil dos imigrantes permanentes (superior ou igual a 1 ano) no Brasil é a escolaridade. A tabela abaixo traz informações sobre esse aspecto:

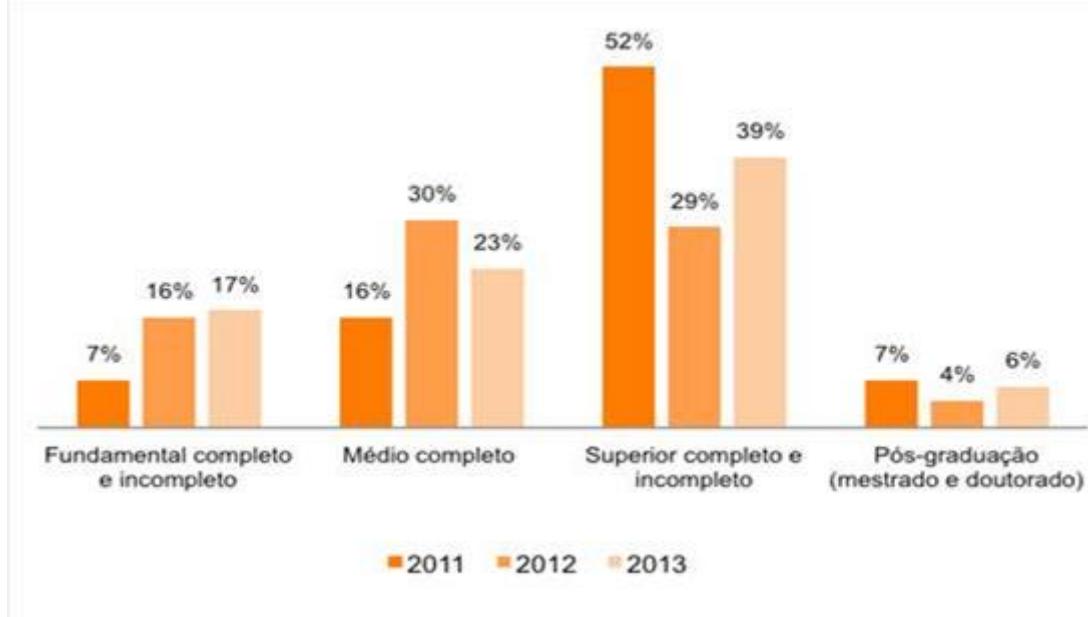
Tabela 5.9 Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), por sexo, segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013

Nível de Escolaridade	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958
Fundamental Incompleto	9	7	2	37	32	5	17	9	8
Fundamental Completo	272	236	36	1.281	1.077	204	970	761	209
Médio Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Completo	587	496	91	2.438	2.054	384	1.307	1.073	234
Superior Incompleto	61	46	15	290	222	68	106	86	20
Superior Completo	1.882	1.714	168	2.137	1.916	221	2.118	1.889	229
Mestrado	170	159	11	253	230	23	250	225	25
Doutorado	80	67	13	106	84	22	116	96	20
Ignorado	672	500	172	1.668	1.331	337	876	663	213

Fonte: MTE: CGIg/CNIg

Para analisar o nível de escolaridade dos imigrantes permanentes (superior ou igual a 1 ano) no Brasil, consideramos 4 categorias de análise: *nível fundamental (completo e incompleto)*; *nível médio*; *nível superior (completo e incompleto)*; *pós-graduação (mestrado e doutorado)*. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 5.7 Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) segundo a escolaridade. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

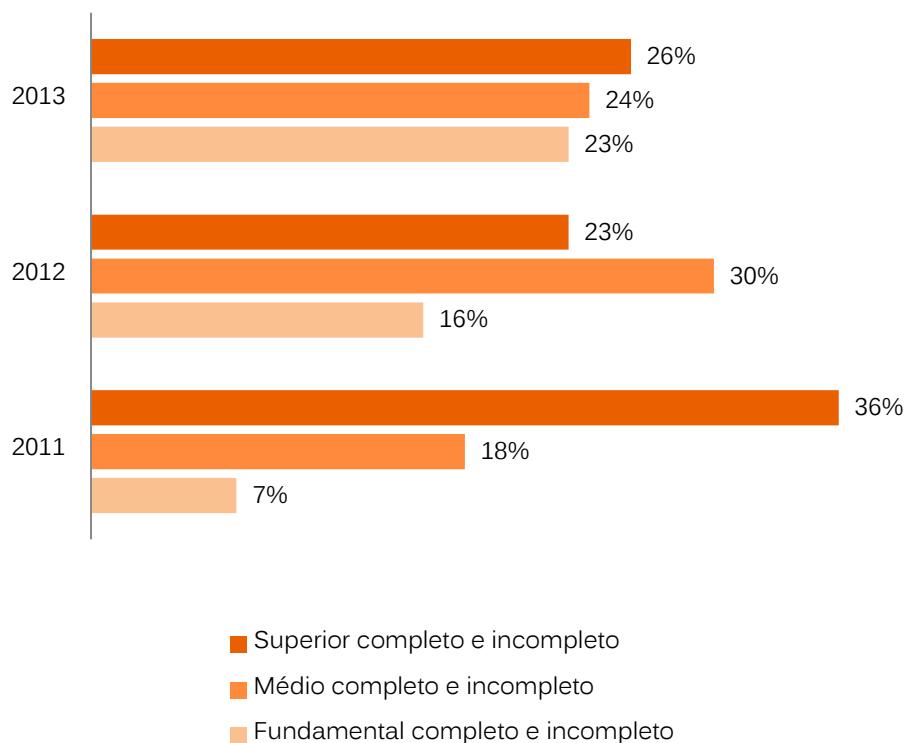
No ano de 2011, foram registrados 1.943 imigrantes com nível superior completo ou incompleto, o que corresponde a mais da metade dos imigrantes que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) nesse ano, isto é, 52%.

Já nos anos de 2012 e 2013 percebemos uma maior diversificação dos níveis de escolaridade, a partir do incremento de imigrantes com nível médio e nível fundamental completo ou incompleto. Nesse sentido, em 2012, os imigrantes com nível médio superaram, ainda que por pouco, os imigrantes com nível superior completo ou incompleto. Isso porque foram registrados 2.438 imigrantes com nível médio em comparação com 2.427 imigrantes com nível superior, o que significa que 30% dos imigrantes que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), em 2012, tinham nível médio completo. Já os que tinham ensino superior completo ou incompleto, ocuparam a segunda posição com 29%. O terceiro lugar foi ocupado pelos imigrantes de nível fundamental completo ou incompleto, com 16%.

Por fim, em 2013, os imigrantes com nível superior completo ou incompleto voltaram ao primeiro lugar, com 39%, seguidos dos de nível médio, com 23% e dos de nível fundamental completo ou incompleto, com 17%. Em todo o período, a taxa dos imigrantes que possuíam mestrado ou doutorado variou entre 4% e 7%.

No que se refere às *mulheres imigrantes*, é possível perceber um aumento das que possuíam nível fundamental e médio de escolaridade e uma queda nas de nível superior, vejamos:

Gráfico 5.8 Nível de escolaridade de mulheres imigrantes permanentes (superior ou igual a 1 ano). Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGI/CNIg

Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), por sexo, segundo os principais grupos ocupacionais

Por fim, analisamos os principais grupos ocupacionais que os imigrantes com autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) ocupam no mercado de trabalho brasileiro⁴⁸. A tabela abaixo sintetiza os dados a respeito:

⁴⁸ Lembramos que as autorizações emitidas pelo MTE não refletem o número de imigrantes que se inseriram no mercado de trabalho, uma vez que o imigrante pode receber a autorização e não entrar no país. Para ver os dados sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro vide os dados da RAIS, apresentados neste documento.

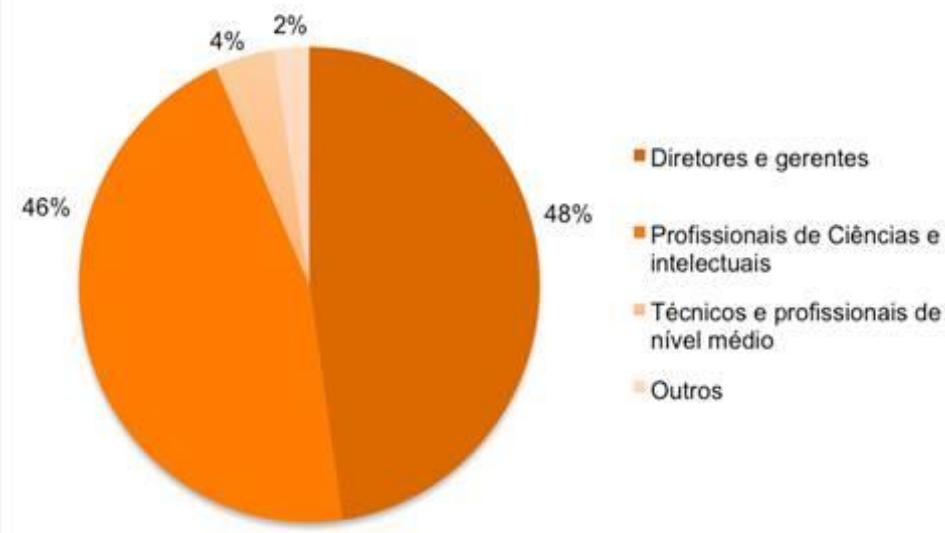
Tabela 5.10 Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) segundo grupo ocupacional, por sexo. Brasil 2011, 2012, 2013

Ocupações	2011			2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.733	3.225	508	8.210	6.946	1.264	5.760	4.802	958
Diretores e gerentes	1.379	1.247	132	1.374	1.235	139	1.353	1.219	134
Prof. Ciências e Artes	1.131	1.023	108	1.348	1.221	127	1.408	1.248	160
Tec. Nível médio	111	93	18	155	136	19	166	126	40
Trab. De serv. Administrativo	-	-	-	8	7	1	8	5	3
Trab. Serviços e vendedores	89	68	21	21	15	6	14	10	4
Trab. agrop. flor. e da pesca	10	10	0	5	5	0	3	3	0
Trab. Prod. Bens e Serv. Industriais	20	17	3	16	14	2	20	19	1
Ocup. Elementares	1	1	0	-	-	-	2	2	0
Ignorado	992	766	226	5.283	4.313	970	2.786	2.170	616

Fonte:MTE:CGIg/CNIg

É possível perceber que os grupos ocupacionais que mais contam com a presença de imigrantes com autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), sejam eles homens ou mulheres, são: o dos Diretores e Gerentes e o dos Profissionais das Ciências e das Artes. Do total de 17.703 autorizações esses receberam 23% e 22%, respectivamente. Em terceiro lugar, com 2%, temos o grupo ocupacional dos técnicos e profissionais de nível médio.

Gráfico 5.9 Autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), segundo os principais grupos ocupacionais. Brasil 2011, 2012, 2013



Fonte: MTE: CGIg/CNIg

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório se empenhou em apresentar e analisar os dados referentes às *autorizações de trabalho concedidas para imigrantes* pela Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (CGIg/MTE) e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no período de 2011 a 2013.

Isto significa que os dados aqui apresentados dizem respeito aos imigrantes em situação regular no Brasil.

Analizando as Resoluções Normativas que eram de competência do Ministério do Trabalho e Emprego no referido período, foi possível inferir uma tendência decrescente na quantidade de autorizações temporárias e uma tendência crescente na quantidade de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas.

No âmbito das *autorizações temporárias*, no período considerado, as **RNs 72 e 61** – referentes ao trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira e ao profissional estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil, cuja atuação é para serviços de assistência técnica ou transferência de tecnologia, respectivamente – foram as que

mais concederam autorizações de trabalho para imigrantes no Brasil. Seguidas da **RN 71** – que autoriza o trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil; e da RN 69 – que autoriza artistas estrangeiros para a realização de eventos no país.

Já no que se refere às *autorizações permanentes* (superior ou igual a 1 ano), destacamos o cenário dos anos de 2012 e 2013, uma vez que apresentam uma nova situação se comparados com o ano de 2011. Houve um grande aumento na quantidade de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) concedidas via a **RN 27** – a que responde aos casos omissos e às situações especiais que chegam ao Conselho Nacional de Imigração, especialmente devido ao incremento no fluxo de imigrantes de nacionalidade haitiana no país. Isso fez com que a **RN 62** - que se refere a administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância – passasse a ocupar a segunda posição, sendo esta a novidade em comparação a 2011.

Na tentativa de estabelecer o *perfil do imigrante que recebeu autorização permanente* (superior ou igual a 1 ano) *no país*, no período de 2011-2013, chegamos aos seguintes destaques:

- o predomínio de imigrantes homens de nacionalidade haitiana (7.598), portuguesa (1.371) e italiana (1.305).
- Maior concentração nas regiões *Sudeste* e *Norte*, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Acre e Amazonas.
- No que se refere à escolaridade, no ano de 2011, mais da metade dos imigrantes que receberam autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) tinham nível superior completo ou incompleto. Já nos anos de 2012 e 2013 nota-se uma maior diversificação dos níveis de escolaridade, a partir do incremento de imigrantes com nível médio e nível fundamental completo ou incompleto. No caso das *mulheres imigrantes*, é possível perceber um aumento das que possuíam nível fundamental e médio de escolaridade e uma queda nas de nível superior.
- Os grupos ocupacionais que mais contam com a presença de imigrantes com autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), sejam eles homens ou mulheres, são: o dos Diretores e Gerentes e o dos Profissionais das Ciências e das Artes. Em terceiro lugar, temos o grupo ocupacional dos técnicos e profissionais de nível médio.

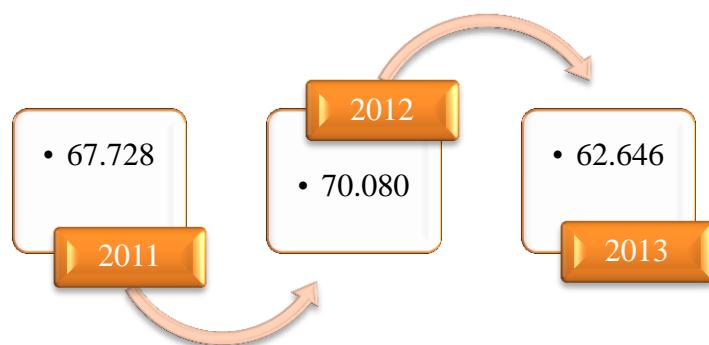
Como vimos, as autorizações de entrada no Brasil são aprovadas pelo Conselho Nacional de Imigração, mas são implementadas pelos Ministérios, majoritariamente pelo MTE, MRE e MJ, o que resulta em uma separação em termos de organização das autorizações deferidas por cada um. Para representar com mais fidedignidade as autorizações concedidas aos estrangeiros, e conhecer melhor o perfil dos imigrantes no Brasil, seria preciso que o Conselho tivesse suas próprias estatísticas, de modo a ter o banco de dados completo das autorizações concedidas por todos os Ministérios.

Com isto, seria possível mapear todas as possibilidades de entrada e estrangeiros no Brasil, seja:

- Turismo; Trabalho/Investidores; Refugiados/Asilos/Vistos humanitários; Estudantes; Aposentados, ou; Cooperação do Governo, tais como: Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde.

Quadro Resumo – dados do MTE- CGIg/CNIg

O somatório das autorizações temporárias e permanentes (superior ou igual a 1 ano), nos anos de 2011 a 2013:



A variação das autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano), nos anos de 2011 a 2013:



Há uma maior presença de **homens** em comparação às mulheres, tanto para os solicitantes de autorizações permanentes (superior ou igual a 1 ano) quanto para os temporários.

Há um **aumento** significativo, no período de 2011 a 2013, no número de **autorizações permanentes** (superior ou igual a 1 ano) concedidas para mulheres

As três principais Resoluções Normativas Temporárias (2013)

RN 72 – Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil.

RN 61 – Profissional estrangeiro sem contrato de trabalho no Brasil. Assistência técnica ou transferência de tecnologia.

RN 69 – Artista estrangeiro para realização de evento no Brasil.

As três principais Resolução Normativas Permanentes (superior ou igual a 1 ano) (2013)

RN 62 – Administradores, diretores, gestores e executivos com poderes de gestão e concomitância

RN 27 – Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNIg.

RN 77 – Estrangeiro em união estável com brasileiro.

**Perfil do Imigrante com autorização de trabalho permanente
(superior ou igual a 1 ano):**

Principais Nacionalidades



7.598 ou
43%

1.371
ou 8%

1.305 ou
7%

981 ou
5%

947 ou
5%

Principais Estados



Em 2011:
1.374
Em 2012:
1.610
Em 2013:
1.566

Em 2011: 415
Em 2012: 475
Em 2013: 541

Em 2011: 246
Em 2012:
1.245
Em 2013: 862

Em 2011: 503
Em 2012:
3.511
Em 2013: 862

Escolaridade

2012 e 2013 percebemos uma maior diversificação dos níveis de escolaridade, a partir do incremento de imigrantes com nível médio e nível fundamental completo ou incompleto

No que se refere às ***mulheres imigrantes***, é possível perceber um aumento das que possuíam nível fundamental e médio de escolaridade e uma queda nas de nível superior.

Ocupação

Diretores e Gerentes e o dos Profissionais das ciências e intelectuais. Do total de 17.703 autorizações esses receberam 23% e 22%, respectivamente.

Em terceiro lugar com 2%, temos o grupo ocupacional dos técnicos e profissionais de nível médio.

6 Relacionamento e complementariedade

entre as bases de dados analisadas

Antônio Tadeu Oliveira⁴⁹

O Informe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para 2014 trabalhou com as bases de dados de pesquisas domiciliares, Censos Demográficos 2000 e 2010, fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de registros administrativos, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Coordenação Geral de Imigração (CGIg), para os anos de 2011 a 2013, bases do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

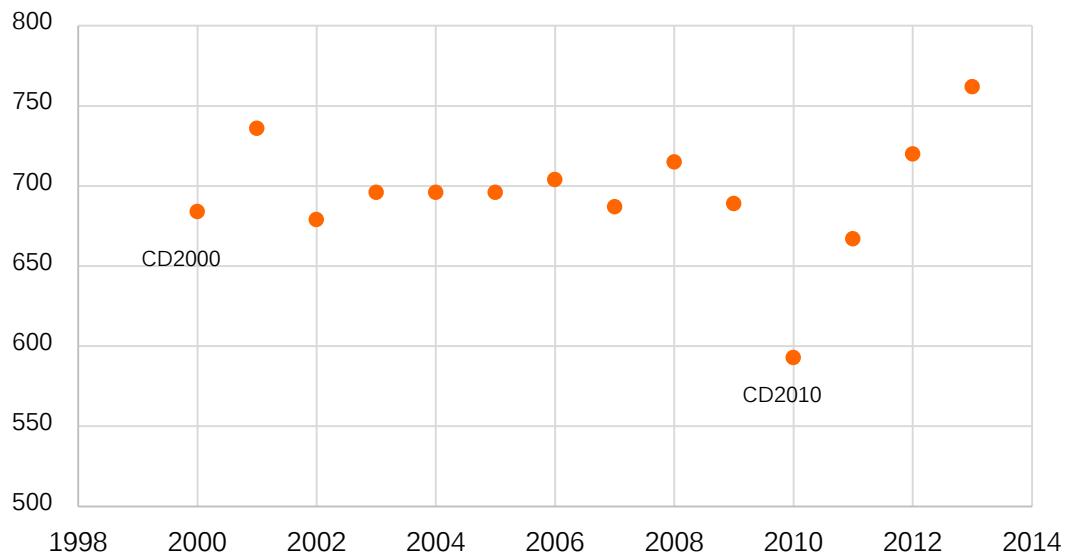
Muito embora cada uma dessas bases cumpra objetivos específicos e díspares entre si, ou seja, não foram pensados para que tivessem perfeita harmonização, é possível buscar estabelecer algumas relações e complementariedades no que tange o potencial para os estudos e implementação de políticas públicas associadas à migração internacional.

Apesar de não ter sido objeto de análise mais detalhada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no seu formato tradicional, poderia fornecer informações que possibilitasse acompanhar a evolução do estoque de imigrantes no país. Não obstante as flutuações amostrais observadas ao longo da década de 2000, inclusive com a informação de estrangeiros do Censo Demográfico de 2010 passando abaixo da ligeira tendência de queda estabelecida pela PNAD, os anos iniciais da década de 2010 parecem sinalizar para um início de crescimento consistente do indicador, não observado nos últimos 14 anos e coerente com outras evidências (Gráfico 6.1).

O problema é que com a descontinuidade da PNAD tradicional, prevista para ocorrer a partir de 2015, esses dados não estarão mais disponíveis. Agora é esperar que o IBGE divulgue a forma como as migrações passarão a ser investigadas no questionário básico na nova PNAD Contínua. Isso permitirá avaliar se será possível incorporar aos estudos do OBMigra os dados desse novo levantamento.

⁴⁹ Doutor em demografia e Coordenador Estatístico do OBMigra.

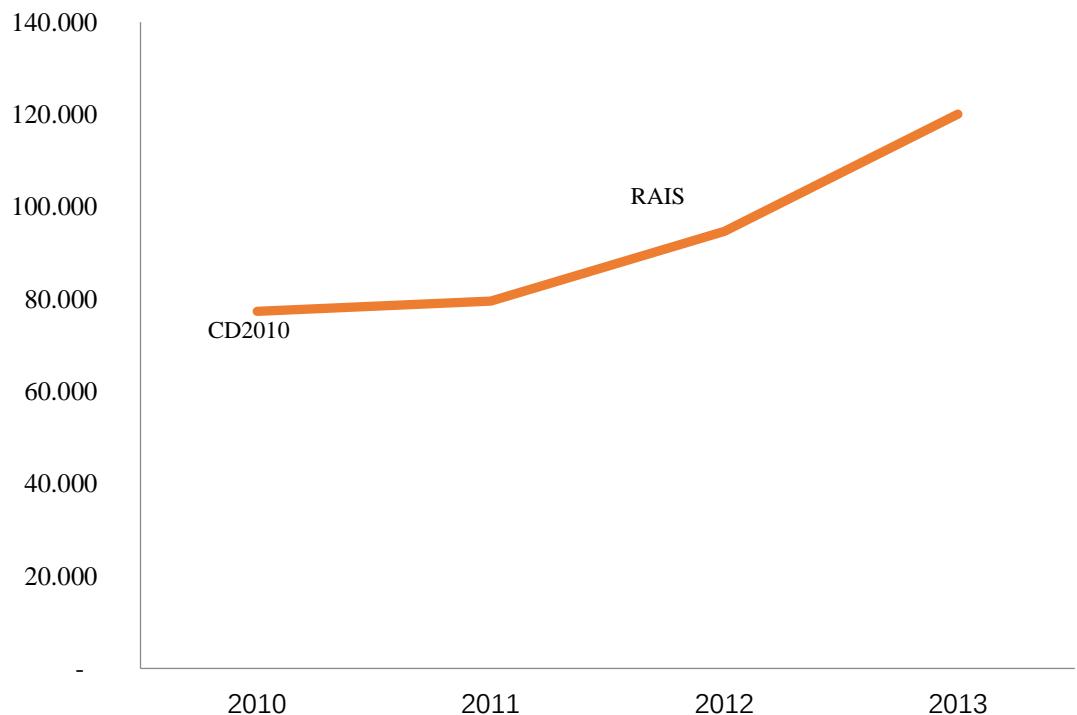
Gráfico 6.1 Imigrantes internacionais, Brasil 2000-2013



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 e PNADs 2001 a 2009 e 2011 a 2013

Avançando nas associações possíveis, o Gráfico 6.2 permite verificar a aderência entre os estrangeiros empregados com carteira assinada, sob o regime jurídico e único e empregadores observados no Censo Demográfico de 2010, e a tendência de crescimento do estoque de estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro, informada pela RAIS, sobretudo pelo fato do ritmo de crescimento apontado por essa fonte estar muito influenciado pelas especificidades associadas à chegada de haitianos, cuja parcela expressiva se integrou ao mercado de maneira formalizada.

Gráfico 6.2 Estrangeiros no mercado formal de trabalho, Brasil 2010-2013



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e MTE, Relação Anual de Informações Sociais, 2011 a 2013.

Entre os dados da CGIg e das RAIS também é possível identificar algumas regularidades, muito embora a primeira fonte seja uma proxy dos fluxos da entrada regular de migrantes e a outra trate do estoque de estrangeiros no mercado formal de trabalho. Na RAIS, a variável “tempo de chegada” possui a categoria “menos de 1 ano”, como nessa fonte só os estrangeiros que estão de forma regular no país aparecem, o número de estrangeiros com menos de um ano no país, registrados na RAIS, deveria ser menor que o número de autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e constantes das bases do CGIg⁵⁰, sobretudo porque nem todas as autorizações concedidas pelo CNIg são para trabalho. Isso realmente é verificado quando se compara as duas fontes de dados, com uma única exceção, plenamente explicável, no que se

⁵⁰ Em 2013, em função as autorizações para entrada do haitianos terem sido concedidas pela RN 97, sob a responsabilidade de aplicação do MRE, a mencionada regularidade não foi constatada para essa nacionalidade.

refere aos estrangeiros oriundos dos países do Tratado do Mercosul, que não necessitam de autorização para trabalhar no Brasil.

Contudo, quando se compara os estrangeiros com menos de um ano de chegada na RAIS com as autorizações permanentes do CGIg, cujo os amparos estão associados à entrada para o mercado de trabalho, a regularidade não é observada (Tabela 6.1). Isso se explica porque parte dos estrangeiros que obteve autorizações temporárias se enquadrem nos requisitos que determinam quem deve ser declarado à RAIS por parte do empregador, como, por exemplo, os trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e os trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Como para ser admitido, o trabalhador estrangeiro deve apresentar o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) ou a Carteira de Identidade do Estrangeiro (CIE), documentos que o imigrante ainda não possui quando tramita o pedido de autorização de entrada no país, uma forma de contornar esse problema seria a inclusão da variável “número do passaporte” na base da RAIS, de forma a possibilitar a ligação entre essas bases.

Tabela 6.1 Estrangeiros com menos de um ano de chegada ao Brasil e autorizações permanentes, 2011 a 2013

Ano	RAIS < 1 Ano	OBMigra	Diferença
2011	8120	3733	4387
2012	13574	8210	5364
2013(*)	24708	5760	18948

Fonte: MTE, RAIS e OBMigra, 2011 a 2013.

(*) O aumento da diferença é devido ao ingresso dos haitianos acolhidos pela RN 97, cuja concessão é de responsabilidade do MRE.

É importante destacar que a inclusão da variável “número do passaporte” na base da RAIS também permitiria a ligação com outras bases, como os Sistema de Tráfego Internacional (STI) e Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), da Polícia Federal, bem como as de vistos e autorizações concedidas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Os próximos passos apontam na seguinte direção: i) aprofundar os estudos sobre os relacionamentos possíveis entre as bases de dados à disposição do OBMigra, dado que este primeiro estudo é ainda preliminar; ii) estreitar contatos com os Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Polícia Federal para que seja possível o acesso às bases de dados dessas Instituições; e iii) identificar outras bases de registros administrativos que contenham informações sobre estrangeiros, como por exemplo, bases de dados do Ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Previdência Social e da Educação que permitam identificar o acesso dos estrangeiros a esses serviços.

7 Referências Bibliográficas

BRASIL, 1980. **LEI N° 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980:** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em julho de 2014.

BOURDIEU, P. **Compreender. a miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BOYD, M. Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas International Migration Review, Vol. 23, No. 3, **Special Silver Anniversary Issue: International Migration** an Assessment for the 90's (autumn, 1989), p. 638-670, 1998.

CACHÓN, L. La formación de la 'España inmigrante: mercado y ciudadanía, **Revista Española de Investigaciones Sociológica**, n. 97, p. 95-126, 2002.

CARVALHO, J. A. M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 13, n. 1, p. 227-237, jan./jun. 1996.

CASTELS, S.; MILLER, M. J. **The age of migration international population movements on the modern world.** Hong Kong: Macmillan, 1993.

CAVALCANTI, L., PARELLA, S. Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños. Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional. **Crítica e Sociedade: revista de Cultura Política**, v.2, p.109 -124, 2012.

CHISWICK, B. R., LIANG, L., MIILLAR, P. W. [Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis](#), [Economics Discussion / Working Papers](#) 02-08, The University of Western Australia, Department of Economics, 2002.

DE LUCAS, J. La herida original de las políticas de inmigración. A propósito del lugar de los derechos humanos en las políticas de inmigración, **Isegoría**, n. 26, p. 59-84, 2002.

DELGADO, M. **Ciutat i immigració.** Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona Diegues Júnior, 1996.

EDSTROM, M. La imagen de México en Estados Unidos: la inmigración mexicana en medios impresos estadounidenses, 1980-1988. **Revista Mexicana de Sociología**, n. 43, p. 21-65, 1993.

FELDMAN-BIANCO, B. **Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas.** Trabalho apresentado no

Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997.

IBGE, Projeções da população: Brasil, e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: **Séries Relatórios Metodológicos**, vol. 40, 2013.

IBGE, 2001. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em agosto de 2014.

IBGE, 2009. **Censo Demográfico: Manual do Recenseador**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2311>. Acesso em maio de 2013.

IBGE, 2011. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em agosto de 2014.

IBGE, 2013. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>. Acesso em outubro de 2014.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde pública**, S. Paulo, 8 (supl.), p. 49-90, 1974.

MARGOLIS, M. **Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

MASSEY, D.; ARANGO, J. *Worlds in motion*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MASSEY, D.; EESPINOSA, K. What's Driving Mexico-U.S. Migration? A Theoretical, Empirical and Policy Analysis. **American Journal of Sociology**, 102 (4), p. 939 999, 1997.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques [1950], **Sociologie et Anthropologie**. Paris, Presses Universitaires de France, p. 145-79, 1986.

MTE, 2014. **Conselho Nacional de Imigração: Composição**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B21345B012B2B58AB844C45/regimento_interno.pdf. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Conselho Nacional de Imigração: Os tipos de vistos temporários e permanentes**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013E653C072E7319/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%BCB0%20100,%20de%2023042013-2.pdf>. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Estrangeiro Trabalho: Conceitos Básicos**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/conceitos-basicos.htm. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Estrangeiro Trabalho: Legislação.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/legislacao.htm. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Informações sobre o Trabalho Estrangeiro.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/trabalho-estrangeiro.htm. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Manual de Orientações RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) Ano-Base 2013.** Disponível em: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/rais_ftp/ManualRAIS2013.pdf. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Registros Administrativos do MTE.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/apresentacao.htm>. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: Anuário RAIS.** Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: Nota Técnica MTE 091/2012 (10/10/2013) Base de Dados RAIS/2012.** Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A419E9E34014237DCDEF65A98/Nota%20T%C3%A9cnica%20MTE%20091%202013%20RAIS%202012%20_3%20_2.pdf. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: O que é RAIS.** Disponível em: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: O que é RAIS negativa? .** Disponível em: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/negativa.asp. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: Quem deve declarar.** Disponível em: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/declarar.asp. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: Quem deve ser relacionado.** Disponível em: www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/relacionar.asp. Acesso em julho de 2014.

MTE, 2014. **Relação Anual de Informações Sociais: Quem não deve ser relacionado.** Disponível em: http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/naorelacionar.asp. Acesso em julho de 2014.

NACIONES UNIDAS, 1972. **Estudios de población, nº 47. Manual VI. Métodos de medición de la migración interna.** Nueva York.

NUNES, B. F.; CAVALCANTI, L. O imigrante e o direito à indiferença: algumas questões teóricas. In: Santin, Terezinha; Botega, Tuíla. (Org.). **Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana.** 1ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, v.1, p. 135-159, 2014.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. **Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80.** In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI.* Campinas: Unicamp, p. 239-257, 1996.

PARELLA, S. **Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación.** Barcelona: Anthropos, 2003.

PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. Remesas monetarias y "sociales" de los inmigrantes latinoamericanos residentes en España. In: Antonieta Delpino; Roll; Biderbost. (Org.). **Claves para la comprensión de la inmigración latinoamericana en España.** 1ed. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2013, v. , p. 165-196.

PEDONE, C. El potencial del análisis de las cadenas y redes migratorias en las migraciones internacionales contemporáneas. In. GARCÍA CASTAÑO, F. J., MURIEL LÓPEZ, C. (eds.) *III Congreso sobre la Inmigración en España. Volumen II: Ponencias. Laboratorio de Estudios Interculturales.* Granada: Universidad de Granada, 2002.

PEDONE, C. **De L'Equador a Catalunya:** El paper de la familia i les xarxes migratòries. Barcelona: Editorial Mediterrània, 2006,

PEDONE, C. **Tu siempre jalas a los tuyos. Cadenas e rede migratorias de los ecuatorianos en España.** Tesis doctoral. Departamento de Geografía. Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.

PELLEGRINO, A. **Migrantes latinoamericanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes.** Editorial CEPAL. CELADE. S.1.; UY, 1996.

PELLEGRINO, A. La migración calificada en América Latina. **Foreign Affairs**, v.: 82, p.15 – 26, 2008.

PORTES, A. "Tensions that Make a Difference: Institutions, Interests, and the Immigrant Drive". **Sociological Forum** Vol. 27 (Sept. 2012):563-78.

PORTES, A. For the Second Generation, One Step at a Time. In: T. Jacoby (ed.), **Reinventing the Melting Pot.** New York: Basic Books, p. 125-136, 2003.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Immigrant America: a portrait.** Univ of California Press, 2006.

REIS, R.; SALES, T. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo Editorial. Sales, T. **Brasileiros Longe de Casa.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 2001.

SALES, T. **Brasileiros Longe de Casa.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SILVA, S. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo.** São Paulo: Paulinas, 1997.

SOLE, C., CAVALCANTI, L., PARELLA, S., **La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España.** Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.

SOLÉ, C.; PARELLA, S. Los negocios étnicos en Cataluña. Barcelona: Fundació CIDOB, 2005. UNFPA (2006) Estado de la población mundial 2006. **Las mujeres y la inmigración internacional.**” New York: UNFPA. DisponÍvel em: [http://www.unfpa.org/swp/2006/spanish/chapter_1/index.html], 2006.

VAN DIJK, T. **Racismo y análisis crítico de los medios.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.